**Universidade de São Paulo
Escola Superior de Agricultura “Luiz de Queiroz”**

Gestão ambiental na Reserva Extrativista Ilha do Tumba – Cananéia/SP

Lucas Milani Rodrigues

Dissertação apresentada para obtenção do título de
Mestre em Ciências, Programa: Recursos Florestais.
Opção em: Conservação de Ecossistemas Florestais

**Piracicaba
2015**

Lucas Milani Rodrigues
Gestor Ambiental

Gestão ambiental na Reserva Extrativista Ilha do Tumba – Cananéia/SP
versão revisada de acordo com a resolução CoPGr 6018 de 2011

Orientadora:
Profa. Dra. **TERESA CRISTINA MAGRO**

Dissertação apresentada para obtenção do título de
Mestre em Ciências, Programa: Recursos Florestais.
Opção em: Conservação de Ecossistemas Florestais

Piracicaba
2015

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação
DIVISÃO DE BIBLIOTECA - DIBD/ESALQ/USP

Rodrigues, Lucas Milani

Gestão ambiental na Reserva Extrativista Ilha do Tumba – Cananéia/SP / Lucas
Milani Rodrigues. - - versão revisada de acordo com a resolução CoPGr 6018 de 2011. - -
Piracicaba, 2015.

128 p. : il.

Dissertação (Mestrado) - - Escola Superior de Agricultura “Luiz de Queiroz”.

1. Avaliação de gestão 2 Unidades de conservação 3. Reserva extrativista
4. Comunidade caiçara I. Título

CDD 333.72
R696g

“Permitida a cópia total ou parcial deste documento, desde que citada a fonte – O autor”

DEDICATÓRIA

*Dedico ao meu avô Antônio Soares Rodrigues
pelo amor incondicional e por sua inteligência que sempre me inspirou.*

*Dedico ao meu primo Gabriel Messas Marchi
grande amigo que faz muita falta.*

AGRADECIMENTOS

Agradeço à CAPES pela concessão de bolsa de estudos.

À professora Teresa Magro pela orientação e por me deixar à vontade para desenvolver o método de uma forma nova. Pela oportunidade de trabalhar no evento *Protected Areas and Place Making* em Foz do Iguaçu em 2013 (sucesso total!) e por prezar que a relação professor-aluno fosse sempre construtiva.

A Giovana Oliveira, secretária do programa de Recursos Florestais, por sua atenção e ao Jefferson Polizel, o coringa do departamento de ciências florestais, pela prontidão em ajudar quando preciso.

À comunidade do Marujá e a comunidade do Ariri por terem recebido a proposta de pesquisa de braços abertos. Aos conselheiros, gestor e equipe técnica da RESEX da Ilha do Tumba pela disposição em ajudar.

Aos funcionários da Fundação Florestal no núcleo integrado de Cananéia. Obrigado pela disponibilidade e atenção.

Aos meus pais que sempre me apoiaram: Alziro Aparecido Rodrigues, com sua criatividade invejável. Silvana Aparecida de Moraes, a mulher mais corajosa e realizadora que conheço. Aos meus irmãos Ana Carolina Rodrigues e Bruno Milani Rodrigues, pela parceria inata e aos meus sobrinhos Raul Rodrigues e Mariana Rodrigues, os maiores presentes que essa família poderia ter. Obrigado pelo amor incondicional!

Aos meus avós Carmem de Lima Rodrigues, Antônio Soares Rodrigues, Lucila Marchi de Moraes e José Milani de Moraes pelo carinho que só os avós sabem dar.

A Jussara Messas, minha tia querida, que sempre me incentivou a curtir os prazeres da vida acadêmica, valeu demais!

A toda família Marchi e a toda família Rodrigues, mesmo eu não estando tão próximo levo o carinho e o amor de todos comigo.

Aos meus amigos que sempre estiveram juntos, mas em especial a Adriana André, Alessandra Penha, Ana Zagueto (Bee), Ana Melo, Ana Maria de Meira, André Biazoti, Bruna Epiphany, Caio Zeviani, Caroline Garcia, Calu Rodrigues, Daniel Assumpção, Dayane Bortoleto, Daniela Ianovali, Daniela Zagueto, Diego Genuário, Dimas Carmo, Fátima Barros, Gabriela Geerdink, Helena Gomes, Henrique Zorzin, Ivanka Rosada, Isabela Gomes, Jacqueline Barros, Juliana Lopes, Julio Godoy, Kátia Cezarino, Kelly Schmidt, Luana Almeida, Mário Bega, Manuela Silveira, Mauro Soave, Márcio Nogueira, Márcio Sartório, Mariana Crepaldi, Marine Assahira, Márcia Fonseca, Mateus Tomoaki, Mateus Martins,

Mônica Brito, Natalia Doria, Natasha Iwanicki, Nely Tedesco, Paula Cristina, Paulo Nagase, Pedro Leme, Priscila Garcia, Taila Strabeli, Thais Hiramoto, Thais Melo, Thaisa Salles, Thiago Uehara, Valéria Freixêdas e Victor Hugo Andrade. A amizade de vocês foi essencial para tudo acontecer!

A professora Luciana Duque e aos tripulantes da Enterprise Insustentável: Clarissa Aguiar, Daniel Braga, Emanuelle Pinto, Felipe Schardosin, Maísa Otake, Mariana Peres, Rodrigo Geroni, Tassio Trevisan, Tiago Costa, Tiene Winagraski e Zenaide Miranda pelos 15 dias de viagem e aprendizado no Pará e Amapá.

Aos amigos do Laboratório de Áreas Naturais Protegidas, o LANP, da ESALQ: Carolina Bartoletti, Josiane Cerveira, Lily Gutierrez, Luciana Matsubara, Ricardo Reale e Yuri Forten, pelas discussões enriquecedoras e os momentos de descontração no laboratório, obrigado!

Aos queridos amigos que fiz em Cananéia e tornaram a vivência na cidade mais feliz: Aline Matsumoto, Cléber Chiquinho, Dona Fátima, Heloisa Valio, Juliana Greco, Maria Monteiro, Marcelo Badá, Valdir Monteiro, Valter Moraes, Thamar Shimodaira e Tati Baccini.

Ao esotérico Gustavo Pavan, um pedaço de Piracicaba em São João Del Rei, obrigado!

E o meu agradecimento mais sincero à sincronia dos acontecimentos, à sorte, que sempre está do meu lado.

Sempre é difícil nascer. A ave tem que sofrer para sair do ovo, isso você sabe. Mas volte o olhar para trás e pergunte a si mesmo se foi tão penoso o caminho. Difícil apenas? Não terá sido belo também?

Hermann Hesse

SUMÁRIO

RESUMO	11
ABSTRACT	13
LISTA DE SIGLAS	15
1 INTRODUÇÃO.....	17
2 REVISÃO BIBLIOGRÁFICA.....	19
2.1 O Sistema Nacional de Unidades de Conservação.....	19
2.2 Avaliação da gestão de Áreas Protegidas.....	26
2.3 Unidades de Conservação e Comunidades Tradicionais.....	36
3 METODOLOGIA.....	45
3.1 Reflexão sobre o método seguido na pesquisa.....	45
3.2 A Reserva Extrativista da Ilha do Tumba como foco de pesquisa.....	48
3.3 Dados Qualitativos	50
3.4 Dados Quantitativos	52
3.5 Comunicação dos Resultados	53
4 RESULTADOS E DISCUSSÃO	55
4.1 Contextualização	55
4.1.1 Histórico	55
4.1.2 Comunidades beneficiadas pela RESEX Ilha do Tumba	58
4.2 Aspectos pertinentes à gestão da RESEX.....	71
4.2.1 Opinião dos entrevistados sobre a Fundação Florestal.....	71
4.2.2 Reserva Extrativista Ilha do Tumba	74
4.3 Questionário de avaliação e público alvo	93
4.4 Resultados da avaliação.....	96
4.5 Diferenças entre Fundação Florestal e demais entrevistados	102
4.6 Melhorias no processo de avaliação	105
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	107
REFERÊNCIAS	109
ANEXOS	117

RESUMO

Gestão ambiental na Reserva Extrativista Ilha do Tumba – Cananéia/SP

As unidades de conservação (UCs) também podem abrigar populações que nela vivem e dependem do meio em que estão inseridas para o sustento de suas famílias e desenvolvimento de seus modos de vida, o que as caracteriza como comunidades tradicionais. O espaço previsto em lei para que populações que se entendem como tradicionais possam manter seus meios de vida e cultura própria são as Reservas Extrativistas – RESEX – e as Reservas de Desenvolvimento Sustentável – RDS, UCs de Uso Sustentável. As UCs necessitam de uma gestão adequada para que se mantenham cumprindo os objetivos estabelecidos. Para monitorar essa forma de administração foram elaborados métodos de mensuração da efetividade de gestão com aplicação em diferentes áreas protegidas do Mundo. No entanto a categoria de RESEX não possui trabalhos publicados sobre a avaliação de gestão. Não foi feito um estudo em que a opinião das comunidades atendidas por uma RESEX seja levada em consideração neste processo. A presente dissertação adaptou o método de avaliação de gestão de UCs para esta tipologia e a área de aplicação destes conceitos e desenvolvimento da adaptação do método foi a Reserva Extrativista Ilha do Tumba em Cananéia/SP. A coleta de dados foi feita junto aos moradores beneficiados por essa Reserva (Comunidade do Marujá – Ilha do Cardoso e Comunidade do Ariri – parte continental de Cananéia) e Fundação Florestal, instituição estadual responsável pela gestão da UC, que também está sediada em Cananéia/SP. Primeiro foi feito um levantamento de dados qualitativos com entrevistas abertas nas duas comunidades e junto ao órgão gestor, assim como membros da sociedade civil que fazem parte do Conselho da UC. Posteriormente foi elaborado um questionário de avaliação aplicado ao Conselho Deliberativo da RESEX, gestor e equipe técnica da Fundação Florestal e presidentes das associações de bairro do Marujá e Ariri. O questionário foi dividido em duas partes: avaliação da Fundação Florestal, com questões mais amplas sobre o órgão gestor da UC (09 perguntas) e avaliação da RESEX Ilha do Tumba, com questões focadas às questões da UC (22 perguntas). A adaptação do método de avaliação de gestão da RESEX trouxe a percepção dos envolvidos em sua construção, o que resultou em uma ferramenta administrativa palpável à realidade local. Deste modo foi possível encontrar os pontos fracos da gestão da Fundação Florestal e da RESEX de modo participativo. O repasse da pesquisa foi feito nas reuniões do Conselho Deliberativo que ocorrem na comunidade do Marujá e os resultados da avaliação foram apresentados primeiro ao Conselho, antes do final da dissertação.

Palavras-chave: Avaliação de gestão; Unidades de conservação; Reserva extrativista; Comunidade caiçara

ABSTRACT

Environmental management in the Extractive Reserve Tomb Island - Cananéia / SP

Protected areas (PAs) can also be home to populations who live and depend on the environment in which they are placed to support their families members and develop their ways of life, which characterizes them as traditional communities. The space provided by law for people who understand ourselves as traditional to keep their livelihoods and their culture are the Extractive Reserves - ER - and Sustainable Development Reserves - SDR, PAs of Sustainable Use. PAs need an appropriate management to stay in compliance with the established objectives. To monitor this administration form were developed measurement methods of the management effectiveness with applications in different protected fields in the world. However, the ER category doesn't have published works on its management evaluation. There wasn't a study done which communities opinion was taken into account. This dissertation adapted the PA management assessment method for this PA type and the application area of these concepts and development of adaptation of the method was the Extractive Reserve Tomb Island in Cananéia (São Paulo State – Brazil). Data collection was made with the residents benefit from this reserve (Community Marujá - Cardoso Island and Community Ariri - mainland Cananéia) and Forestry Foundation, state institution responsible for the management of PA, which is also based in Cananéia. First a survey was made of qualitative data through open interviews in the two communities and with the government body, as well as members of civil society that are part of the Council of PA. Later, it was prepared an assessment questionnaire to the Advisory Board of ER, manager and technical staff of the Forestry Foundation and presidents of Marujá and Ariri neighborhood associations. The questionnaire was divided into two parts: assessment of Forestry Foundation, with broader questions about the PA governing body (09 questions) and assessment of ER Tomb Island, with questions focused on issues of PA (22 questions). The adaptation of ER management evaluation method brought the perception of those involved in its construction, which resulted in a tangible administrative tool to the local reality. Thus it was possible to find the weaknesses in managing of the Forestry Foundation in a participatory manner. The research feedback session was made in the Board meetings occurring in Marujá community and the evaluation results were presented first to the Council, before the end of the dissertation.

Keywords: Management evaluation; Protected areas; Extractive reserve; Caiçara

LISTA DE SIGLAS

AMOMAR – Associação de Moradores do Marujá
APA – Área de Proteção Ambiental
ARIE – Área de Relevante Interesse Ecológico
CONAMA – Conselho Nacional de Meio Ambiente
EE – Estação Ecológica
ESALQ – Escola Superior de Agricultura “Luiz de Queiroz”
FF – Fundação Florestal
FLONA – Floresta Nacional
GPS – Sistema de Posicionamento Global
IBAMA – Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis
ICMBio – Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade
MN – Monumento Natural
MOJAC – Mosaico do Jacupiranga
ONG – Organização não Governamental
PE – Parque Estadual
PEIC – Parque Estadual da Ilha do Cardoso
PN – Parque Nacional
PU – Plano de Utilização
RAPPAM – Rapid Assessment and Priorizations of Protected Area Management
RDS – Reserva de Desenvolvimento Sustentável
REBIO – Reserva Biológica
RESEX – Reserva Extrativista
RF – Reserva de Fauna
RPPN – Reserva Particular do Patrimônio Natural
RVS – Reserva da Vida Silvestre
SNUC – Sistema Nacional de Unidades de Conservação
TLCE – Termo de Livre Consentimento Esclarecido
UC – Unidade de Conservação
USP – Universidade de São Paulo

1 INTRODUÇÃO

No Brasil, no ano 2000 foi instituído o SNUC – Sistema Nacional de Unidades de Conservação – através da lei federal nº 9.985. O texto foi regulamentado em 2002 pelo decreto nº 4.340. A lei federal organiza e classifica as diferentes tipologias de UCs (Unidades de Conservação), assim como dá diretrizes à gestão integrada destes espaços. Esta lei estabelece os objetivos das diferentes áreas protegidas e define dois grupos maiores de Unidades de Conservação: Proteção Integral e Uso Sustentável.

As UCs de proteção integral possuem o objetivo mais restritivo de acesso e utilização de recursos naturais, os quais podem ser apenas de forma indireta. Já as UCs de Uso Sustentável possuem uma possibilidade de usos diferentes, pois permitem a utilização direta dos recursos naturais.

Dentro das UCs de Uso Sustentável cabe salientar dois tipos de Unidades de Conservação: As Reservas Extrativistas (RESEX) e as Reservas de Desenvolvimento Sustentável (RDS). As duas UCs possuem o objetivo de sanar a lacuna de áreas aonde seja permitido o desenvolvimento dos modelos de vida de populações que já se encontravam nestas áreas naturais antes que fossem tidas como espaços necessários de preservação, além de ser um espaço de desenvolvimento cultural das comunidades tradicionais.

As RESEX apresentam a possibilidade de um território em que a comunidade tradicional retire os recursos que necessita para desenvolver seu modo de vida e cultura. Já a RDS permite que a população utilize estes recursos e também viva neste território.

Essa complexidade de objetivos das áreas protegidas acaba requerendo formas de gestão e ferramentas colaborativas à administração. Com o aumento de áreas naturais protegidas e a necessidade de saber se os objetivos das Ucs estavam sendo atingidos foram criados sistemas para mensurar a efetividade da administração de uma Unidade de Conservação, ou de um sistema de unidades, tais como Hockings et. al (2006), Cifuentes, Izurieta e Faria (2000), Faria (2004), Erwin (2003) e Padovan (2003) propõem.

Para a presente dissertação foi feito um recorte a partir da instituição do SNUC e das ferramentas de avaliação de gestão existentes.

A revisão bibliográfica revela que dos trabalhos de avaliação de gestão de UCs no Brasil não houve publicação com o objetivo de avaliar uma RESEX. Tampouco foram encontrados trabalhos de pesquisa publicados nos quais a população local tenha tido sua opinião levada em consideração sobre a gestão da UC pertinente ao seu modo de vida.

Tendo essa lacuna, esse foi o caminho da pesquisa. Por se tratar de um tema novo para esta tipologia de Unidade de Conservação tratou-se de uma investigação exploratória. A

intenção foi de adaptar ferramentas de avaliação de gestão à RESEX de modo que a percepção da população diretamente envolvida fosse trazida nessa construção.

A pesquisa se deu em Cananéia, cidade do litoral sul paulista, que possui diversas áreas protegidas em seu território: Parque Estadual Lagamar; Parque Estadual Ilha do Cardoso; Reserva Extrativista Federal do Mandira; Reserva Extrativista Estadual Taquari; Reserva Desenvolvimento Sustentável Estadual Itapanhapima; Reserva Extrativista Estadual Ilha do Tumba.

O trabalho se desenvolveu na RESEX Ilha do Tumba, a qual possui como beneficiários as populações da comunidade do Marujá, na Ilha do Cardoso, e do Ariri, bairro da parte continental de Cananéia. O levantamento de dados se deu através de análise documental e entrevista semiestruturada com atores sociais pertinentes ao território protegido. Posteriormente à aplicação de questionário fechado ao Conselho Deliberativo da RESEX, aos técnicos responsáveis pela gestão da UC e aos líderes das associações comunitárias dos dois bairros.

Os resultados da avaliação foram apresentados ao Conselho Deliberativo. As colaborações após apresentação dos resultados foram trazidas para a dissertação, também fazendo parte do processo de avaliação de gestão.

2 REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

2.1 O Sistema Nacional de Unidades de Conservação

A lei 9985/2000, o SNUC – Sistema Nacional de Unidades de Conservação – é uma norma que objetiva alcançar o que está garantido na Constituição Federal através do artigo 225: “Todos têm direito ao ambiente ecologicamente equilibrado”.

Para Derani (2001), a lei tem um perfil pró-ativo. Define a quem cabe tomar quais atitudes para se atingir a conservação. Trata-se de um regulamento de como devem ser decretadas e geridas essas áreas com interesse especial. A autora afirma que o SNUC tem a proposta de ressignificar a relação do homem com o meio e considera a lei como uma ferramenta de redefinição cultural ao alterar o significado de espaços territoriais.

Milano (2001) afirma que a preservação através das Unidades de Conservação é a melhor forma de proteger a flora, fauna e processos ecológicos. No entanto, isso pede uma estrutura, para que tal proposta ocorra efetivamente.

Nesse sentido, a organização da gestão do Sistema Nacional está dividida em órgão deliberativo e consultivo representado pelo CONAMA – Conselho Nacional de Meio Ambiente; órgão central através do Ministério do Meio Ambiente; órgão executor através do ICMBio – Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (anteriormente o Ibama, alterado após lei federal nº 11.516 de 2007). As administrações estaduais e municipais possuem os seus respectivos conselhos, secretarias de meio ambiente e órgãos executores para que se cumpram o mesmo formato de gestão (BRASIL, 2000 art. 6, inciso I, II, III).

As Unidades de Conservação são organizadas em dois grandes grupos: Proteção Integral e Uso Sustentável. O primeiro grupo é composto por: Estação Ecológica (EE), Reserva Biológica (REBIO), Parque Nacional (PN), Monumento Natural (MN) e Refúgio da Vida Silvestre (RVS). Essas UCs possuem em comum o fato de só ser permitido o uso indireto de seus recursos, salvo os casos previstos em lei. O grupo de Uso Sustentável é composto por: Área de Proteção Ambiental (APA), Área de Relevante Interesse Ecológico (ARIE), Floresta Nacional (FLONA), Reserva Extrativista (RESEX), Reserva de Fauna (RF), Reserva de Desenvolvimento Sustentável (RDS) e Reserva Particular do Patrimônio Natural (RPPN). O segundo grupo possui em comum a compatibilização de uso de seus recursos com a preservação do ambiente natural (BRASIL, 2000 art. 7, art. 8, art. 14).

Apesar dessa divisão na lei, Derani (2001) considera que o SNUC divide os espaços em três principais propostas. Esse tripé é o que sustenta o Sistema de UCs:

- i) Proteção de espaços naturais do modo de vida da sociedade moderna: O sistema econômico vigente é predatório e a cultura de apropriação promovida

por este sistema é inerente para que este se mantenha. O direito, através do SNUC, protege uma parcela de espaços, cabendo ao poder público o dever desta proteção. As leis mercadológicas tendem a colonizar todos os espaços sendo papel do Estado restringir até onde o mercado pode chegar. Esta lei acaba por criar um terceiro tipo de espaço, além do urbano e do agrícola, o espaço protegido, com atividades antrópicas submetidas a essa regulação. Deste modo a lei delimita aonde não se pode exercer plenamente a vontade individual.

- ii) Planejamento de território: Esta regulação que transforma espaços é também utilizada para planejar um território específico. Vem desde a maior esfera, com o decreto da UC, até a administração interna com a determinação das zonas intangíveis, tangíveis, de uso público e zona de amortecimento. O conjunto de tipologias de áreas protegidas, administradas em mosaico, torna-se uma ferramenta de gestão de território, já que a maioria das UCs é de domínio público.
- iii) Espaço para desenvolvimento científico: a tecnologia e o conhecimento científico possuem grande importância no cenário mundial. Tal característica das UCs transformam esses espaços territoriais em bancos de descobertas que podem contribuir ao planejamento territorial estratégico de uma nação.

Machado (2001) classifica por relação com a presença humana em três grupos:

- (i) UCs em que a presença humana pode ser proibida: Reserva Biológica e Estação Ecológica.
- (ii) Permitida visitação, de acordo com o plano de manejo: Parque Nacional, Monumento Natural, Refúgio da Vida Silvestre, Reserva de Fauna, Reserva Particular de Patrimônio Natural.
- (iii) Presença humana, parcial ou totalmente, que faz parte de suas finalidades: Área de Proteção Ambiental, Área de Relevante Interesse Ecológico, Floresta Nacional (Estadual ou Municipal, quando for o caso), Reserva Extrativista e Reserva de Desenvolvimento Sustentável.

Quantidade de áreas protegidas

Milano (2001) considera que as Unidades de Proteção Integral podem ser consideradas as que mais garantem as condições necessárias às espécies raras e endêmicas devido ao seu rigoroso sistema de gestão. O autor afirma que as UCs de proteção integral são

preteridas pelo governo em favor de UCs de Uso Sustentável como Florestas Nacionais, Áreas de Proteção Ambiental e Reservas Extrativistas.

De acordo com Rylands e Brandon (2005) até o ano de 2004, a distribuição de Unidades de Conservação de Uso Sustentável e de Proteção Integral no Brasil eram quase iguais: 52% para o primeiro tipo e 48% para o segundo. No entanto, dentro de cada região do país há diferenciações. As áreas de Uso Sustentável cobrem 74% do domínio da Mata Atlântica. Diferentemente da região do Pantanal que 100% de suas áreas são de proteção integral.

Atualmente essa proporção é diferente. Segundo o cadastro nacional de Unidades de Conservação o Brasil conta com 581 UCs de proteção integral e 1349 de uso sustentável, o que corresponde a 30,1% e 69,9% respectivamente (MMA, 2014).

Avaliando essa proporção em km², o cadastro (atualizado em outubro de 2014) aponta que 528.025km² são de proteção integral, enquanto que 1.022.829km² são de uso sustentável. Em porcentagem as UCs de proteção integral ficam com 34% do território protegido e as de uso sustentável com 66%. Neste somatório, o cadastro inclui as UCs federais, estaduais e municipais (MMA, 2014).

Cabe salientar que o cadastro aponta uma área de sobreposição (locais que fazem parte de UCs de uso sustentável e proteção integral). Ao invés de 1550.854km² totais, são na realidade 1513.366km², o equivalente a aproximadamente 17,8% do território nacional (MMA, 2014).

Criação, categorização e recategorização de Unidades de Conservação

Sobre a criação, as UCs só podem ser instituídas através de ato do poder público. Antes de sua criação há a necessidade de estudos técnicos que delimitem a área, assim como consulta pública. Excluem do processo de consulta pública as Reservas Biológicas e Estações Ecológicas (BRASIL, 2000 art. 22, § 2º, § 3º e § 4º).

Mesmo não tendo a necessidade de consulta Pública, as EE e REBIO demandam estudos técnicos para localização e limites, o que é inerente a todas as diferentes classes de áreas protegidas (MACHADO, 2001).

Mercadante (2001) considera que a consulta pública, em princípio, não tinha a intenção de ser apenas um ato meramente burocrático para a criação de uma UC. Sua proposta era de que o planejamento de uma área protegida fosse participativo com o envolvimento dos atores sociais pertinentes à área.

Quanto ao tamanho das UCs, o SNUC determina que a diminuição dos limites ou dos objetivos de uma área protegida só pode ser feita mediante lei; no entanto o aumento de uma área de conservação pode ser feito com instrumento normativo do mesmo nível hierárquico do de criação da área, obedecendo aos critérios de consulta pública. Os estudos técnicos para avaliar se a nova área a ser anexada é de fato relevante para UC em questão, ou até mesmo benéfica a esta, também é avaliada para esse aumento (MACHADO, 2001).

Um ponto a destacar é a recategorização de uma UC. Algo relativamente simples quando se quer passar uma UC de Uso Sustentável para de Uso Integral. No entanto bem mais complicado quando se pretende o inverso (FERREIRA, 2007). As de Uso Sustentável podem ser transformadas em UCs de Proteção Integral, respeitando os estudos técnicos e a consulta pública sobre a proposta, através de ato normativo da mesma esfera hierárquica. Já a redução de limites de uma UC só pode ser realizada através de lei específica (BRASIL, 2000 art. 22, § 2º, § 5º, § 7º).

A dimensão humana em Unidades de Conservação

Araújo (2007) tem a visão de que a incorporação em congressos mundiais do fator humano em gestão de áreas protegidas teve reflexo no SNUC. A lei traz fortemente as UCs de uso sustentável e a relação destas com as comunidades tradicionais, assim como os espaços de discussão que envolvem a sociedade (conselhos consultivos e deliberativos de UCs) para que estejam presentes nesta organização territorial desde o início.

Além da proteção à biodiversidade, a lei também versa sobre a necessidade de envolvimento social na gestão dos espaços protegidos. Em suas diretrizes prevê que a participação da comunidade local, assim como a participação da sociedade, é necessária para que se cumpra o papel das áreas protegidas. Considera as necessidades de recursos naturais que as populações locais demandam para que mantenham sua qualidade de vida (BRASIL, 2000 art. 5, incisos II, III, V, IX).

As UCs que possuem relação direta com as comunidades tradicionais são as RESEX e RDS. O uso e a posse da terra das RESEX e RDS são regulados por contratos. As populações tradicionais beneficiadas pelos contratos assumem o compromisso de participar da preservação e recuperação dos recursos naturais da área. O uso destes recursos segue algumas normas como o uso de práticas que não prejudiquem a regeneração de ecossistemas. Além de outras normas previstas em lei ou ainda normas mais específicas que devem constar no plano de gestão das Unidades de Conservação destas tipologias (BRASIL, 2000 art. 23).

Como a presente dissertação desenvolveu a pesquisa em uma Reserva Extrativista, cabe transcrever a definição da lei sobre este tipo de espaço protegido:

“(...) Art. 18 A Reserva Extrativista é uma área utilizada por populações extrativistas tradicionais, cuja subsistência baseia-se no extrativismo e, complementarmente, na agricultura de subsistência e na criação de animais de pequeno porte, e tem como objetivos básicos proteger os meios de vida e a cultura dessas populações, e assegurar o uso sustentável dos recursos naturais da unidade.

§ 1º A Reserva Extrativista é de domínio público, com uso concedido às populações extrativistas tradicionais conforme o disposto no art. 23 desta Lei e em regulamentação específica, sendo que as áreas particulares incluídas em seus limites devem ser desapropriadas, de acordo com o que dispõe a lei.

§ 2º A Reserva Extrativista será gerida por um Conselho Deliberativo, presidido pelo órgão responsável por sua administração e constituído por representantes de órgãos públicos, de organizações da sociedade civil e das populações tradicionais residentes na área, conforme se dispuser em regulamento e no ato de criação da unidade.

§ 3º A visitação pública é permitida, desde que compatível com os interesses locais e de acordo com o disposto no Plano de Manejo da área.

§ 4º A pesquisa científica é permitida e incentivada, sujeitando-se à prévia autorização do órgão responsável pela administração da unidade, às condições e restrições por este estabelecidas e às normas previstas em regulamento.

§ 5º O Plano de Manejo da unidade será aprovado pelo seu Conselho Deliberativo.

§ 6º São proibidas a exploração de recursos minerais e a caça amadorística ou profissional.

§ 7º A exploração comercial de recursos madeireiros só será admitida em bases sustentáveis e em situações especiais e complementares às demais atividades desenvolvidas na Reserva Extrativista, conforme o disposto em regulamento e no Plano de Manejo da unidade”. (BRASIL, 2000 art. 18, pág 07)

Planejamento e gestão de Unidades de Conservação

É previsto em lei que todas as Unidades de Conservação devem dispor de um Plano de Manejo. Tal plano deve abranger além da UC sua zona de amortecimento e corredores ecológicos (quando cabível). O prazo de elaboração é de cinco anos após a instituição da UC. No caso de APA, ARIE, RESEX, RDS, FLONA deve ser garantida uma ampla participação dos interessados em sua elaboração (BRASIL, 2000 art. 27, § 1º, § 2º, § 3º; MACHADO, 2001).

Os planos de manejo são baseados no princípio da precaução. Quando não se sabe se uma ação causa um dano ambiental deve ser feito um estudo de impacto para, após se ter esse resultado, dar-se o procedimento adequado. Enquanto não se tem o procedimento o uso que pode ser danoso não pode ser realizado (MACHADO, 2001). Qualquer atividade que esteja fora dos objetivos da UC, seus regulamentos e Plano de Manejo será considerada irregular (BRASIL, 2000 art. 28).

Todas as Unidades de Conservação, com exceção das APAs e RPPNs, devem possuir zonas de amortecimento e, quando possível e conveniente, corredores ecológicos. Os órgãos executores (ICMBio, no caso de UCs de hierarquia federal) são os responsáveis por

determinar quais os usos de solo possíveis na zona de amortecimento e corredores. Os limites destes podem ser definidos na criação da UC, ou posteriormente, após estudos mais apurados (BRASIL, 2000 art. 25; MACHADO, 2001).

Biogeografia

Além da gestão integrada, as zonas de amortecimento podem colaborar na diminuição dos efeitos de borda com a diminuição da pressão no entorno das áreas protegidas. Já os corredores ecológicos visam suprir essa conectividade necessária entre os fragmentos.

As teorias biogeográficas são o uso para determinação de espaços a serem protegidos regionalmente. Tal fundamentação tem pontos básicos para as áreas protegidas: as reservas maiores são melhores, assim como as reservas justapostas e circulares (por diminuir o efeito de borda) também são melhores, além de serem interligadas por elementos da paisagem para terem conectividade (BENSUSAN, 2001).

Outro ponto a considerar são as estratégias regionais. Anteriormente as UCs eram definidas por oportunidade; atualmente já existem métodos e estudos suficientes para se traçar áreas que vão de encontro aos planos regionais de preservação (BENSUSAN, 2001). O fato de UCs de diferentes objetivos estarem próximas ou justapostas faz com que a gestão seja integrada e participativa (BRASIL, 2000 art. 26).

Essa mudança nas paisagens e a impossibilidade de conduzir um ambiente natural a um único equilíbrio traz os elementos da ecologia que vêm sendo mais difundidos na gestão de áreas protegidas. Nesse sentido, deve-se pensar o que quer conservar e como fazer, sabendo que na natureza não há apenas um clímax. Essa proposta causa diferenças na condução de áreas naturais: há de se conservar o aspecto ambiental em si ou conservar os processos ecológicos que levam a esse aspecto? (BENSUSAN, 2001).

Pesquisa

Machado (2001) tece elogios à referida lei. A vinculação da demanda científica ao poder do Estado de avaliar se é possível ou não é uma estratégia inteligente à preservação dos recursos. Pontua também que o texto que coloca o conhecimento das populações tradicionais deve ser valorizado. Tal população deve receber o benefício de seu uso caso tenha sido utilizado em pesquisa.

Compensação ambiental

Empreendimentos de significativo impacto ambiental deverão compensar através de investimento em Unidades de Conservação de Proteção Integral. O total a ser pago pelo empreendedor não pode ser inferior à meio por cento dos custos totais de instalação do empreendimento. Tal valor deve ser recolhido durante o Licenciamento Prévio (LP). Os custos apresentados e o valor a ser recolhido que será direcionado a uma UC de proteção integral devem ser verídicos. O Ministério público, ONGs, ou qualquer cidadão podem ter acesso a esses dados (MACHADO, 2001).

O autor ressalta que muitos empreendimentos não fazem este recolhimento, o que não lhes tira a responsabilidade de pagar e podem ser questionados em qualquer momento a vigência de sua licença para que o faça. Os recursos que são doados a UCs não necessariamente serão direcionados às unidades que se pretendiam, haja visto que todo recurso é partilhado em uma conta federal, ou estadual quando for o caso.

O investimento deste recurso deve preferencialmente ser investido em Unidades de Conservação que estejam junto à área de impacto, ou em sua microrregião. O investimento deve ser feito em UCs de proteção integral, seja para manutenção das existentes ou para criação de novas (CONAMA, 1987).

Ferramentas de administração do SNUC

Para gerir através deste texto jurídico é necessária muita organização. A lei prevê que o Ministério do Meio Ambiente mantenha um cadastro com as Unidades de Conservação no país, tendo a colaboração dos Estados e Municípios para compor tal banco de dados. Os dados devem contemplar aspectos socioculturais, antropológicos, questão fundiária, espécies ameaçadas, clima, solos e recursos hídricos das áreas protegidas. Esses dados são disponíveis aos interessados (BRASIL, 2000 art. 50).

A capacitação é colocada como uma dificuldade a ser superada. Os diferentes conhecimentos necessários à gestão de uma UC, desde os guarda-parques até secretários e dirigentes de órgãos ambientais são pontos a serem trabalhados para uma melhora no processo participativo em gestão de áreas protegidas. Devem-se identificar as necessidades dentro do quadro de funcionário dos órgãos competentes e procurar meios de sanar essas lacunas de conhecimento (DRUMOND, 1998).

O Ministério do Meio Ambiente tem o objetivo de promover encontros entre gestores de UC, reuniões formais e informais e deve estar presente na elaboração de zoneamentos, mas

não é uma figura hierárquica acima, mas sim, uma coordenação integrada às UCs (MACHADO, 2001).

Além dessa função, a troca de experiências traz o entrosamento interinstitucional, aprimorando a cultura organizacional de participação como ponto estratégico para gestão de áreas protegidas (DRUMOND, 1998).

Machado (2001) defende que essa política pública em si não é o suficiente para que um ambiente equilibrado seja mantido. Percebe que a própria maneira que as cidades foram se desenvolvendo criou a necessidade da criação de uma matéria jurídica para que se reservassem áreas naturais já que o ambiente natural e o urbano se tornaram mundos em excessivo distanciamento.

2.2 Avaliação da gestão de Áreas Protegidas

Nas últimas décadas houve o aumento da preocupação com o patrimônio ambiental. A criação de Unidades de Conservação passou a ser uma forma eficaz de proteção deste bem comum. No entanto, mais que a criação, é necessário proporcionar todas as ferramentas possíveis para uma gestão adequada de áreas protegidas. O planejamento, capacidade institucional, desenho e interligação com outras áreas protegidas, programas de desenvolvimento regional, educação ambiental e mais fatores são o suporte necessário a esse efetivo funcionamento da UC (FARIA, 2004). UCs eficientes no cumprimento de seus objetivos de gestão, com propostas e metas claras a serem atingidas são também uma forma de que a população dê suporte político para a conservação dos recursos naturais do país ou região.

As Unidades de Conservação trazem benefícios à população, dentre eles cabem destacar: (i) preservação dos processos ecológicos dos sistemas naturais, assim como da diversidade de espécies e diversidade genética dentro de cada espécie; (ii) mantém a história e modos de vida local das comunidades presentes; (iii) protege as áreas de hábitos predatórios; (iv) proporciona bens e serviços ambientais, assim como oportunidade para o desenvolvimento comunitário, espaço para pesquisas científicas, educação e turismo; (v) fonte de orgulho de uma nação e inspiração aos seres humanos (CIFUENTES; IZURIETA; FARIA, 2000).

Para que se atinjam estes benefícios, é necessário primar por um bom manejo. O conceito de manejo ganhou ao longo do tempo diferentes interpretações, a qual deve ficar a cargo do recorte do pesquisador, delimitando o seu escopo de trabalho com esta definição (FARIA, 2004).

Faria (2004) define a gestão de unidades de conservação como:

A equilibrada coordenação dos componentes técnicos e operacionais (recursos humanos, materiais, financeiros) e os diversos atores sociais que incidem sobre o desenvolvimento da área, de maneira tal a obter-se a eficácia requerida para se lograr os objetivos para os quais a unidade foi criada e a manutenção da produtividade dos ecossistemas abrangidos (FARIA, 2004 pág. 39).

O profissional que atua na administração de uma Unidade de Conservação exerce uma função que vai além do manejo. Faz a gestão de um espaço protegido através dos diferentes interesses dos segmentos sociais ligados à área (FARIA, 2004).

Araújo (2007) sugere que é mais apropriado utilizar o termo gestão de uma Unidade de Conservação ao invés de manejo. Essa afirmativa, em concordância com Faria (2004), esta baseada no fato de que o gestor de uma área protegida tem mais atividades do que o manejo de recursos naturais. Desta forma, a presente pesquisa utilizou o termo “Gestão”.

O sucesso das áreas protegidas é baseado na premissa de que este depende da sua gestão para proteger os valores biológicos e culturais que estejam presentes em sua área. Para que se atinja tal feito é necessário que sua gestão esteja adequada às demandas particulares do seu território, já que cada área detém as suas características biológicas e culturais, assim como pressões e usos específicos (HOCKINGS et al., 2006).

Hockings et. al (2006) apontam que a avaliação da efetividade de gestão teve um aumento desde a década de 80. Das iniciativas desenvolvidas algumas têm enfoque biocêntrico, outras fazem interface dos impactos sociais que uma Reserva ou Parque podem trazer. Alguns métodos desenvolvidos foram mais detalhistas em conhecer a realidade de uma área protegida. Outras elaborações foram mais superficiais, mas de fácil aplicação. Também surgiram métodos que avaliam sistemas de áreas protegidas.

Muitas Instituições e Órgãos ambientais ao redor do mundo tem resistência em adotar um modelo único de avaliação de efetividade de gestão. Tal fato é encorajado por Hockings et. al (2006) onde os autores reconhecem a necessidade de adaptar o método ao contexto de cada UC. Apenas fazem a ressalva de que tal proposta passe de ocasional à prática rotineira e seja incorporada ao manejo das áreas protegidas.

Neste sentido, Cifuentes, Izurieta e Faria (2000) consideram que questões sobre quais são as dificuldades encontradas na gestão de uma UC, suas deficiências e assuntos críticos são perguntas não tão fáceis de responder, porém com uma avaliação periódica pode-se chegar a respostas mais próximas. O conhecimento claro da situação de uma área protegida pode ser obtido através da utilização desta ferramenta.

Avaliação de efetividade de gestão pode: (i) abrir e dar suporte a uma abordagem de gestão adaptativa¹; (ii) assistência para alocação de recursos; (iii) envolver a comunidade aos valores biológicos e culturais presentes na UC; (iv) melhoria da comunicação entre gestor e comunidade; (v) oportunidade de reflexão dos gestores ao dar um passo para trás do trabalho cotidiano e debruçar-se com atenção nas oportunidades e dificuldades encontradas sob uma nova perspectiva (HOCKINGS et al., 2006).

Os resultados das avaliações de uma UC serão muito importantes para as revisões de planos de gestão. Tendo uma repetição deste processo avaliativo essa base de dados servirá para um plano ajustado à realidade da área, tornando-o mais aplicável (HOCKINGS et al., 2006).

Métodos de avaliação

Um único sistema de avaliação é pouco provável que sirva para todas as áreas protegidas. A diversidade de UCs traz a necessidade de construção de avaliações específicas às realidades locais (HOCKINGS et al., 2006).

Cifuentes, Izurieta e Faria (2000), em sua publicação sobre medição de efetividade de manejo, definem o que seria uma gestão eficiente. O livro adota o seguinte conceito:

Ações políticas, legais, administrativas, pesquisa, planejamento, proteção, coordenação, educação, entre outras que dão resultado ao melhor aproveitamento de uma Unidade de Conservação, garantindo sua permanência e alcançando os objetivos (CIFUENTES; IZURIETA; FARIA, 2000, pág. 05).

O procedimento de avaliação tem alcance em três níveis: somente a área em estudo, sistema de áreas protegidas, sistema de áreas protegidas e suas zonas de influência. Aplicada somente a uma área específica, a ferramenta pode ser muito benéfica. Através dela podem ser encontradas as falhas específicas dentro dos âmbitos que serão avaliados, trazendo em detalhe o que está crítico na gestão (CIFUENTES; IZURIETA; FARIA, 2000).

Trata-se de um manual para avaliação da área baseado em cenários reais e desejáveis através de um procedimento estruturado, sistemático e de baixo custo. A adaptação às realidades distintas com a inclusão de novos indicadores é bem vinda para traduzir o que se deseja avaliar (CIFUENTES; IZURIETA; FARIA, 2000).

O procedimento de instalação de uma avaliação de gestão obedece alguns trâmites, sendo o primeiro deles a decisão em nível institucional da área protegida de que seja feito esse

¹ Gestão adaptativa é baseada em um processo circular que propicia informações que darão sustento a alterações de estratégias de trabalho para resultados positivos no futuro. A gestão adaptativa depende das avaliações.

trabalho. Após isso é necessário compor um núcleo de avaliação com os representantes técnicos da UC, assim como representantes da comunidade. Definida a equipe, o próximo passo será fazer um levantamento de dados primários e secundários de tudo que já foi pesquisado na UC. Após esse conhecimento, e com base no presente manual, adequar a realidade da área protegida aos âmbitos, variáveis e parâmetros de mensuração aqui propostos. Por fim a aplicação do procedimento de avaliação, mas antes com a definição dos conceitos de cenário ótimo a péssimo para cada variável (CIFUENTES; IZURIETA; FARIA, 2000).

Cifuentez, Izurieta e Faria (2000) detalham os passos da avaliação de efetividade de gestão:

(i) Decisão da área a ser avaliada: qualquer área que seja protegida e receba um mínimo de atenção por parte de quem a promulgou já é cabível de ser avaliada.

(ii) Seleção do núcleo de avaliação da UC: a avaliação deve ser realizada com participação do pessoal técnico da área protegida e atores sociais chaves na construção do processo. É necessário ter uma pessoa que coordene a avaliação e parte técnica da área protegida que ajude o coordenador durante a avaliação. Deve ser mantido o contato com os interessados diretamente envolvidos no processo para que não haja dúvidas da transparência da análise.

(iii) Levantamento de dados primários e secundários: Dados secundários são todas as informações referentes à UC em análise, desde documentos internos até publicações sobre a área protegida. Também é necessário um levantamento em campo da estrutura disponível para manejo, assim como corpo técnico e material para o trabalho e demais aspectos práticos que ajudam no manejo. Há também a necessidade de entrevistar atores chaves das comunidades envolvidas e que estejam diretamente ligados à Unidade de Conservação.

(iv) Seleção de indicadores, variáveis, subvariáveis e sua alocação nos âmbitos: Os autores propõem a classificação em indicadores maiores (âmbito). O âmbito é composto por indicadores de segunda ordem (variáveis). Os de segunda ordem, quando necessário, possuem indicadores mais específicos que os compõem (subvariáveis). Quando há a necessidade de se aprofundar mais sobre determinado tema em análise, as subvariáveis possuem os parâmetros. Ressalta-se que se trata de um início e que a adequação desta ordenação de âmbitos, variáveis, subvariáveis e parâmetros são ajustados à medida que os dados secundários e primários são levantados.

(v) Estabelecimento de critérios de avaliação, estruturação de condições e construção de cenários: esta etapa é feita em conjunto com o grupo núcleo da avaliação. Após

levantamento das informações é proposto um esquema inicial que será discutido para que se refine o método de avaliação.

(vi) Identificação e qualificação da situação atual: aplicação do método estabelecido pelo grupo para levantamento das informações. Este passo será junto aos gestores da área e questionário à comunidade.

(vii) Integração dos resultados e interpretação da efetividade de manejo: sistematização dos dados levantados e relatório.

(viii) Apresentação do resultado final à comunidade e técnicos: compartilhar o produto final da pesquisa com todos os envolvidos durante reunião do Conselho Deliberativo.

A Tabela 1 descreve os âmbitos que Cifuentes, Izurieta e Faria (2000) abordam:

Tabela 1 - descrição dos âmbitos a serem avaliados

Âmbito	Descrição
Administrativo	Organização interna de verba, pessoal e condições de trabalho dos funcionários da área protegida.
Político	Conformidade da UC com a legislação estadual e federal, participação da comunidade e respaldo financeiro do governo.
Legal	Legislação que decreta a Unidade de Conservação e regulamentos e normas técnicas que subsidiam a gestão.
Planejamento	Planejamento e revisão dos objetivos a serem alcançados, existência de plano de manejo adequado à realidade local, assim como sua implementação.
Conhecimento	Informações socioeconômicas sobre a área e o entorno, características biofísicas da UC, existência de pesquisas e monitoramentos e conhecimento tradicional sobre a área em estudo.
Programas de Manejo	Programas de educação, pesquisa entre outros programas dentro da área e como são geridos.
Biogeografia	Forma, tamanho, isolamento e vulnerabilidade da UC.
Usos legais	Quais as possibilidades de uso da área que são permitidas e como são gerenciadas.
Usos ilegais	Quais são os possíveis usos ilegais e como são mitigados.

Após a avaliação, estes valores podem ser vistos separadamente por âmbito, variável e parâmetro, assim como um valor da UC no geral, o que permite esmiuçar e chegar ao ponto exato de onde estão os pontos críticos do manejo (CIFUENTES; IZURIETA; FARIA, 2000). Os autores reforçam que para começar um processo avaliativo em uma área protegida deva-se partir dos critérios e indicadores propostos em sua publicação, mas com a liberdade de adaptá-los à realidade da UC em estudo.

Como última consideração, ressaltam que a medição da efetividade de gestão é uma ferramenta que deve ser incorporada ao cotidiano da área protegida, sendo útil para fazer comparativos de tempos em tempos e encontrar e solucionar problemas de gestão (CIFUENTES; IZURIETA; FARIA, 2000).

Padovan (2003) publicou uma proposta de certificação para áreas protegidas baseada em uma premissa de que a certificação é uma atitude voluntária da administração de cada UC. O processo deve ser transparente e independente e as referências de parâmetro de gestão são previamente definidas, antes da avaliação. Nesse caso, a legitimidade da certificação será atingida com êxito se durante o processo forem levados em conta os aspectos ambientais, sociais, econômico-financeiros e institucionais da área protegida. A proposta da autora é o manejo dos recursos e que estes tenham um ganho na qualidade de forma gradual.

O advento da certificação de áreas protegidas justifica-se como ferramenta técnica que pode influenciar diversos atores sociais ligados às UCs. Para os administradores, serviria como uma base segura para tomada de decisões. Aos pesquisadores, abriria leques para estudos e experimentos científicos com melhores condições de controle (por exemplo, a restrição ao acesso de pessoas), além da possibilidade de ampliar as possibilidades de pesquisas relacionadas à efetividade de gestão. Para as comunidades inseridas na área e no entorno da UC, seria uma possibilidade de favorecer questões socioeconômicas; também poderiam funcionar como instrumentos de pressão pública para garantir que os planos de manejo das áreas protegidas atinjam seus objetivos e uma ferramenta aliada ao turismo, agregando valor às agências que operam em UCs certificadas (PADOVAN, 2003).

Para este selo de certificação para UCs, Padovan (2003) propõe que cada princípio detém critérios e os critérios possuem verificadores/indicadores. Sendo assim, a proposta base de certificação possui quatro âmbitos, sete princípios, 24 critérios e 65 verificadores. O método de construção proposto por Padovan (2003) apresenta um raciocínio aplicável às diferentes Unidades de Conservação, sendo um material muito rico para basear propostas de avaliação de gestão.

Outra ferramenta utilizada para avaliar áreas protegidas é o RAPPAM – Rapid Assessment and Priorization of Protected Area Management – ou Metodologia para Avaliação Rápida e a Priorização do Manejo de UCs. Esta ferramenta contribui para detectar pontos fortes e fracos das estratégias de manejo adotadas, analisar as ameaças e pressões sobre a Unidade, priorizar atividades e auxiliar na proposição de políticas públicas que serão efetivas às áreas em estudo (ERWIN, 2003).

O foco do RAPPAM concentra-se na análise integrada do conjunto de áreas, ou seja, fazer comparações em ampla escala com várias UCs, pois foi delineada para operar de forma comparativa. Nesse sistema, o método pode ser aplicado a uma UC apenas, mas não possui precisão específica nesse caso (ERWIN, 2003).

Em geral, o RAPPAM baseia-se em quadro referencial avaliativo elaborado pela comissão mundial de áreas protegidas; também assume alguns pressupostos, como a transparência das informações fornecidas e o elevado grau de conhecimento de gerentes e administradores das UCs em estudo (ERWIN, 2003).

Trabalhos de avaliação de gestão de Unidades de Conservação

Os trabalhos de avaliação de gestão, em sua maioria, são realizados por atividades de pesquisa, o que denota que a preocupação em acompanhar e monitorar este processo ainda não é institucionalizada (FARIA, 2004).

Em sua tese de doutoramento, Faria (2004) pesquisa a partir da hipótese que as UCs do Estado de São Paulo possuem uma grande variação de qualidade de gestão e que, em sua maioria, não alcançam os objetivos a que foram criadas. Seu foco de pesquisa foram as UCs geridas pelo Instituto Florestal através de um sistema de indicadores aplicáveis a todas as Unidades. As UCs foram de proteção integral em sua maioria e algumas de Uso Sustentável da categoria Floresta Estadual. Estações Experimentais também foram avaliadas, mas tal território não se enquadra no SNUC.

O autor coordenou a avaliação de 59 UCs do Estado de São Paulo. A metodologia utilizada foi um aperfeiçoamento de seu próprio trabalho utilizado em 1993. Das UCs estudadas, apenas seis estavam no padrão elevado de gestão. A tese aponta que para a melhoria da efetividade das áreas protegidas, o Instituto Florestal, órgão responsável pelas áreas de estudo, necessitava de uma mudança estrutural em seu escopo de atuação. Da mesma forma, a reconstrução dos pilares de sua gestão foi considerada emergencial para que os seus objetivos fossem de fato alcançados.

Faria (2004), após a revisão de trabalhos sobre efetividade de gestão que foram publicados anteriormente, agrupou-os nos seguintes âmbitos: (i) Planejamento, (ii) Administração, (iii) Político-legal, (iv) Qualidade de recursos, (v) Conhecimento e (vi) Manejo Florestal (somente para as UCs de Uso Sustentável). Esses seis campos de avaliação totalizaram 40 indicadores com 61 quesitos a serem avaliados. Dentro dos âmbitos a avaliação

foi composta por indicadores com possibilidades de ótimo a péssimo, o que compôs suas notas.

Simões e Oliveira (2005) avaliaram 32 UCs de proteção integral, administradas pelo Instituto Florestal e pela Fundação Florestal a partir do RAPPAM, oferecendo um diagnóstico geral sobre as UCs de proteção integral do Estado de São Paulo.

O método foi feito através do envio prévio do questionário aos gestores das áreas. Após isso houve uma oficina participativa aonde o questionário foi adequado a realidade das unidades de conservação de São Paulo. A participação foi o fator forte da aplicação deste método que teve o intuito de fornecer uma visão geral das UCs paulistas (SIMÕES; OLIVEIRA, 2005).

Das unidades analisadas, 17 Unidades (60%) apresentavam gestão “média” - entre 40% e 60% em sua nota; seis unidades (aproximadamente 19%) possuíam gestão “alta”, com aproveitamento acima de 60%. E nove unidades (28%) tinham gestão “baixa”, ou seja, notas menores que 40%. Estes resultados sintetizam a importância deste tipo de análise para decisões que considerem grandes escalas espaciais - macroesfera - necessitando de detalhamentos específicos (e a partir de outros métodos de análise) para cada Unidade em questão, inseridas na escala abordada pelo RAPPAM (SIMÕES; OLIVEIRA, 2005).

Schiavetti, Magro e Santos (2012) pesquisaram o nível de sucesso de implementação das UCs do corredor central da Mata Atlântica na Bahia. Em 2008 a área contava com 48 Unidades de Conservação: a amostra foi de 30 UCs, as quais os gestores/administradores responderam o questionário sobre o sucesso de sua implantação. Os autores propuseram avaliar a implementação de uma área protegida, tendo como temas de estudo para a elaboração do questionário perguntas referentes à instrumentos de gestão da área, regularização fundiária, recursos humanos e situação financeira.

O questionário teve uma abordagem quali-quantitativa com 26 perguntas sendo de respostas abertas e múltipla escolha. Foi constatado que cerca de 50% das 30 UCs participantes da pesquisa possuem uma implantação mediana, 40% insuficientes na implantação, 6,7% como áreas protegidas de papel e 3,3% puderam ser classificadas com implantação satisfatórias (todas RPPNs). As reservas extrativistas (duas áreas da amostra de 30 Unidades de Conservação) estão classificadas no grupo de 50%, medianamente satisfatórias. Os autores ressaltam que a necessidade de se pensar em melhorias nas áreas protegidas já existentes pode ser uma estratégia ao invés de se criar novas UCs na região (SCHIAVETTI; MAGRO; SANTOS, 2012).

Para que se tenha uma avaliação justa, é necessário que não se façam julgamentos errados sobre os critérios estabelecidos. Existe o risco de se ter postura super e subvalorizadas diante dos critérios determinados. A primeira pode ocorrer quando a equipe pretende não apontar os erros existentes, enquanto que a segunda se trata de uma modéstia desnecessária ao processo avaliativo (FARIA, 2007).

Para ele uma notória vantagem da avaliação por indicadores é a visualização da situação de gestão de maneira rápida, o que torna mais ágil os processos decisórios com base nesta avaliação (FARIA, 2007). Aponta ainda que essa gestão eficaz ainda não é incorporada pelas instituições que detêm as decisões sobre as áreas protegidas. A maioria dos trabalhos de avaliação de gestão provém de pesquisas de terceiros ou atividades pontuais em algumas unidades.

Outro exemplo de avaliação é o Parque Nacional do Caparaó, situado entre a divisa de Minas Gerais e Espírito Santo, onde foi desenvolvida uma experiência de Parque Modelo, aliando a desburocratização a planejamento estratégico em sua gestão. Foi usada como ferramenta uma autoavaliação de seu trabalho para compreender a atual situação administrativa e traçar os valores e metas a serem alcançados (ARAUJO et al., 2007).

Essa autoavaliação foi um trabalho reflexivo entre as partes interessadas e o gestor da área, que foram provocados com perguntas sobre aonde gostaria de chegar com a gestão do Parque. Nesse sentido, os objetivos vindos dessa reflexão coletiva foram agrupados em quatro categorias distintas - (i) usuários, comunidade, sociedade; (ii) financeiro; (iii) processos administrativos internos; (iv) aprendizado e inovação (ARAUJO et al., 2007). Para cada objetivo, foram estabelecidos metas de trabalho, indicadores de desempenho e planos de ação adequados às metas. Esses planos de ação foram agrupados sugerindo um mapa estratégico da UC, tendo relação de causa e efeito entre os distintos objetivos. Os autores perceberam que mais complexo que elaborar essa estratégia, é o fato de colocá-la em prática.

Os autores apontam que a maior dificuldade foi definir os indicadores que trazem uma sistematização condizente com a realidade dos resultados atingidos pelo Parque. De todo modo essa nova postura gerencial reverberou para outros Parques que estão começando a adotar a gestão com mensuração de desempenho (ARAUJO; et al., 2007).

No Ceará, nordeste do Brasil, alguns estudos sobre efetividade de manejo foram realizados. A Área de Proteção Ambiental (APA) Albino foi avaliada e resultou em uma efetividade de 56% do ótimo, manejo “medianamente satisfatório”. Constatado que, apesar de ter requisitos básicos ao manejo a UC apresenta problemas estruturais e administrativos que dificultam desdobramentos necessários à gestão. Um fator negativo alarmante é a inexistência

de verba direcionada especificamente para administração da APA (FERREIRA; SILVA, 2009).

Existe de alguma forma uma grande fragilidade nas avaliações, uma vez que retratam uma condição comparativa com um ideal de manejo, podendo levar a interpretações diferentes da realidade da área. Na APA da Serra do Maranguape, que fica a aproximadamente 25 km de Fortaleza (Ceará), a avaliação foi feita através da metodologia de Cifuentes, Izurieta e Faria (2000) e demonstrou que a Unidade alcançou 47,5% do ótimo de manejo, classificando-a como uma UC de baixa efetividade. No entanto, mesmo tendo esta classificação final, a UC apresenta áreas totalmente resguardadas, com conservação efetiva de recursos ambientais (FRANÇA; CABRAL, 2009).

Lima Filho (2006) desenvolveu um estudo importante onde avaliou a efetividade do Parque Estadual Marinho da Pedra da Risca do Meio, única UC marinha do Ceará. A metodologia utilizada foi Cifuentes, Izurieta e Faria (2000) e Faria (2004) com adaptações, pois foi a primeira análise de uma área protegida com esta característica. A UC atingiu 61,96% do ótimo, um manejo medianamente satisfatório. Apesar de apresentar média relativamente boa em sua efetividade, a UC possui lacunas administrativas que dificultam o estabelecimento de ações eficazes na conservação dos recursos naturais locais, sendo a necessidade de um fortalecimento institucional do ambiente marinho como UC uma ação emergencial para sua consolidação.

Mesquita (2002) apontou o grau de efetividade de quatro unidades de conservação presentes na Floresta Ombrófila Densa do Domínio Atlântico (Mata Atlântica), por meio de um estudo comparativo entre RPPNs. Seus resultados mostram que o método proposto por Cifuentes, Izurieta e Faria (2000) é adaptável a unidades particulares de áreas protegidas. O autor ressalta que a avaliação não deve ser vista com o fim em si mesma, mas como uma ferramenta de ajuste na gestão da UC. O autor começa a avaliação destas quatro UCs de uma matriz genérica que foi adaptada às condições de cada UC avaliada. Ressalta que o respeito a essas particularidades é importante para que se tenha uma ferramenta administrativa que funcione de fato. A avaliação foi feita através de saídas de campo para cada UC com no mínimo sete dias de levantamento dos dados.

O autor considera que todas as quatro RPPNs em estudo tiveram uma pontuação muito baixa no âmbito biogeografia, o que confirma ser a fragmentação um ponto crítico a ser superado por gestores de UCs.

Gonçalves e Cabral (2009) fazem um estudo de efetividade de gestão de três RPPNs na Caatinga Nordestina. O método de avaliação foi através de análise de documentos das UCs

e aplicação de questionários aos gestores e funcionários das áreas. Nesta adaptação de método foram determinados seis âmbitos a serem avaliados: administrativo, político, legal, planejamento, biogeografia, usos legais. Em duas RPPNS o resultado encontrado foi satisfatório, enquanto em uma a pontuação final foi pouco satisfatória.

Apesar dos trabalhos de avaliação de efetividade de gestão, não foram encontradas na literatura científica publicações sobre essa experiência em Reservas Extrativistas ou Reservas de Desenvolvimento Sustentável. Esta lacuna é a justificativa para realização desta dissertação.

É legítimo que nos ambientes de proteção existam populações que vivem e possuem estreita relação com o ambiente natural. As nações tem voltados os olhos para este fato e adaptado a forma de gestão a essas realidades (CIFUENTES; IZURIETA; FARIA, 2000).

Deste modo, cabe pensar em como adaptar as diferentes metodologias de avaliação de gestão à realidade das UCs que possuem estreita relação com comunidades tradicionais. Os autores que criaram estes métodos dão as linhas gerais para que se atinja esse objetivo, o que não deixa de ser desafiadora tal proposta. A pretensão de desenhar um projeto piloto de avaliação de gestão em Reservas Extrativistas está descrita na Metodologia desta pesquisa.

2.3 Unidades de Conservação e Comunidades Tradicionais

A partir de 1982, no III Congresso Mundial de Áreas Protegidas realizado em Bali – Indonésia, a dimensão humana em UCs ganhou destaque. A participação de países em desenvolvimento foi um marco para que as questões de comunidades tradicionais, indígenas e desenvolvimento fossem definitivamente atreladas à gestão de áreas protegidas (ARAUJO, 2007).

Borrini-feyerabend (1997) afirma que quando os recursos naturais da Unidade de Conservação são essenciais à população, torna-se explícita a necessidade de uma gestão participativa. Embora a responsabilidade de gerir uma área protegida seja de um órgão específico, o manejo inclusivo é a forma apropriada de gestão de UCs que contam com residentes humanos que possuem intrínseca relação com o local.

A criação de áreas protegidas com métodos pouco participativos pode ser a fonte de diversos problemas na gestão de uma área protegida (DRUMOND, 1998).

A participação indireta (através de representantes) em um processo de manejo participativo pode suprimir as diferentes interpretações sobre o local. Para uma gestão participativa efetiva, é necessário que se tenha uma representação adequada dos interessados.

Pode ser definida como uma forma de gestão em que os interessados estão envolvidos substancialmente com os rumos da área protegida (BORRINI-FEYERABEND, 1997).

A autora considera que o compartilhamento de autoridade e responsabilidade é uma saída sensata para a gestão de UCs. Ressalta que se a comunidade e instituições governamentais não estiverem dispostas em estabelecer um fluxo de comunicação, o trabalho participativo acabará sendo um processo vazio.

Drumond (1998) considera que os saberes populares são tão importantes quanto os saberes técnicos. Esse diálogo é necessário para que a comunicação seja estabelecida.

Apesar de ser uma grande saída para o reconhecimento das populações tradicionais sobre o seu direito de uso da terra, muitas vezes a construção deste espaço encontra obstáculos. Há um embate notório entre a necessidade da comunidade e interesses exclusivos de iniciativa privada e até mesmo governo municipal ou estadual, o que tende a gerar um conflito na delimitação destas áreas (FERNANDES-PINTO; CORDEIRO; BARBOSA, 2007).

Teixeira (2007) faz a crítica de que a preocupação técnica de muitos planos de gestão de Unidades de Conservação traduz a comunidade local apenas como opositores. A delimitação de uma área protegida de Proteção Integral (principalmente) afeta diretamente os hábitos e costumes da população local. A necessidade de reinvenção do processo de gestão em parceria com os saberes locais torna-se necessária, pois tais áreas vão além de seu aspecto biológico: possuem função social e cultural.

Muitas áreas protegidas foram delimitadas como de Proteção Integral, sem antes haver um estudo sobre a população tradicional existente no local. Quando houve resistência das populações em ficarem em locais aonde foram decretadas Unidades de Conservação de Proteção Integral, as populações passam a ser criminalizadas por desenvolverem seu modo de vida (ARRUDA, 2000).

O autor aponta a peculiaridade destas medidas punitivas, dado o fato da importância que essas populações têm à conservação:

(..) Não são estas as populações humanas que tem há décadas, às vezes séculos ou milênios, promovido o manejo sustentável das áreas naturais? Não é sua presença permanente que tem preservado tais áreas do modelo de exploração capitalista industrial responsável pela destruição crescente do meio ambiente? Não são elas as responsáveis até o presente pela conservação que agora tentamos pôr sob nossa tutela? (ARRUDA, 2000, pág. 283).

Colchester (2000) ressalta que a população em áreas protegidas existe, e esse fato não pode ser ignorado. A imposição de áreas protegidas tirou os povos nativos do controle territorial que antes tinham. Foi uma imposição de valores aos povos tradicionais.

Guha (2000) afirma que este tipo de política se sobrepôs aos interesses de populações menos abastadas, considerando-as apenas como dificuldades para a conservação. O pensamento sobre o assunto tornou-se uma tradição pautada em um senso comum científico que não incorpora todas as interpretações sobre o tema.

A sociedade urbano-industrial crê (pois se trata de uma crença na ciência) que a relação de qualidade ambiental é inversamente proporcional à presença humana no ambiente (GÓMEZ-POMPA & KAUS, 2000).

Deste modo, Gómez-pompa & Kaus (2000) sustentam a ideia de que os povos tradicionais possuem outra relação com o ambiente. A palavra “conservação” pode não fazer parte de seu vocabulário, mas o seu modo de vida e uso dos recursos naturais representam uma relação de acordo.

O que também é defendido por Diegues (2004a). O autor afirma que devido à necessidade de um ambiente equilibrado para a reprodução do seu modo de vida, as comunidades tradicionais acabam se tornando aliadas do processo de conservação destas áreas.

Arruda (2000) afirma que incluir as comunidades tradicionais não se trata de incorporar o mito do “bom selvagem”, pois tanto os povos tradicionais quanto a sociedade urbano-industrial estão sujeitos às mudanças culturais. Mas não se pode ignorar o conhecimento empírico de manejo e ecossistema regional dos nativos, assim como seu direito ao local que habitam há tempos.

Esta ideia, também defendida por muitos outros autores, resultou em uma pressão que frutificou com o Decreto Federal nº 6.040, que Institui a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais, o qual as define como:

Grupos culturalmente diferenciados e que se reconhecem como tais, que possuem formas próprias de organização social, que ocupam e usam territórios e recursos naturais como condição para sua reprodução cultural, social, religiosa, ancestral e econômica, utilizando conhecimentos, inovações e práticas gerados e transmitidos pela tradição (BRASIL, 2007a art. 3).

Reservas Extrativistas: potencial de solução de conflitos e dificuldades

O extrativismo, mais do que ser ambientalmente sustentado, tem o intuito de ser socialmente justo: feito pela comunidade que está secularmente no território e que dos recursos depende para dar manutenção à sua existência e modo de vida (RUEDA, 1998).

A descrição de comunidades extrativistas como povos pouco evoluídos que foram sendo substituídos à medida que a humanidade avançou tecnologicamente é distorcida.

Rueda (1998) aponta que essas populações possuem sim tecnologias apropriadas a sua função. Além destas tecnologias, os povos extrativistas possuem também uma diversificação de produção: agropastoris, extrativistas, silviculturas. Essa pluralidade de frentes de trabalho também os proporciona um comércio local. Tais características desmentem o estereótipo de populações que estão em um processo tecnológico a ser superado.

Neste sentido, Cordeiro e Curado (2007) tiveram o objetivo de avaliar os desafios de gestão das reservas extrativistas baseados nas dificuldades de se incorporar esta nova forma participativa de gestão de áreas protegidas, o que difere das UCs de proteção integral. A criação de uma RESEX inicia-se por vontade da comunidade através da entrega de abaixo assinado ao órgão competente. Após o recebimento, o órgão competente tem o dever de averiguar a legitimidade do pedido com estudos socioeconômicos, consulta pública e avaliação fundiária quando necessário. Concluída esta etapa, o processo é encaminhado à instância executora para que a área seja decretada como Reserva Extrativista. Sendo reconhecida juridicamente como RESEX, o primeiro passo é instituir o Conselho Deliberativo da UC, regularização fundiária (se houver necessidade) e contratos com os beneficiados. Após essa etapa, o Estado tem a obrigação de designar um gestor para a RESEX que irá conduzir o processo de co-gestão da área protegida. Dada a implementação, a área deve desenvolver o seu plano de utilização com as regras para convivência da comunidade, assim como áreas de extração de recursos. É o instrumento legal que precede o Plano de Gestão. A adaptação da lógica de co-gestão é bastante individualizada devido às características particulares de cada RESEX. No entanto, os autores afirmam que quanto maior for o histórico de luta da comunidade, mais facilmente esta se adapta a co-gestão, como é prevista no SNUC.

Dado o fato das RESEX conciliarem conservação e justiça social, a participação se torna diretriz básica à gestão da UC. Nas RESEX do Acre, iniciadas pelos seringueiros, tendo como expoente o líder comunitário Chico Mendes, o plano de utilização foi construído com base nos conhecimentos tradicionais da população que vivia da floresta. Os planos de utilização devem ser elaborados com base no diálogo entre saberes técnico e tradicional (NARAHARA; CARMO, 2007).

A construção dos conselhos deliberativos em RESEX muitas vezes pode não ser uma tarefa fácil. Greco et al. (2007) descrevem o processo de criação do conselho nas RESEX dos rios Anfrísio e Iriri, locais distantes há cerca de 3 a 10 dias de barco de Altamira (PA). Em seu trabalho, os autores precisaram atender necessidades básicas da população antes de se iniciar o processo de formação do conselho. Grande parte da população ribeirinha não sabia ler e escrever. Infere-se que, por vezes, o ICMBio (órgão federal responsável por RESEX Federais)

acaba sendo a única, ou uma das poucas, interfaces do governo com a população. Esse déficit de presença do Estado pode ser diminuído se diferentes frentes trabalharem juntas para chegar aos ribeirinhos (Saúde, Educação, Secretarias Estaduais e Municipais).

Mendonça (2007) fez um estudo observacional sobre o processo participativo no primeiro ano de implementação da Reserva Extrativista Arapixi (Amazonas). Foram vistos muitos avanços na participação da comunidade para discutir o seu plano de utilização, assim como a questão fundiária. A relação com o órgão gestor da UC também é muito positiva, mas ao mesmo tempo deficitária por ter apenas dois servidores que trabalham diretamente com a comunidade.

Rodrigues et al. (2007) fazem considerações sobre a forma que veio a ser construída a identidade da comunidade tradicional da RESEX Corumbau, na Bahia. A UC possui 900km² de área e envolve cerca de 260 pescadores das localidades de Caraíva, Barra Velha, Corumbau, Veleiro, Imbassuba e Camuruxatiba. A gestão da Unidade de Conservação teve dificuldades em delimitar quem são os pescadores que constituem a população tradicional que podem usufruir dos recursos pesqueiros da RESEX. Em princípio, os pescadores foram definidos por categorias. O “pescador principal” foi definido pelo critério de residir na área por pelo menos quatro anos e praticar a pesca como atividade fundamental à existência por pelo menos quatro anos também. O “pescador secundário” também deveria residir no mínimo há quatro anos, mas a pesca seria uma atividade complementar de renda. O “morador local e eventual pescador” deveria residir na área há pelo menos quatro anos. Essa classificação, apesar de estar dentro do previsto no SNUC, tornou um desrespeito aos pescadores, hierarquizando as diferentes formas de fazer pesca que estes desenvolvem.

A resolução deste impasse aconteceu durante a revisão do plano de uso em 2005, quando se teve fomento ao debate pela identidade da comunidade. Após muitos encontros, a população tradicional da RESEX Corumbau definiu-se como “nativos e familiares com raízes e pessoas que vivem da pesca e moram há mais de dez anos no entorno da RESEX”. Pode-se inferir que esta evolução foi um amadurecimento de identidade da população e também de facilitação dos órgãos gestores em construir quem é a população tradicional detentora do direito de uso dos recursos pesqueiros (RODRIGUES et al., 2007).

Tendo esses exemplos, percebe-se que a adoção de Reservas Extrativistas deve ser estimulada e que sua implantação demanda uma compreensão social das UCs muito grande. Há a necessidade de que o trabalho participativo se torne uma ferramenta fundamental em sua gestão. A importância das RESEX pode ser sintetizada por Diegues (2004a):

O reconhecimento social das reservas extrativistas mostra a importância de repensar e se reconstruir as formas tradicionais de apropriação de espaços e recursos naturais renováveis em países do Terceiro Mundo. Essa reconstrução se realiza dentro de um processo dinâmico, pelo qual as comunidades extrativistas buscam integrar o tradicional (sobretudo em termos de conhecimento e sistemas de manejo) e o moderno, procurando formas legais de existência dentro de territórios agora reconhecidos oficialmente (DIEGUES, 2004a, pág. 240).

Comunidade Tradicional Caiçara

Podem ser definidos como formações populacionais advindas da mescla entre indígenas, colonizadores e escravos africanos. Apresentam sua forma de vida baseada em roça itinerante, pesca artesanal, extrativismo vegetal e artesanato. Os Estados onde essa cultura se desenvolveu foram Rio de Janeiro, São Paulo, Paraná e norte de Santa Catarina. O autor aponta que o surgimento dessas comunidades aconteceu nos intervalos dos grandes ciclos econômicos da era colonial no Brasil e se fortaleceu quando essas atividades de exportação do período colonial entraram em declínio. Isso favoreceu a pesca e a coleta em ambientes aquáticos (DIEGUES, 2002).

Diegues (2004) aponta como principais características da comunidade caiçara a relação com a terra, o mar e seus ciclos, os quais possuem um sentido simbólico e econômico (atividades de subsistência) às comunidades. O território onde sua vida se reproduz possui extrema importância à tradição caiçara, sendo sua casa o ambiente costeiro.

Diegues (2002) afirma que muitas organizações não governamentais e centros de pesquisa apoiaram as comunidades caiçaras para que permanecessem em seu território na década de 80 do século passado, quando a pressão às comunidades caiçaras se fez maior. O povo caiçara sofria por alguns fatores, dentre eles:

- Especulação imobiliária: teve seu início na década de 50 e 60, principalmente pela construção de casas de veraneio. Isso fez com que o modo possível de trabalhar muitas vezes fosse como caseiros, pedreiros e deixar de lado a pesca, pois tiveram que se mudar há uma distância considerável das praias.

- Turismo de massa: principalmente no litoral norte de São Paulo, desorganizou as atividades de pesca, pois nos meses de alta temporada tornam-se prestadores de serviço aos turistas.

- Unidades de conservação de proteção integral: resultou em limitações às atividades tradicionais (agricultura itinerante, caça e pesca e extrativismo), gerando conflitos com os órgãos ambientais que fazem a gestão das UCs. Tal fato contribuiu para a migração de parte da comunidade para áreas urbanas.

Mesmo tendo essas pressões, as comunidades caiçaras que resistiram ainda dependem dos recursos naturais para desenvolver seu modo de vida. Neste sentido, o extrativismo caiçara é a pesca (no mar, restingas e estuários²), assim como a coleta de crustáceos e moluscos. Na mata utilizam um considerável número de espécies de árvores, arbustos, flores, frutos, cipós e frutas, tanto para uso doméstico quanto para comercial (DIEGUES, 2002).

O Contexto de Cananéia

No Vale do Ribeira está o município de Cananéia, no extremo sul do Estado de São Paulo. Possui população de 12 mil habitantes. Seu território é de 1.239,376km² (IBGE CIDADES, 2010).

Cananéia possui muitas áreas protegidas: PE Lagamar, PE Ilha do Cardoso, APA Estadual Marinha Litoral Sul, RESEX Estadual Taquari, RESEX Estadual Ilha do Tumba, RDS Estadual Itapanhapima, todas essas geridas pela Fundação Florestal, órgão ambiental do Governo do Estado de São Paulo³. Além das UCs estaduais, o município possui a RESEX Federal do Mandira.

Apesar desta grande quantidade de Unidades de Conservação a presente dissertação se ateve às UCs e comunidades diretamente relacionadas com a RESEX Ilha do Tumba, território de estudo da pesquisa.

Justifica-se a escolha desta RESEX para pesquisa pelo contato que o pesquisador possuía com as duas comunidades caiçara que são beneficiadas pela UC: Comunidade do Marujá, no Parque Estadual Ilha do Cardoso, e Comunidade do Ariri, parte continental de Cananéia, próximo ao Parque Lagamar.

Sobre a história de ocupação do Marujá, Rodrigues (2001) aponta que no local antes viviam somente pessoas da comunidade caiçara. Lá era conhecido como Praia do Meio e a pesca e roça itinerante faziam parte do modo de vida local. Na década de 50 (do século XX),

² “Estão permanentemente ligados ao mar, onde a água salgada se mistura à água doce proveniente da drenagem continental. A mistura de águas ricas em nutrientes dos rios que aí deságuam e das águas costeiras é um dos mais importantes elementos responsáveis pela alta produtividade primária. Quando nos estuários existem grandes áreas de manguezais, a produtividade é ainda elevada. Em certos casos o estuário do rio se confunde com um golfo, tal a forma de alagamento que possui” (DIEGUES, 2002).

³ Para compreender melhor a estrutura hierárquica do órgão gestor, consultar o ANEXO B – Resumo do regimento interno da Fundação Florestal.

houve um pequeno número de veranistas da capital paulista que pretendiam instalar um condomínio de luxo:

Os primeiros habitantes tradicionais que se têm notícia foram os índios Carijó, que presenciaram a chegada dos primeiros europeus no Brasil. No final do século XIX, migrantes do estado do Paraná e Santa Catarina, descendentes de açorianos, chegam à ilha e alguns se casam com indígenas que ali viviam. Na década de 50, um grupo da capital paulista inicia as obras para instalação de um loteamento sofisticado na Praia do Meio (atual comunidade do Marujá), expressão da fase da especulação imobiliária e das políticas de colonização do Vale do Ribeira que marcaram a época (RODRIGUES, 2001, pág. 55).

Em 1962 a Ilha do Cardoso foi decretada como Parque Estadual, o que impossibilitou a continuidade do loteamento sofisticado na UC. A continuidade dos moradores tradicionais da Ilha também foi ameaçada. Para permanecerem em seu território precisaram de uma forte organização que fez resistência a essa mudança territorial. Além disto, o fato de virar um parque trouxe à baila novos atores sociais que até então não faziam parte do contexto. Rodrigues (2001) aponta que a Ilha do Cardoso é um território de muitos territórios. Isso denota que se trata de uma área de disputa, ao descrever as relações do Estado, turismo, comunidade caiçara e indígena:

A partir do momento em que se tornou um Parque em 1962 observam-se inúmeras transformações na apropriação e na organização espacial por parte daqueles que já viviam na ilha. Além disso, na condição de uma reserva, a Ilha começou a fornecer uma forte atração de novos personagens para a área: turistas, pesquisadores da universidade, veranistas, técnicos estaduais, pequenos comerciantes, entre outros. (RODRIGUES, 2001, pág. 65).

Duas lideranças locais, militantes da comunidade Caiçara do núcleo Marujá, relembram que as famílias de caiçaras já estavam vivendo no Parque há muito tempo antes de ser decretado como área protegida. Reconhecem que a criação do Parque foi positiva para conter o mercado imobiliário que iria se alastrar pela região. De todo modo alguns momentos históricos do Parque em que a gestão foi conturbada e, apesar disso, a comunidade não é contra o Estado, apenas acreditam que o plano de gestão ambiental da área deva ser feito de acordo com a realidade local (SMA et al., 1998).

A Ilha do Cardoso possui seis núcleos populacionais. Em 2001, o direito dos moradores tradicionais de permanecer no Parque estava assegurado em seu plano de Gestão Ambiental, o qual era reconhecido em muitas esferas do poder público e pela sociedade civil (RODRIGUES, 2001).

Essa mudança de território ocasionou uma mudança da forma de vida da comunidade caiçara. Muitos passaram a depender do turismo como fonte de renda, principalmente entre o

natal e carnaval, com destaque para o Marujá que recebe uma grande quantidade de turistas nessa época. Praticamente não há moradores que vivam só de pesca, no entanto são poucos os que não pescam mais e vivam somente do turismo. Cabe lembrar que o não desenvolvimento de suas atividades tradicionais deu-se pelo fato de o Parque estar sob um novo regime de uso do espaço, com muitas restrições ambientais (RODRIGUES, 2001).

Apesar desta mudança a comunidade não perdeu sua identidade caiçara. Em uma entrevista, uma liderança local do Marujá expõe o que pensa sobre essa relação da comunidade com o turismo:

Pesquisadora: Uma pergunta provocadora. O caiçara está deixando de ser caiçara quando se envolve nestas atividades turísticas?

Liderança local: Olha, se a gente não cuidar desse aspecto cultural, tá. (...) Mas se a gente continuar fazendo essas atividades e vendendo esses produtos, muito pelo contrário. Acho que a gente tá alicerçando, tá pegando esses visitantes como um grande aliado para ajudar na manutenção das culturas (OLIVEIRA; RODRIGUES, 2005, pág. 346).

Quanto ao Ariri, não foram encontrados na literatura trabalhos que possuam uma descrição detalhada sobre a comunidade. De todo modo, um pouco do histórico deste bairro está descrito nos resultados no subtópico “4.1. Histórico” da presente dissertação.

3 METODOLOGIA

Antes de se fazer esse trabalho, o pesquisador achou pertinente a existência de uma breve reflexão sobre o que nortearia a construção de uma avaliação de gestão da área protegida. Para isso, tomou como base o livro “Epistemologias do Sul”, organizado por Santos & Meneses (2009). Desta leitura resultou a reflexão a seguir, que foi o ponto de partida da pesquisa.

3.1 Reflexão sobre o método seguido na pesquisa

A diversidade de compreensão, a epistemologia, é toda ideia, refletida ou não, e que conta como um conhecimento válido. Diferentes relações podem dar origem a diferentes epistemologias (SANTOS; MENESES, 2009).

Santos e Meneses (2009) apontam a crença absoluta no conhecimento científico como máxima colonialista presente dentro do meio acadêmico. Essa relação de poder desigual está associada ao saber-poder que acabou suprimindo diferentes conhecimentos das nações que foram colonizadas, marginalizando suas compreensões de mundo.

Os autores fazem referência ao que possibilitou essa supressão: poderio militar econômico e político em uma versão colonialista do conhecimento praticado pelas nações mais poderosas. Dessa maneira o conhecimento e práticas sociais dos colonizados foram marginalizados resultando em uma homogeneização da ciência. A redução da diversidade epistemológica e cultural fez com que as que sobreviveram submetessem-se as normas epistemológicas predominantes. Assim, as que resistiram, ficaram conhecidas como conhecimentos locais, que na visão dos autores, traz a conotação de “saberes inferiores, próprios de seres inferiores”, uma adequação à epistemologia dominante.

Essa desqualificação dos saberes não ocidentais classifica-os como tradicionais. Tais saberes devem ser valorizados, pois sobreviveram ao poder hegemônico imposto pelos que colonizam também através da epistemologia dominante. Podem ser concebidos como modernidades alternativas ao padrão majoritário (SANTOS; MENESES, 2009).

Tal padrão majoritário não dialoga com outros tipos de conhecimento. A institucionalização da ciência em universidades e centros de pesquisa transforma-a em um aparato engessado. Pode-se inferir que se trata de uma forma de ocultar que por trás do padrão majoritário há um grupo minoritário que tem a pretensão de universalizar o conhecimento científico. No plano do conhecimento não é possível chegar a resumos breves, mas sim centrar energia em valorizar essa diversidade de saberes (SANTOS; MENESES, 2009).

Essa postura da ciência moderna pode ser denominada como pensamento abissal. É a anulação de qualquer outro pensamento que não seja o ocidental hegemônico. Sua principal característica é a impossibilidade de presença ou diálogo com outra forma de interpretação de mundo. Este pensamento, segundo seu próprio julgamento, é universal e distingue o verdadeiro do falso (SANTOS, 2009).

De um lado da linha abissal está o pensamento científico, do outro os conhecimentos populares que são considerados incompreensíveis, configurando-os (segundo a epistemologia hegemônica) como crenças. Isso torna as outras epistemologias matéria prima para investigação científica, mas não os iguala ao conhecimento científico (SANTOS, 2009).

Mesmo assim, cabe ressaltar que essa verdade universal do conhecimento é limitada. Ela é dada em determinada circunstância e seguindo determinado método (SANTOS, 2009). O mundo é epistemologicamente diverso. Por tal pluralidade torna-se necessário o relativismo em análises tanto científicas quanto em relação ao conhecimento externo (SANTOS; MENESES, 2009).

Santos (2009) afirma que a ciência moderna está em dois âmbitos: o campo do conhecimento e o campo das crenças. A crença na ciência e em seu poder de resolução das questões vai além do que, de fato, ela permite realizar. Contrariamente a isso existe a diminuição da confiança epistemológica da ciência pelos próprios cientistas, o que ocorreu na segunda metade do século XX. O autor afirma que essas duas interpretações da ciência moderna são formas de experimentar socialmente a ciência. Apesar do fato de grande parte da população interpretar a ciência de outra forma (crença), isso não faz com que a ciência moderna reconheça a diversidade de epistemologias de mundo, apenas reforça o seu ideal hegemônico (SANTOS, 2009).

Esse não reconhecimento da ciência das diferentes epistemologias acontece também dentro das ciências sociais.

Para Quijano (2009) as ciências sociais produzem um conhecimento unilinear que não contempla todas as experiências sociais de todos e acaba distorcendo a realidade. Como exemplo disto o autor cita a classificação da sociedade em classes, como no reino vegetal, dando a tonada que naturaliza essa estratificação social. Essa classificação está calcada na divisão do mundo entre Europa e Não-Europa.

Nunes (2009) afirma que a ciência, para que seja colocada como verdade absoluta, sempre tem a necessidade de demarcar a sua linha de borda, o contexto estabelecido, as variáveis e condições necessárias. Isso denota que não se trata de uma soberania indiscutível, mas sim de um eterno exercício de contingência dos outros entendimentos.

O pensamento abissal moderno divide os cidadãos dos seres coloniais, como se fossem perigosos selvagens. Houve a transformação do colonial para uma dimensão interna da metrópole, ocupada pelos marginalizados à hegemonia de pensamento. A humanidade moderna não pode ser concebida sem essa sub-humanidade moderna, sendo sua condicionante. Tal visão de mundo é idêntica a das metrópoles do período colonial (SANTOS, 2009).

A epistemologia dominante convive simultaneamente, mas não contemporaneamente às outras epistemologias. Existe um pensamento linear que coloca o pensamento hegemônico como o último passo, a principal forma de compreensão de mundo, o que não faz sentido para as outras epistemologias, no entanto são universalizados (SANTOS, 2009).

A hegemonia epistemológica atua também no direito. As leis determinam o legal e o ilegal, não dando outras possibilidades interpretativas, eliminam qualquer interpretação que não esteja prevista em seus textos. A hegemonia das leis remete-se ao colonialismo, quando as colônias eram consideradas terras sem lei, tudo que não for discutido em lei, não existe, está invisível aos olhos hegemônicos (SANTOS, 2009).

Mas de que forma criar uma ciência que esteja isenta do pensamento abissal? De que forma essa ruptura com o pensamento abissal influenciaria as Universidades e centros de pesquisa? Este tipo de questionamento é o princípio prudente: perguntas constantes e respostas incompletas. (SANTOS, 2009).

A construção do pensamento pós-abissal consiste em aprender com as outras epistemologias, confrontar a “monocultura da ciência moderna”, conforme alinha o autor, com uma “ecologia de saberes”. Reconhecer sua heterogeneidade (incluindo a ciência moderna) e incorporar a proposta de que o conhecimento é construído a partir do interconhecimento e das interações sustentáveis entre estes.

Para chegar-se a ecologia dos saberes há de se renunciar a qualquer epistemologia geral, ou melhor, aceitar a epistemologia geral de que não há uma epistemologia geral (SANTOS, 2009).

Cabe esclarecer que a proposta não é descrédito ao conhecimento da ciência moderna, mas sim não usar esta proposta de forma hegemônica. A concepção é o conhecimento como real e não uma representação do real (SANTOS, 2009). As questões discutidas pela ciência moderna por vezes fogem do real. Muitas vezes se prendem a uma discussão de métodos e dão respostas acadêmicas a problemas acadêmicos (SANTOS, 2009a). Desta forma, surge a necessidade de libertação de quadros teóricos importados e início da construção de referências também com os saberes locais (SANTOS, 2009).

Essa construção de referências com saberes locais necessita de uma equalização de importância das diferentes epistemologias. Esse reconhecimento e equiparação não privilegia nenhum, tampouco suprime as diferentes compreensões. Essa reinvenção epistêmica necessita de novos atores que estão à margem da epistemologia dominante (NUNES, 2009).

A assimetria dos diferentes conhecimentos assombra o pensamento hegemônico. A isto, Santos (2009) chama de diferença epistemológica. Tal diferença é o motor da Ecologia dos Saberes. Essa complexidade tem o seu êxito por não poder ser feita majoritariamente por um saber, pelo contrário, necessita do reconhecimento da assimetria por todos os conhecimentos para que assim construam um diálogo cruzando as possibilidades de conhecimento (SANTOS, 2009a).

A síntese do pensamento proposto por essa reflexão poder ser compreendida com a citação:

“(...) des-pensar, des-aprender no Sul global visa, sobretudo, reinventar ou reabilitar, como sábios e válidos, saberes e experiências que o pensamento ortopédico e a razão indolente declararam ignorantes e produziram como ausentes” (SANTOS, 2009a, pág. 480).

Com base nesta reflexão, a presente pesquisa assumiu quatro princípios:

1. Não há quadro de avaliação de gestão de Unidades de Conservação correto ou errado, existem interpretações distintas sobre a temática.
2. A percepção dos atores sociais envolvidos é tão importante quanto os quadros referenciais sobre avaliação de gestão de áreas protegidas. Tal princípio irá se refletir na metodologia da pesquisa;
3. O cruzamento das percepções dos entrevistados sobre avaliação de gestão pode gerar um resultado que foge ao esperado pelos quadros teóricos de avaliação de gestão de Unidades de Conservação. Isso é esperado e pretendido pelo pesquisador;
4. O objetivo maior deste trabalho, mais do que chegar a um resultado de avaliação de gestão, foi a construção de uma avaliação através de muitas visões sobre o território.

3.2 A Reserva Extrativista da Ilha do Tumba como foco de pesquisa

A pesquisa se trata de um estudo de caso realizado na Reserva Extrativista da Ilha do Tumba, em Cananéia/SP. A Unidade de Conservação foi instituída em 2008, com a Lei estadual nº 12.810 que delimita o Mosaico de Unidades de Conservação do Jacupiranga (MOJAC).

As comunidades beneficiárias da Reserva Extrativista são a do Marujá, que fica no Parque Estadual da Ilha do Cardoso (PEIC), e a comunidade do Ariri, bairro da parte continental do município de Cananéia (figura 1).

Figura 1 - Mapa de localização da RESEX Ilha do Tumba

Fonte: Base de dados ICMBio

A proposta de avaliação da gestão da RESEX foi apresentada ao Conselho Deliberativo na reunião ordinária de agosto de 2013 para que este julgasse a pertinência do projeto de pesquisa. Com seu consentimento foi firmada a parceria com a Fundação Florestal (FF) em dezembro de 2013, órgão estadual responsável pela gestão.

Em paralelo foi necessária aprovação da proposta pela comissão de ética na pesquisa com seres humanos da ESALQ/USP. Por se tratar de uma investigação que trabalha com a percepção de diversos atores sociais, o método de levantamento de dados, o Termo de Livre Consentimento Esclarecido (TLCE) e concordância da população em ser abordada pela pesquisa foram apresentados para a ESALQ a fim de que a pesquisa fosse regulada por uma comissão pertinente à proposta. A autorização da comissão de ética foi dada em setembro de 2013.

A pesquisa pretendeu criar uma forma de avaliação em que a comunidade diretamente envolvida e atores sociais pertinentes à gestão estivessem inseridos. Baseou-se no método “modelo misto” que consiste no diálogo entre dados qualitativos e quantitativos (SAMPIERI; COLLADO; LUCIO, 2006).

3.3 Dados Qualitativos

O primeiro passo foi o levantamento de dados através de uma análise exploratória. As pesquisas exploratórias apresentam uma menor rigidez e sua função é proporcionar uma visão geral e aproximativa de determinado aspecto, além de um enriquecimento por fornecer um ponto de vista recente e holístico, sendo sua aplicação comumente aceita em temas pouco pesquisados (GIL, 2011; SAMPIERI; COLLADO; LUCIO, 2006).

O levantamento qualitativo de informações relevantes sobre a RESEX aconteceu em duas frentes de trabalho: pesquisa documental e entrevistas semiestruturadas.

A pesquisa documental utilizou o Plano de Utilização da Unidade de Conservação (documento que prevê o mapa de uso da Unidade, assim como diretrizes para sua gestão), atas de reuniões da última gestão do Conselho Deliberativo que foram cedidas para estudo pela Fundação Florestal, a lei estadual que institui o mosaico de Unidades de Conservação do Jacupiranga e o Regimento Interno da Fundação Florestal.

As entrevistas semiestruturadas foram realizadas com beneficiários da RESEX, representantes do Conselho Deliberativo da UC, lideranças locais das duas comunidades, funcionários do governo municipal que possuem relação direta com as comunidades do Marujá e Ariri e equipe técnica da Fundação Florestal ligada à gestão da UC.

As conversas com funcionários da prefeitura tiveram a finalidade de facilitar a compreensão de quais são as relações que o poder público municipal tem com as comunidades em questão.

Aos beneficiários da RESEX as entrevistas foram iniciadas com questões referentes ao grau de conhecimento da Reserva em si e sobre seu cotidiano, além de aspectos positivos e negativos em sua gestão.

Essa mesma pergunta foi norteadora da conversa com representantes do Conselho, lideranças locais e equipe técnica da Fundação Florestal responsável pela gestão da UC.

Os entrevistados mais ativos nos processos de gestão e organização comunitária, assim como em participação nos Conselhos Deliberativos e Consultivos pertinentes tiveram uma maior abertura à gravação das entrevistas do que aqueles que não possuem esse envolvimento. Deste modo foi utilizado como critério que entrevistados que não tinham este envolvimento não seriam gravados, pois dessa forma eles se sentiam mais à vontade para expor sua percepção durante a conversa.

Foram, portanto, gravados os diálogos com 11 entrevistados dentre as 24 entrevistas realizadas. As palavras dos entrevistados foram utilizadas como citações para exemplificar conceitos e o texto final foi elaborado com base em todas as entrevistas.

É importante ressaltar que as entrevistas foram consentidas e a comprovação deste fato se dá através de assinatura do TLCE. Os entrevistados que não tiveram as conversas gravadas permitiram que o pesquisador fizesse anotações após o encontro.

Por se tratar de uma pesquisa exploratória houve uma grande variação no tempo de cada entrevistado, de cinco a noventa minutos.

A compreensão de que já haviam sido feitas entrevistas suficientes se deu quando as entrevistas começaram a repetir o padrão das percepções apresentadas anteriormente. Quando o pesquisador percebeu que não estava mais coletando informações novas entendeu-se como suficiente o número de entrevistados, que no total foram 24 pessoas (entre entrevistas gravadas e anotações).

Das pessoas entrevistadas, duas são funcionários da prefeitura de Cananéia, uma pessoa da sociedade civil, duas pessoas da Fundação Florestal e 19 das duas comunidades beneficiadas pela RESEX.

Foram geradas um pouco mais de 7 horas de gravações. O tempo para transcrição deste material foi de aproximadamente 42 horas, uma média de seis minutos de transcrição para cada minuto gravado. A transcrição e as anotações do primeiro campo geraram 150 páginas de dados qualitativos.

As citações no tópico “4. Resultados e Discussão” pertencem à fala dos entrevistados que aceitaram a gravação. Alguns trechos das citações foram tirados e em seu local inserido

“(...)” ou “fulano, beltrano, cicrano”. Esta medida foi feita para garantir o sigilo conforme estabelecido no TLCE da pesquisa.

A etapa exploratória (entrevistas semiestruturadas e pesquisa documental) gerou os resultados que estão nos subtópicos “4.1. Contextualização” e “4.2. Aspectos pertinentes à gestão da RESEX”.

3.4 Dados Quantitativos

Os métodos quantitativos são dotados de grande aceitação no meio científico e reforçam as considerações qualitativas (GIL, 2011).

Para a avaliação quantitativa utilizou-se a base teórica que norteia a avaliação de gestão de áreas protegidas. Os autores Hockings et al. (2006) não apresentam um método pronto do que deve ser feito, mas sim orientações gerais para que uma avaliação cumpra os objetivos da realidade em estudo.

Os autores Cifuentes, Izurieta e Faria (2000) apresentam formas mais detalhadas de avaliação, criando âmbitos, variáveis, subvariáveis e parâmetros para mensurar uma gestão.

Também foi utilizada a reflexão teórica, a qual fundamenta a necessidade de se criar métodos que contemplem as diferentes percepções de forma igualitária, deixando de lado a hegemonia exercida pelo academicismo.

Deste modo, a construção do questionário que avaliou a gestão da RESEX de forma quantitativa, através da mensuração da opinião dos entrevistados, baseou-se em:

- Âmbitos a serem avaliados conforme sugere Cifuentes, Izurieta e Faria (2000);
- Âmbitos criados de acordo com a percepção dos entrevistados, como sugere o tópico “3.1. Reflexão sobre o método seguido na pesquisa”.

Logo, o questionário de avaliação é um dos resultados da pesquisa (subtópico “4.3. Questionário de avaliação e público alvo”). Sua construção foi feita após a elaboração dos subtópicos “4.1. Contextualização” e “4.2. Aspectos pertinentes à gestão da RESEX”, gerados a partir do levantamento qualitativo.

O resultado da avaliação feita pelo questionário está no subtópico “4.4. Resultados da avaliação”, apresentado através da tabulação e porcentagem de escolha das alternativas do questionário fechado.

As diferenças de opiniões entre os entrevistados estão apresentadas no tópico “4.5. Diferenças entre Fundação Florestal e Conselho”.

Conforme explicitado, a pesquisa tem caráter exploratório. Deste modo o questionário piloto necessitou de ajustes. As melhorias nesta ferramenta de avaliação após essa primeira utilização estão no tópico “4.6. Melhorias no processo de avaliação de gestão”.

3.5 Comunicação dos Resultados

Após a formalização da pesquisa junto a Fundação Florestal, o pesquisador mudou-se para Cananéia com o intuito de ficar próximo do Conselho e do cotidiano da RESEX Ilha do Tumba. Tal fato viabilizou sua participação em todas as reuniões do Conselho Deliberativo entre fevereiro e agosto de 2014.

Em cada encontro foi feito repasse ao Conselho referente ao andamento da pesquisa. Além das entrevistas, este foi o espaço de comunicação entre o pesquisador e os atores sociais envolvidos.

Ao final do levantamento de resultados, apresentou-se o resumo do processo de avaliação de gestão da RESEX (ANEXO A – Apresentação dos Resultados ao Conselho Deliberativo) e a cópia deste documento para cada um dos representantes do Conselho da comunidade do Marujá, Ariri, Sociedade Civil e funcionários da Fundação Florestal na reunião de 25 de agosto de 2014.

Juntamente com a entrega do relatório foi repassado ao Conselho todo o procedimento de avaliação e coletadas as opiniões sobre a pesquisa, que serão apresentadas no tópico “4.5 Melhorias no processo de avaliação de gestão”.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

4.1 Contextualização

Neste subtópico a dissertação traz uma síntese do que os entrevistados afirmam sobre o Histórico da região e sobre a dinâmica das duas comunidades beneficiadas pela RESEX Ilha do Tumba.

4.1.1 Histórico

Os entrevistados citaram fatos de como se deu a evolução da organização social frente a mudanças políticas, como o decreto de Unidades de Conservação, mudanças culturais que aconteceram nas últimas décadas e o processo de interação entre a comunidade e o órgão ambiental que gere as UCs da região.

A intenção neste tópico não é de fazer uma cronologia dos acontecimentos, mas sim dos assuntos que foram citados e que, na visão dos entrevistados, influenciaram e influenciam a gestão dos territórios protegidos.

Muitas áreas protegidas do Vale do Ribeira foram criadas durante o período militar. Neste contexto, as áreas protegidas entraram como delimitações de território impositivas aos moradores locais.

Antes das mudanças no território as famílias possuíam roça, criação de animais e viviam da pesca. Essas atividades eram suficientes para o sustento. Com as restrições de território alguns destes moradores recorreram à extração de palmito, conforme explica o entrevistado.

Mas é uma coisa que todo morador tradicional sabe que se o pessoal passou a trabalhar com palmito na região. Isso é uma coisa que é debatido em um monte de reunião em todos os municípios que eu vou. É que essa que foi o próprio Estado que jogou a população pra clandestinidade do Palmito. Porque antigamente há 30, 40 anos pra trás ninguém mexia com palmito, o cara tinha sua lavoura, sua roça, criava o seu porco, sua galinha, comprava muito pouca coisa, mas não, raramente tinha um cara comprando palmito, era muito difícil. Daí o que aconteceu? Criou-se um monte de Unidade de Conservação, não se teve um projeto pra população trabalhar nisto ou naquilo (Entrevistado 10).

Na visão do entrevistado, que vivenciou parte desta época, este foi o início do problema de extração do palmito, o qual foi gerado pela falta de planejamento das áreas protegidas na região do Vale do Ribeira.

A forma de ganhar a vida da população, tanto do Ariri, quanto do Marujá teve suas mudanças, mas não foi apenas para extração de palmito. Deixou-se de lado o trabalho de roça de subsistência e pesca como elementos principais do orçamento familiar dando lugar a outras

funções. No caso do Ariri o turismo, funcionalismo público e serviços acabam sendo a nova forma de vida dos moradores. No Marujá o turismo se tornou o carro chefe do orçamento familiar.

Com o fato de ter sido alterado o modo de vida as demandas e motivações da comunidade foram se alterando ao longo do tempo. Uma mudança fez com que o dinheiro e sua importância aumentassem

O estilo das casas mudou bastante também e a questão financeira, hoje todo mundo tem sua conta no banco, vai receber na cidade, ou vai fazer alguma coisa na cidade. Antigamente para você ir na cidade era um sacrifício (Entrevistado 10).

Na opinião de um dos entrevistados, que não é um morador tradicional, os moradores se adequaram a nova ordem territorial:

Nós sabemos o que podemos e o que não podemos, e preservamos muito, aí existe todo um carinho e cuidado, porque os moradores são tradicionais, existe uma tristeza, mas o que pode, pode, e o que não pode, não pode. Existe essa compreensão. Podem até contestar, mas são muito éticos, é lógico que você não controla tudo, eu não posso por minha mão no fogo, mas eu vou dizer pra você que eles têm esse conceito, respeito (Entrevistado 08).

No entanto, muitos entrevistados afirmam que o órgão ambiental competente pela gestão (Fundação Florestal) passou por uma queda na qualidade de trabalho e de comunicação entre a comunidade e Estado.

Um dos entrevistados afirmou que esta mudança organizacional do núcleo de Cananéia foi de 2005 para cá. Antes havia uma equipe muito grande e uma administração bem articulada fazendo com que o núcleo de Cananéia da Fundação fosse tido como exemplo de gestão. Por mudanças de funcionários e de política interna, hoje existe uma situação de pouco diálogo e ação entre o Estado e a Comunidade. Atualmente as demandas das comunidades, usando como exemplo o Marujá que fica dentro da Ilha do Cardoso, são tratadas de uma forma diferente do que foi em gestões passadas:

Era uma época que tinha tanta gente que dava um jeito de um estagiário, voluntário, ou pesquisador, ou não sei quem, ou “Ah, vai lá e coloca alguém pra trabalhar”. Quando eu cheguei, por exemplo, aquele hotel grande lá, o Glória, ele era chapado de funcionários. O Glória já não funcionava mais. Então, o Instituto Florestal tinha recolhido todos os funcionários desse hotel Glória (que era um hotel estadual) e todo mundo trabalhava de funcionário do Parque, tinham mais de 40 pessoas, o Parque! Não tinham todas as Unidades de Conservação lá dentro. Agora se você somar todos não dá 40 e são muitas Unidades de Conservação (Entrevistado 05).

O trabalho era feito de uma forma de parceria, principalmente com a comunidade do Marujá e isso trazia benefícios à gestão do Parque Estadual Ilha do Cardoso. Do ano de 2005

em diante o PEIC teve mudança de cinco gestores. Essa troca de lideranças comprometeu a relação entre comunidade e Estado

Vão mudando os acordos vão mudando as pessoas, as pessoas não tem um histórico. Marujá decide um negócio vai lá pro Parque pedir ajuda às vezes o Parque fala ‘Mas que isso?’ né. Um exemplo disso aconteceu na última reunião, começaram a discutir um cachorro “pô, tem um cachorro lá no Marujá”. O Parque era infernal com a história do cachorro, criava regra, criava um monte de coisa e agora eles falaram “tem um cachorro lá” fizeram denúncia. Ai o Parque vai lá e fala “Ah, mas qual o problema do cachorro?”, o Marujá fala “Poxa vida! A gente tem isso de acordo há mil anos” (...). Então, enfraquece a gestão, as regras que se ajudavam e aumentavam o tom de 2005 pra lá elas vem sendo reescritas (Entrevistado 05).

Além da troca de gestores há também, na opinião deste entrevistado, a questão de que o gestor necessita ter um perfil forte e conciliador para que essa relação Estado e Comunidade se fortaleça:

Se você tem um gestor que tem mais raça ele vai lá acerta as coisas com a comunidade, vai lá e briga. Se você tem um gestor mais mole, ele vai conversa com a comunidade, volta pra Fundação e volta e fala pra gente “Ah, eu acho que isso que vocês tinham falado não vai rolar, porque tem isso, tem aquilo” (Entrevistado 05).

Além desta mudança na forma de gestão, houve de 2008 em diante a incorporação de novas áreas protegidas para serem geridas dentro do Núcleo Cananéia da Fundação Florestal.

A lei nº 12.810 de 2008 teve o intuito de alterar os limites do Parque Estadual do Jacupiranga (instituído pelo Decreto-lei nº 145, de 8 de agosto de 1969), excluindo e incluindo áreas, além de reclassificando locais para novas modalidades de áreas protegidas (SÃO PAULO, 2008).

Deste modo, O Parque do Jacupiranga foi transformado em 13 áreas protegidas. Destas 04 são Reservas de Desenvolvimento Sustentável, 02 Reservas Extrativistas 04 Áreas de Proteção Ambiental e 03 Parques Estaduais (SÃO PAULO, 2008).

Devido a necessidade de não diminuir a área de proteção integral o artigo 4º, em seu inciso XIII aponta como sendo o motivo de incorporação da parte norte da Ilha do Tumba, para compor o Parque Estadual Lagamar (SÃO PAULO, 2008)⁴.

A gestão do mosaico prevê que a gestão deva ser integrada e que as UCs devem ter Conselhos Deliberativos ou Consultivos. Há também o comprometimento do Estado em

⁴ Este ponto será trabalhado mais à frente no subtópico “4.2.2. Reserva Extrativista Ilha do Tumba, item ii) Tamanho da UC”.

assegurar os recursos financeiros Para regularizar a questão fundiária, assim como recursos humanos para a gestão do novo território (SÃO PAULO, 2008).

Artigo 15 - Considerando a complexidade socioambiental e fundiária das unidades de conservação que compõem o Mosaico do Jacupiranga, fica o Poder Executivo autorizado a proceder, mediante decreto, a eventuais retificações dos limites territoriais desses espaços protegidos, desde que observadas, cumulativamente, as seguintes condições:

I - quando estudos técnicos indicarem a necessidade da retificação para compatibilizar a área da Unidade de Conservação com o zoneamento previsto em seu Plano de Manejo;

II - se a proposta de alteração, após manifestação dos conselhos consultivos e deliberativos, e os procedimentos administrativos pertinentes, for previamente aprovada pelo Conselho Estadual do Meio Ambiente - CONSEMA;

III - quando a retificação não reduzir em mais de 3% as áreas de proteção integral instituídas por esta lei, e em 5% a área total do Mosaico do Jacupiranga.

Parágrafo único - Quando a alteração implicar exclusivamente na inclusão de novas áreas às Unidades de Conservação inseridas no Mosaico do Jacupiranga poderão ser dispensadas as condições estabelecidas no inciso III desse artigo (SÃO PAULO, 2008).

A lei também prevê que áreas protegidas podem ser incorporadas futuramente ao Mosaico do Jacupiranga, estando essas justapostas ou vizinhas ao Mosaico e que apresentem estudos técnicos que comprovem a importância dessa inclusão (SÃO PAULO, 2008).

Por fim, fica estabelecida que até que os planos de gestão das UCs do Mosaico estejam prontos a zona de amortecimento será de 5 km a partir do limite das UCs (com exceção das APAS). Durante a espera do Plano de Manejo o órgão utilizará plano de gestão especial, com zoneamento provisório (SÃO PAULO, 2008).

4.1.2 Comunidades beneficiadas pela RESEX Ilha do Tumba

Uma das características principais da comunidade caiçara foi ressaltada por um dos entrevistados. Este aponta que o modo de vida desta comunidade foi o fator que fez com que as florestas de região estivessem em pé e que também freassem a grilagem: “Porque essa floresta só tá em pé porque tem essa galera, ponto. Se essa galera não tivesse aí já tinham grilado tudo, e só você ver o que aconteceu em volta” (Entrevistado 05).

Apesar deste benefício que a comunidade traz sua dinâmica de vida mais ligada aos fatores ambientais e por demanda de necessidade acaba sendo difícil de compatibilizar com trâmites burocráticos que a gestão de áreas protegidas necessita para que se tenha um maior controle do uso de recursos.

Os entrevistados apontam que a postura do caiçara (de maneira geral) acaba sendo reticente e desconfiada em relação às formas de organização social que sejam diferentes das que fazem parte de sua tradição:

Caiçara não vai perguntar nada pra você, 90% não pergunta, ele vai ficar com a dúvida, mas não pergunta. (...) Você vai fazer uma palestra pra um caboclo lá do mato, pra um caiçara lá, você vai falar difícil ele não vai entender, não vai entender mesmo, vai ficar lá na dúvida, não vai perguntar por que tem vergonha (Entrevistado 09).

No entanto, as duas comunidades (Marujá e Ariri) possuem um histórico de organização necessário para conseguir se enquadrar neste território cercado de áreas protegidas. Essas organizações não são necessariamente representativas de 100% da população local, conforme coloca um dos entrevistados “Quando tem uma associação que interage, mas isso faz parte da associação. Existem grupos dentro da comunidade que são meio que cada um segue um caminho. Existe uma rivalidade ali” (Entrevistado 05).

i) Marujá

O Marujá, segundo um dos entrevistados, é a única comunidade rural de Cananéia que a população tem aumentado. Isso se explica pelo fato de que foi desenvolvido um sistema de turismo vantajoso aos moradores locais, sendo conveniente que estes fiquem ao invés de sair e trabalhar para terceiros em Cananéia ou em outra cidade.

E eu acho que o Marujá tá vivendo esse momento somado à outras condicionantes. Lá no Marujá tem muitas famílias, quando eu cheguei tinham 150 pessoas agora eu acho que tem quase 200, talvez seja a única comunidade rural de Cananéia crescendo, as outras estão todas declinando. Porque eles criaram um sistema econômico que comporta uma comunidade um pouco maior e todo mundo quer... É mais seguro continuar lá do que vir pra Cananéia trabalhar (Entrevistado 05).

Imagens da comunidade do Marujá – Parque Estadual Ilha do Cardoso.
Fonte: Henrique Zorzini (setembro de 2012).

Segundo o entrevistado isso foi possível pela organização que a comunidade teve. Muitas lideranças entenderam a necessidade dessa união, fazendo com que a gestão comunitária tivesse um processo rotativo de administração.

Essa rotatividade de líderes é importante para o exercício democrático. No entanto, o entrevistado complementa que o fato desta organização comunitária ter sido criada, não implica automaticamente em participação, lembrando que um dos líderes quando assumiu a Associação de moradores não conseguiu envolver os moradores locais:

Porque ter poder e liderança é muito diferente. Eles tem lugares no mundo diferentes. (...) Ele tinha o poder, mas as pessoas não iam nas reuniões dele, ou quando iam, ele não tinha o respeito da turma e aí as coisas foram caindo em desuso, ao ponto de não conseguirem reestruturar (Entrevistado 05).

Além destas posturas diferentes dentro da comunidade, a diminuição da participação dos moradores em processos decisórios cria rugas entre eles nos assuntos pertinentes à comunidade. Provoca a desunião da população local e contribui para embates internos.

Jovens

Os jovens têm ficado no seu local de origem e continuado o modo de vida: “Então pro jovem é melhor casar e ficar lá do que sair pra estudar fora e de repente ficar desempregado aqui em Cananéia. Então, o sistema que segura o jovem que acho que já cobre um patamar, em termos de desenvolvimento social” (Entrevistado 05).

A comunidade mais jovem tem começado a participar dos processos de organização social comunitária. Um dos entrevistados entende como muito importante esta postura, pois eles precisam começar a assumir essa responsabilidade:

Quando nós fizemos o planejamento estratégico nosso aqui 80% foi a juventude que fez. (...) Faixa de idade aí de 12 a 16 anos, nós tava em, nós dividimos em dois grupos pra tentar facilitar mais o trabalho né e a parte da juventude, os mais jovens, que foram até o fim. Da parte mais de idade um pouco ficou quatro pessoas (...) agora a juventude participou até o fim, ficar o dia todo dentro do salão lá, discutindo (...) É, e não foi uma vez, duas vez, três vez, quatro vezes não, nós demoramos meses pra fazer isso, e eles foram até o fim, a juventude (Entrevistado 04).

Organização política comunitária e associação de moradores

As lideranças da comunidade do Marujá possuem uma postura persistente para conseguir representar a comunidade e ser ouvida nos locais de discussão em que estão presentes. Um dos líderes da comunidade relata experiências de persistência para conseguir

valer os direitos, assim como o conhecimento que acabou adquirindo sobre trâmites burocráticos ao longo dos anos.

Essa liderança persistente foi um dos fatores que consolidou a AMOMAR – Associação dos Moradores do Marujá, como exemplo desta força comunitária que a Associação representa. Um dos entrevistados relatou uma última experiência em que a Associação foi à Fundação Florestal defender os direitos de uma família tradicional do Marujá. A família morava em uma casa de veranista que foi emitida a ordem de demolição. Porém ainda não havia sido liberada a ordem de construção da casa da família e esta ficaria desalojada e teria de ser realocada para fora do Parque.

A AMOMAR apresentou para a Fundação Florestal o laudo antropológico (documento técnico elaborado pela própria Fundação) que mostra a família em questão como moradores tradicionais e juntaram outras provas sobre a legitimidade da mesma. Mesmo com essa documentação o processo voltava pedindo os mesmos dados que já haviam sido enviados.

Por fim, um dos líderes conseguiu ter acesso ao secretário que estava em Cananéia e expôs a situação:

Aí quando o secretário veio (...) peguei a mulher da casa, a mulher uma choradeira rapaz, filho pequeno, enfiei no barco fui pra lá pra reunião e lá apresentamos tudo e ela tava lá, chorando lá (...). Aí, ele [secretário] falou assim “Porque que vocês não pedem a prorrogação do prazo?”, eu falei “prorrogar o prazo do quê? Da demolição da casa? Nós não viemos aqui pra pedir esmola... não viemos aqui pra pedir prorrogação de demolição de casa de veraneio, é problema do Estado, num temo nada a ver com isso, o Estado deixou entrar que se vire com eles. Nós queremos resolver o problema do morador, morador vive nessa casa, é caseira, precisa de um lugar pra ficar, tem um filho que estudo no Ariri que nasceu lá, é filha de um morador que tá aqui o laudo, tem o histórico dessa família. Eles não invadiram o parque, quem invadiu a vida deles foi o Parque”. (...). Aí tá, subi pra lá, quinze dias depois veio a ordem de autorização da casa pra ela fazer, tá construindo lá (Entrevistado 04).

A AMOMAR está em um processo de refortalecimento. De todo modo essa queda na articulação local é lamentada por parte dos envolvidos nesta organização, pois a Associação é uma referência de organização comunitária no Vale do Ribeira:

Eu lamento muito você chegar a esse pé, porque a AMOMAR tem um histórico cara, não é qualquer Associação. Acho que é a única Associação que tem no Vale aqui que é regulamentada, nós temos um monte de Associações e nenhuma delas é regulamentada. (...) Temos contador, temos certidões negativas, receita federal, tudo, declaração do imposto, foi declarada de Utilidade Pública, tudo certinho entendeu? Tem uma força muito grande (Entrevistado 04).

Apesar da representatividade e força que a Associação possui, muitos associados entendem que contribuir com a mensalidade é o suficiente como participação. Pode-se

entender esta postura como consequência deste desgaste que veio acontecendo nos últimos anos entre Comunidade e Estado e também de gestão anterior mal sucedida da Associação.

Turismo e Veranistas

No Marujá o turismo se tornou a base do orçamento de muitas famílias. Grande parte dos moradores se dedica ao turismo entre o final do ano e carnaval, época de alta temporada na Ilha do Cardoso. A dedicação ao turismo se traduz em acomodação de hóspedes em campings e pousadas, passeios de barco e monitorias em trilha, assim como alimentação nos restaurantes e lanchonetes. Muitos destes serviços de turismo funcionam apenas na temporada.

Pode-se inferir que o turismo assumiu essa importância na comunidade por conta do território. Foi a saída que a comunidade encontrou para se manter economicamente e continuar na Ilha do Cardoso, visto que foram proibidos de exercer suas práticas tradicionais.

Devido a isso, a relação da comunidade com turismo e veranistas é antiga. Uma das famílias entrevistadas trabalha para a casa de um veranista na parte norte da comunidade. Os veranistas conseguiram receber indenização do Estado e logo a casa será demolida, no entanto, o processo está paralisado por hora por conta que os donos da casa de veraneio estão em desacordo. A retirada das casas dos veranistas é considerada um ponto positivo para uma das lideranças:

Sabe aquela casa ali que tem uma placa que foi demolido ali? Ali logo depois daquela... tem uma placa ali... é a casa de um cara que foi demolida ali agora em novembro. Esse cara ofereceu até dinheiro pra mim pra dar uma força pra... falei “meu, não tem o que fazer cara, eu represento uma comunidade, eu não vou defender de vocês, o estatuto nosso é claro que o dever da AMOMAR é defender interesse do morador e não do veranista, então eu não vou fazer isso” (...) É, a gente só mora, a gente não sabe o que vai acontecer com a gente aqui pô! Agora, é justo o cara que mora lá na casa do chapéu que tem padaria em Alphaville que nem ele tinha, dono de padaria em Alphaville, dono de posto de gasolina ter uma casa aqui, por quê? Cara que mora aqui é porque precisa daqui (Entrevistado 04).

ii) Ariri

A comunidade do Ariri localizada na parte continental de Cananéia faz divisa com O Parque Estadual Lagamar e o Parque Nacional do Superagui. Dispõe de uma estrutura maior que o Marujá: escolas de ensino fundamental e médio que atendem ao bairro e as comunidades do entorno, posto de saúde da família, comércio local bem desenvolvido, iluminação pública e algumas ruas com paralelepípedos e guias.

Imagens da comunidade do Ariri – Parte Continental de Cananéia/SP
Fonte: Tamar Shimodaira (fevereiro de 2015).

Apesar de continental o bairro é de difícil acesso, são 66 km em estrada de terra da parte central de Cananéia até o Ariri, ou de balsa que leva em média 3h. Atualmente vivem no bairro 363 pessoas, conforme dados coletados com a equipe de funcionários do posto de saúde da família.

Segundo os entrevistados, a movimentação econômica do bairro se dá pelo trabalho nas casas de veraneio, turismo e principalmente funcionalismo público. Apesar desta estrutura econômica do bairro, um dos entrevistados afirma que a pesca também está presente, mas para consumo próprio, não para venda: “A pesca é uma pesca mais artesanal mesmo. Pra consumo próprio. São poucos o que estão fazendo... Já tiveram mais” (Entrevistado 08).

Os entrevistados apontam que nos últimos anos o bairro sofreu uma mudança nas relações internas da comunidade. As movimentações religiosas são o motor da vida social da comunidade e também o que acaba dividindo a população local: “Tem um racha, e lá é um racha religioso, tem a galera da igreja católica e da evangélica e tem a galera que não faz parte de nada” (Entrevistado 05).

Um morador afirma que houve um aumento dos moradores que são evangélicos. Ele complementa que essa divisão, muitas vezes, compromete articulações internas necessárias ao desenvolvimento do bairro:

Antigamente, quando eu fui embora daqui, tinha só igreja católica e Assembleia de Deus. Hoje 50% da população ou mais é de outra religião. Normalmente essas pessoas não fazem parte da Associação, não se misturam. (...) É muito difícil você fazer um abaixo assinado, tem alguns que nem quer assinar nem que seja para escola, nem que seja pra um monte de coisa o cara não assina. Então, antigamente era uma minoria de pessoas que era evangélica, hoje tem muitas pessoas que são evangélicas (Entrevistado 10).

Outro entrevistado pontua que moradores que possuíam uma relação mais próxima com a igreja católica tiveram um desenvolvimento de organização comunitária. Os resultados desta movimentação resultam desse envolvimento e esse retorno motivava a comunidade católica a participar deste ambiente coletivo:

Conseguimos reformar [a igreja católica], conseguimos fazer um piso que hoje tem um piso bom. (...) Então é uma coisa que o pessoal vê que tem, tá dando resultado. (...) É um pouco diferente daquilo que você luta, luta e não vê nada, entendeu? (Entrevistado 09).

Outro entrevistado aponta que as organizações das igrejas evangélicas também possuem uma organização social eficiente e que traz benefícios ao bairro, apesar desta divisão religiosa:

O que move mesmo o Ariri hoje em relação a parte social, é a parte religiosa, por que eles são muito religiosos, e isso é o que realmente alavanca, então as igrejas elas fazem um projeto social bem bonito, tem uma igreja aqui que inclusive tem uma quadra de esporte que ela cede para os jovens durante a semana, um passo espiritual mesmo, porque uma coisa não anda sem a outra. Então aqui a coisa que mais tem é igreja. Aí você fala, mas tem muito haver com o custo social, tem porque existe o

foco deles, tanto na católica quanto na batista, quanto na assembleia de Deus, quanto a cristã, e é onde eles realmente acabam se movimentando (Entrevistado 08).

Jovens

De acordo com os entrevistados o bairro não possui tantas oportunidades aos jovens, principalmente aos recém-formados no Ensino Médio:

A questão dos jovens, eles se formam no ensino médio e ou trabalham em pequenos comércios aqui, ou trabalham com pesca artesanal, mas não tem tantas outras oportunidades. (...) Concurso da prefeitura se tiver... (...) Casa de turistas, a gente tem um condomínio aqui, uma grande parte deles também trabalham (Entrevistado 08).

Uma possibilidade de formação são os cursos de ensino superior à distância, oferecidos por uma universidade particular. No entanto o custo muitas vezes é alto e poucos acabam realizando.

A evasão dos jovens do Ariri acaba acontecendo. Muitos procuram uma realização pessoal e profissional fora. Cabe citar como exemplo dois jovens que saíram do bairro que um entrevistado contou:

Fulano, se ele tivesse aqui, aonde que ele ia tá? Ele comprou uma casa de 130 mil, vai tá pagando? Vai tá pagando um negócio que é dele. Comprou um carro. Se ele tivesse aqui no Ariri ele ia arrumar o que? Ele, e ele era um cara social, que participava dos negócios da igreja, a gente fazia gincana, a gente tava envolvido em tudo. Fazia parte do “Nós da Rede”, entendeu? Mas se ele fica aqui dançando um Fandango batido, ou coordenando Fandango batido, coordenando Associação, ele ia ter o que? O Futuro dele aonde ele ia? (...) beltrano, ele também dançava batido com nós, entendeu? Mas ele não via futuro nisso aí. Agora, pra lá, e atrás dele estão indo outros, que daqui a pouco chega com carro, daqui a pouco o cara chega bem vestidinho, chega com seu bom tênis, com seu celular, com seu computador. Até você explicar que a cultura é bacana é legal, mas até onde ela é legal? (Entrevistado 10)

Além da exemplificação de jovens que saíram do bairro, neste trecho acima o entrevistado faz uma crítica aos projetos de valorização cultural caçara. Coloca que, apesar de sua importância, isso não prende os jovens no bairro, pois estes não se veem desenvolvendo essas atividades que não vão de encontro aos desejos que possuem.

Organização comunitária e Associação de Moradores

Assim como no Marujá a participação em movimentações sociais é importante para a comunidade. Um dos entrevistados que tem postura ativa na discussão das demandas do bairro possui uma visão positiva do processo de participação: “Então sempre a gente fica se

engajando nessas coisas então tem um ganho e tem uma visão diferente das outras pessoas que não participam” (Entrevistado 10).

Um benefício claro desta participação foi o fato de conseguirem articular com o governo do Estado para que o bairro do Ariri não ficasse dentro do desenho do Mosaico do Jacupiranga. Esta iniciativa coordenada pelas lideranças locais foi uma importante conquista aos moradores do Ariri.

Os moradores também fazem esta participação ativa nos Conselhos de áreas protegidas pertinentes aos seus interesses. Quanto a participação na Associação de bairro, outra liderança local pontua que houve problemas por conta da participação baixa, mas há o entendimento que mais importante do que muitas pessoas participando e a qualidade neste processo de discussão:

A Associação de bairro a gente criou há muitos anos atrás e ficou ruim por causa do fato de pouca participação e da qualidade né, também, porque às vezes não adianta ter 50 pessoas e não ter qualidade. Eu acho assim, que o que vale é a qualidade, pode ser pouco, mas com qualidade. Então, hoje, a associação de bairro, ela tá boa. Hoje ela tá participativa, com poucas pessoas, mas tudo tem objetivo, sabe aonde quer chegar, sabe o valor que tem, porque a gente teve resultado, entendeu? (Entrevistado 09).

Mesmo a Associação sendo fortalecida a organização sofre com pressões externas que acabam tirando proveito da comunidade. Um dos entrevistados relata a experiência de quando uma advogada, de fora da comunidade, começou a participar dos encontros da Associação e interferir nos processos decisórios.

Aí foi colocada essa advogada, quando eu cheguei a advogada já tava. Era advogada da Associação e todo mundo falando que ela tinha feito um monte de coisa e tal. Aí quando eu entrei na Associação, quando eu comecei a participar da Associação eu vi umas coisas que eu num gostei, dela dizer que a gente ia falar qualquer coisa “não, mas não é assim...” (Entrevistado 10).

Essa pressão continuou. A advogada fez a articulação para eleger um morador para ser presidente da Associação que não era associado, o qual foi votado por outros moradores que também não eram associados.

Os moradores que já são mais articulados neste processo de participação entraram com um requerimento para revogar a votação e conseguiram, já que poderia votar apenas quem é associado. O entrevistado contou detalhes deste processo de interferência e como foi necessário um posicionamento mais firme dos associados para que tal intervenção não seguisse adiante.

Turismo e Veranistas

Pode-se inferir com base nas entrevistas que o turismo não é a principal atividade econômica, mas a ideia de expandir as possibilidades e atrações de turismo no local faz parte dos anseios da comunidade. Um dos entrevistados aponta a possibilidade de fazer trilhas de visitaço no Parque Lagamar como uma opço de renda as pessoas da comunidade:

Até mesmo nós tinha uma ideia uma época de fazer umas trilhas assim nessas reserva do Parque pra poder ter uma licença, pra levar turista, você entendeu como é que é? (...) Sai lá no, não sei se você viu lá, sai lá na beira do mar. Nós tinha uma ideia de limpar assim pra andar com os turistas, mas tudo com ordem, se dessem uma ordem pra nós pra poder levar. Eu mesmo se tivesse essa chance assim eu ia trabalhar livre, com ordem, com licença sem causar problema, pra não andar tipo assim, pra não andar ilegal, pra não andar escondido. Você anda tranquilo, entendeu? (Entrevistado 11).

A cultura tradicional também se tornou um produto turístico no bairro. Um entrevistado afirma que os encontros de fandango só se realizam com a presença de turistas e não apenas para os moradores: “Você pode fazer um fandango, senão tiver meia dúzia de turista ninguém vai lá, ninguém nem vai lá” (Entrevistado 10).

Apesar de ser uma fonte de renda, um entrevistado aponta que a atividade precisa ser estruturada para não causar impactos negativos no bairro. Como principal aspecto negativo coloca as pessoas de fora que chegam ao bairro e montam estabelecimentos que atendem os turistas. Ter a população da comunidade do Ariri somente como empregada das pessoas que montaram estabelecimentos comerciais é ruim para o desenvolvimento social do bairro, como afirma:

Tem cara que ele tá achando o turismo uma beleza né, o turismo já montou um restaurante, já montou um bar, já tá tirando a freguesia dele e ele é dono de um bar que veio turista beber uma cerveja no bar dele e tá achando bacana. Não sabe que o cara que montou o bar dele amanhã vai trazer o bar dele vai tirar a freguesia dele. Sabe que o cara que montou uma pousada aí, que é de fora, que montou uma pousada que tem 20 quartos com ar condicionado com tudo tá tirando a freguesia dele que só tem ventilador (Entrevistado 10).

Em sua opinião, trabalhar com o exemplo do que o Marujá fez com a atividade turística é uma boa saída, pois torna a comunidade detentora desta atividade econômica e não subserviente a empreendedores externos. Por fim o entrevistado acredita que o turismo da forma que é realizado não traz benefícios ao bairro, pelo contrário:

Eu falo, eu discuto hoje no Ariri eu vou lá discutir, discuto, que o turismo hoje de veraneio no Ariri deixa no Ariri o Lixo. Ele não traz recurso nenhum. Eu discuti com o fulano outro dia no bar exatamente isso aí. Ele falou “Ah, você tá falando...” Não. Eu trabalho com turista. Eu trabalho no Marujá com turismo lá, lá o turista não manda em mim, lá sou eu que coordeno e sou eu que mando, ele só obedece lá. Claro que ele tem o direito dele, mas ele não mora lá (Entrevistado 10).

Sobre os veranistas, o bairro do Ariri, por não estar dentro de área protegida, sofreu uma forte especulação imobiliária. Existe um condomínio de luxo que fica separado da comunidade. Neste local onde está o condomínio, antes eram casas de moradores que venderam seus terrenos por preços baixos e se mudaram para locais mais distantes da margem do canal do Ararapira.

Os veranistas possuem uma relação com o local extremamente diferente que os moradores. Por serem casas de veraneio não existe uma preocupação com a dinâmica e melhoria do local.

Apesar disso, o entrevistado contou da experiência de um veranista que teve uma atitude diferente. Sua postura foi de trabalhar junto com a Associação de moradores e mostrar outro ponto de vista. Foi importante à população local construir uma opinião mais criteriosa sobre o impacto que os veranistas e turistas possuem sobre o Ariri:

Teve o fulano (...) e ele foi o cara que se enfiou na Associação e que abriu os olhos da gente na comunidade em si. Ele falou “ô, isso aqui vocês tão vendendo as coisas de vocês a base de nada, o lugar de vocês é um lugar bacana, um lugar bonito, vocês tão dando as coisas de vocês e esses turistas não estão nem aí para vocês”. (...) E esse cara desceu de lá e veio conversar com a gente e sobre como é que era a Associação, trabalhou junto com a Associação, falava de turismo, fez um experimento de turismo. Trouxe cento e poucos turistas pra fazer experimento aqui com a gente pra trabalhar com turismo pra explicar como é que era. Trouxe reportagem de Trancoso na Bahia, que falou “vocês tão vendendo isso aqui, Trancoso era desse jeito. Hoje vocês tão trabalhando aqui, amanhã começa a chegar gringo aqui vocês não servem nem pra trabalhar de garçom lá, porque você tem que falar mais de um idioma, essa coisa vai acontecer. Então vocês vão vendo o que vocês tem, não fique achando que turista é legal, que não é” (Entrevistado 10).

ONG externa à região

Existe no bairro uma ONG que atua em projetos de conservação de uma espécie bandeira, além de um trabalho de envolvimento com a comunidade local. Ao ser questionado sobre como é a aceitação da população local sobre esta instituição a um morador que possui estreita relação com esta iniciativa do terceiro setor afirma:

Olhe, tem gente na verdade (falar bem claro pra você) tem gente que se dá bem com a ONG, tem gente que não gosta deles, na verdade. Falaram pra mim, na verdade, que eles são aliados com o Ibama⁵, pra conservar, pra estudar os animais que tá extinto né? Então tem pessoa que são meio por longe e tem pessoa bem chegada também. Nisso aí vai também metade, metade também (Entrevistado 11).

Outro entrevistado relata a experiência que teve ao ser contratado por esta ONG que atua na comunidade para organizar um encontro em que políticos viriam para conhecer o bairro e o trabalho que a ONG desenvolvia. A recomendação maior desta instituição era de que as demandas necessárias para realização do encontro fossem baratas, pois não dispunham de muitos recursos para suprir esta atividade:

Foi cobrado com a comida, alimentação, o café caíçara que nós fizemos que ficou bacana, tudo comida típica. (...). Eu fiquei pra coordenar esse projeto, coordenar a vinda deles. (...) Eu sei que eu trabalhei uns 15 dias, mas ou menos, no mínimo uns 15 dias. Eu fiz um rancho lá no centro comunitário, um rancho de palha, de bambu, bem bonitinho pra turma colocar o artesanato. Então, e aí depois trabalhei de monitor (porque eles exigiam um monitor, monitor formado). (...) Na hora de me pagar eu recebi 40 reais que eu dancei fandango e depois eles me deram 60 reais. Eu não recebi minha diária de monitor que foi 150 pau que eles pagaram pro filho do fulano e eu fui como guia, eles exigiram, e não me pagaram. E não me pagaram o resto de coordenação, o resto de trabalho, nada! Eu recebi 100 reais. Quem dançou fandango recebeu 40 e eu recebi 40 porque dancei fandango e recebi mais 60 (Entrevistado 10).

Essa exploração de trabalho da comunidade tentou ser suprida pela ONG com uma doação para a Associação de moradores posteriormente, no entanto isso não foi bem visto pelo entrevistado:

Aí, depois, eles falaram que tinha sobrado 3500 que doaram pra Associação. E não é, esse dinheiro foi que eles não pagaram quem trabalhou. (...) Não é que sobrou, eles não pagaram quem trabalhou. A mulherada trabalhou aí na cozinha, trabalhou fez café, um monte de coisa e receberam 30 conto? (...) Você vem falar pra mim, eu trabalhei 15 dias aí pra ganhar 100 conto? “Ah, mas tinha que ver”. O Turismo não dá prejuízo em lugar nenhum cara. (...) Fiz toda essa coordenação, depois que acabou eu tive que tirar tudo de lá do centro comunitário, tirar tudo, tudo, tudo, limpar tudo o centro comunitário (Entrevistado 10).

Além dessas situações o entrevistado também aponta que a ONG não se relaciona com os moradores. Eles transitam pelo bairro, realizam o trabalho deles, mas não interagem com os moradores locais:

⁵Na ocasião da entrevista o ICMBio já era responsável pelas unidades de conservação federais. O fato do entrevistado citar o IBAMA reflete o desconhecimento de que no ano de 2007 o ICMBio foi criado com a missão de proteger o patrimônio natural e promover o desenvolvimento socioambiental.

“fulano, o que você acha do nosso trabalho aqui, nós estamos trabalhando aí, o que você acha do nosso trabalho aqui, o trabalho da ONG aqui, o que você acha do nosso trabalho?” eu falei “eu acho que vocês são forasteiros que invadiram a propriedade dos outros. Vocês não tem nada aqui, não pediram licença pra ninguém, foram pedir licença lá no Ibama não sei aonde, mas você estão passando pela porta de alguém, alguém fez aquele caminho, o caminho que vocês estão andando foi alguém que fez, não foi o Ibama que fez. Vocês são forasteiros, são malandros, não apresentaram o trabalho de vocês pra ninguém. Não estão trazendo nenhum retorno pra comunidade. Isso pra mim é uma puta de uma safadeza” (Entrevistado 10).

4.2 Aspectos pertinentes à gestão da RESEX

4.2.1 Opinião dos entrevistados sobre a Fundação Florestal

Na percepção dos entrevistados a hierarquia da Fundação acaba sendo um entrave para uma gestão ambiental eficiente das áreas naturais protegidas como um todo. Os muitos níveis hierárquicos complicam os trâmites administrativos, não sendo claramente identificáveis quais atribuições são de quem.

Temos um gestor, temos um superior do gestor, acima do superior tem outro e a coisa fica... Você não sabe quem é quem na verdade. E na hora um joga pro outro, um empurra pro outro ‘é fulano, é cicrano, porque não sei o quê, fulano de lá da Fundação não sai’ tá um rolo ‘não temos barco, não temos fiscalização’, então tá, infelizmente tá assim né (Entrevistado 06).

Em complemento a esta dificuldade, a fiscalização de toda a área da Ilha do Cardoso mais a área do Mosaico do Jacupiranga (onde estão inseridas a RESEX da Ilha do Tumba, RDS do Itapanhapina, RESEX Taquari e Parque Estadual Lagamar) é feita pela patrulha florestal com apenas três guardas florestais, terceirizados pela Fundação Florestal.

Segundo um dos entrevistados, até mesmo o combustível usado nos barcos para essas patrulhas são regradados, há falta de recursos (humanos e insumos) para um trabalho pleno, o que é sintetizado por um dos entrevistados: “A Fundação não dá condições pro cara trabalhar, essa é a grande verdade. Não oferece condições pro pessoal trabalhar (...) falei ‘eu, se fosse vocês, mas nunca que eu entrava no mato atrás de palmito’” (Entrevistado 04).

E por conta desta falta de estrutura em que se encontra a Fundação Florestal alguns entrevistados questionam o porquê o governo estadual continua criando áreas protegidas: “Eu até brinquei que quando estavam criando o Parque do Lagamar, eles estavam que nem casal de pobres né? Que tinham um monte de filhos e estavam produzindo mais filhos e não davam conta de comer e educar aqueles que tinham...” (Entrevistado 02).

Agregada a esta dificuldade organizacional interna existe o fato que a Fundação Florestal não possui um departamento exclusivo voltado à gestão de áreas protegidas de Uso

Sustentável. Antes havia em São Paulo uma equipe da parte de Uso Sustentável, hoje não há mais um departamento específico para estas Unidades de Conservação.

Especificamente para a RESEX da Ilha do Tumba, RESEX do Taquari e RDS do Itapanhapina existem três funcionários: o gestor das três UCs e dois técnicos da Fundação Florestal que colaboram na gestão. Para um dos moradores da comunidade entrevistada essa imobilidade de trabalho em que a Fundação Florestal coloca os funcionários é compreensível, entendem que se trata de uma gestão mal feita do Estado:

Taquari, Itapanhapina e Tumba é o mesmo gestor, então o bicho tem que se desdobrar né pra fazer isso. Por isso que não consegue fazer as coisas às vezes, eu não culpo eles não, de jeito nenhum, não condeno eles de forma alguma, pelo contrário eu acho que a gente tem mais é que dar apoio, dar força pra eles porque, pra que eles consigam alguma coisa né, mas é difícil (Entrevistado 04).

Foram relatadas nas entrevistas diversas dificuldades de relação entre comunidade e Estado. Na compreensão dos comunitários isso se trata de uma política interna deficitária aonde a cooperação acaba sendo colocada em segundo plano, comprometendo uma gestão compartilhada dos territórios protegidos. Os muitos desencontros entre Fundação e a comunidade acabam pondo em descrédito a gestão dos territórios, o que consequentemente diminui a participação dos moradores locais:

Não põe em prática, não adianta, não entra em prática. Seria ótimo que isso acontecesse, mas não acontece (...). O pessoal que participa das reuniões, que perde seu tempo, que perde seus dias de trabalho pra participar larga mão entendeu? O cara “ah, eu não vou mais nessa porcaria”, toda vez que vai lá é a mesma porcaria, nada acontece, então eu não vou mais, pronto, larga mão, e teve casos aqui de pessoas que saiu do Conselho “Ah, eu num vou mais nisso aí, num adianta ir”, quer dizer, desarticula tudo né, o pessoal vê que a coisa não tá andando e aí? O pessoal vai acabando e larga mão mesmo né (Entrevistado 04).

Estes desentendimentos administrativos também ocorrem no setor de recursos financeiros da RESEX. Um dos entrevistados afirma que essa relação de verbas advindas do Estado com trabalhos realizados acaba sendo complexa, pois há uma exigência muito grande da Fundação Florestal em relação aos gestores. O Estado não possui uma regularidade em seus aportes financeiros às UCs:

A Fundação tem uma política um pouco estranha que ela não faz um repasse de recursos a contento e exige muitas coisas. Então pra fazer uma placa foi um parto, eles queriam num modelo lá que custava não sei quantos mil reais cada placa, e não tinha verba. O gestor fez na mão, não sei quem pintou, foi mó esquema assim e numa fase em que a turma perdeu um pouco a fé no processo de gestão (Entrevistado 05).

Quanto à gestão do Mosaico do Jacupiranga, um entrevistado afirma que poderia ser melhor: “Se todo o gestor olhasse como um ambiente único, mas a maior parte das pessoas defende o seu espaço” (Entrevistado 06).

Apesar de a lei Estadual estabelecer os perímetros e reorganizar o Jacupiranga em novas Unidades de Conservação, esta não contou com a participação das comunidades na elaboração. Muitos dos entrevistados apontam que o desenho das áreas protegidas foi feito de forma arbitrária, sem consulta pública necessária para que as fronteiras fossem estabelecidas a contento dos envolvidos.

Um dos comunitários coloca resumidamente como se deu o processo de participação no Ariri:

A questão do Parque Lagamar é que quando foi criado o Parque Lagamar nós da comunidade do Ariri fomos um dos últimos a saber do Parque Lagamar que foi criado assim. E não é que nós não participássemos que fulano fazia parte do Conselho, porque antes não tinha, era o Jacupiranga. Fulano fazia parte do Conselho do Parque do Jacupiranga. Então, era óbvio que se estava tratando de criar um novo parque ele era obrigado ser convidado pra esse debate, pra essa discussão, essa audiência pública que teve. E fizeram duas audiências públicas em Cananéia e o povo do Ariri não soube. Sendo que nós participamos das coisas em São Paulo, em Registro, em Cajati. Quando a gente é convidado a gente vai. (...) A questão do Parque Lagamar é que quando foi criado estavam quase pra aprovar, aí nós soubemos que isso tava sendo criado e quem barrou isso aí foi o pessoal do André Lopes⁶ lá em Eldorado (...). E eles que souberam que barraram esse negócio que tava, que ia lá, afetar também eles lá. Aí quando nós soubemos nos fomos numa reunião do Mandira aqui, que nós nem fomos convidados, juntamos acho que umas 30 pessoas aqui do Ariri, e fomos nessa reunião no Mandira exigir que eles viessem fazer uma reunião com nós e explicar o que eles estavam fazendo um Parque dentro da região, praticamente aonde a gente morava que o Parque ia passar aqui, e que a comunidade não sabia (Entrevistado 10).

Devido ao esforço da comunidade do Ariri, conseguiram impedir a instituição do Parque Lagamar no perímetro de uso da comunidade através de participação intensa das lideranças locais junto ao Estado.

Apesar da vitória da Comunidade do Ariri ficar fora dos limites do Parque, o que aparentemente representa uma vitória para eles, outro entrevistado acrescenta que este processo de delimitação do MOJAC foi feito de cima para baixo:

⁶ “André Lopes” é o nome da comunidade do Alto Vale do Ribeira que também esteve envolvida no processo de delimitação do MOJAC

O pessoal que tava lutando pra virar Parque era mais forte do que o pessoal que tava lutando pra fazer RDS ou RESEX. Forte politicamente talvez, na hora de traçar lá eles não acompanharam, não tiveram a mínima ideia. E o pessoal que fez isso fechou muitas portas deixou eles completamente de mãos atadas. Sem o conhecimento, sem a ferramenta né? Quem conhecia da arte do geoprocessamento é que fez e eles não. (...) Isso realmente é lamentável (Entrevistado 06).

Mesmo a política de delimitação do Mosaico de Unidades de Conservação do Jacupiranga sendo de pouca participação por parte da comunidade local, os entrevistados possuem uma visão positiva sobre o gestor da RESEX, pois compreendem que este problema foge de sua autonomia de trabalho:

O gestor é aplicado e tal, mas a Fundação é muito lenta... Você vê que até hoje ainda não tem um plano de gestão, plano de manejo, até hoje não temos a divisa da RESEX (Entrevistado 02).

Eu torço por ele, pelo gestor, eu gosto dele, é um cara esforçado e lamento ao mesmo tempo né, pela falta de colaboração que ele tá tendo, por parte da própria Fundação, por falta do Estado né (Entrevistado 04).

Eu não sei propriamente como que é pro gestor, eu tenho a impressão que ele não tem o apoio da gestão, assim o apoio externo sempre é 'ah, precisa, mas não tem grana, consegui participar do curso porque foi uma briga, porque só tinha vaga num sei quem'. É uma coisa excluído do processo de gestão, que também foi uma coisa que eles fizeram lá dentro (minha impressão pessoal né), que tinha, eram duas bancadas lá, era Uso Sustentável e Proteção Integral. E a turma do Uso Sustentável era muito forte. Tiraram todo mundo, tiraram todo mundo. Não sobrou, então eu tenho a impressão que lá dentro num tem respaldo entendeu? (Entrevistado 05).

Às vezes custa acontecer porque lá também tem a dificuldade, que o governo gasta milhões à toa e no que precisa não investe. Isso é o que eu vejo, então, ele também tem a dificuldade dele pra resolver os problemas, eu penso assim né. Mas eu acho que ele tá desempenhando né a parte dele (Entrevistado 09).

4.2.2. Reserva Extrativista Ilha do Tumba

Sua área total é de 1.128,26 hectares. Destes, 60,28% são constituídos de manguezais, 18,6% de florestas de média conservação, 10,91% de corpos hídricos e 9,05% área de floresta conservada (FUNDAÇÃO FLORESTAL, 2010).

O documento técnico que rege a UC, enquanto o Plano de Gestão não é elaborado, é o Plano de Utilização (PU). Segundo o PU, o objetivo básico da área protegida é:

Preservar a natureza e, ao mesmo tempo, assegurar as condições e os meios necessários para a reprodução e a melhoria dos modos e da qualidade de vida e exploração dos recursos naturais das populações tradicionais, bem como valorizar, conservar e aperfeiçoar o conhecimento e as técnicas de manejo do ambiente, desenvolvido por estas populações, requerendo gestão comum e participativa entre órgão gestor e moradores (FUNDAÇÃO FLORESTAL, 2010).

O Plano, em acordo com o SNUC, aponta que se trata de área de Domínio Público com direito concedido aos beneficiários através de contrato de direito de uso, o qual é gerido por um Conselho Deliberativo. O Conselho é comandado pela Fundação Florestal, órgão público responsável pela administração. É previsto neste documento que o Conselho deve ser composto por organizações da sociedade civil, órgãos públicos e representantes das comunidades tradicionais diretamente relacionadas à UC (FUNDAÇÃO FLORESTAL, 2010).

A comunidade do Marujá, dentro da Ilha do Cardoso teve seus direitos de uso da terra tirados após a instituição do Parque Estadual Ilha do Cardoso. O Ariri não está dentro de uma Unidade de Conservação, mas é vizinho de áreas protegidas de Proteção Integral, das quais não pode extrair recursos.

Deste modo a Reserva Extrativista é uma forma de suprir esse território retirado. Um dos entrevistados aponta que esta área que foi transformada em RESEX também já era utilizada pelos moradores locais: “Antes de ser transformado em Reserva Extrativista uma grande parte da comunidade sempre usou a RESEX né” (Entrevistado 04). E o advento deste território é compreendido, de uma forma geral, positivamente:

Você sabe que o caboclo que mora no bairro, na beira do mar, o caiçara, o caboclo do mato, ele depende do mato queira ou não queira. Clandestinamente ou legalizado ele vai mexer no mato, entendeu? Então a coisa, a coisa boa, o ponto positivo que ficou da Ilha do Tumba é que ela ficou beneficiária pro Ariri e pro Marujá, porque se ficar para muita comunidade acaba destruindo tudo (Entrevistado 09).

i) Conhecimento da comunidade sobre a UC

Apesar disto, um dos entrevistados, ligados ao Conselho Deliberativo da RESEX, tem suas dúvidas sobre o cumprimento desta função:

Eu acho que a RESEX é uma grande oportunidade pra reconquistar um território dessas comunidades da Ilha do Cardoso. Tanto em termos de gestão de recursos, assim, manejo propriamente de madeira essas coisas, taquara e outra, quanto esse manejo de alimentos. Pra mim fica uma dúvida se a oportunidade é suficiente pra chegar nesse lugar (Entrevistado 05).

A razão desta dúvida está no fato de que o entrevistado já presenciou em outras comunidades, também do município de Cananéia, a oportunidade de desenvolver uma atividade agrícola que acabou não sendo efetiva. Ele entende que houve uma mudança cultural nas comunidades locais. Afirma que a política territorial implantada no Vale do Ribeira através dos decretos impositivos de áreas protegidas contribuiu para esse distanciamento de parte da comunidade das suas raízes culturais de ligação com a terra.

Complementa essa dúvida com o fato de que a comunicação com o Poder Público é pouco efetiva. Acredita que a informação de que existe essa Unidade de Conservação não chegue a contento aos beneficiados pela RESEX: “Será que dar a oportunidade é suficiente, será que tá chegando comunicação a essas pessoas?” (Entrevistado 05).

De fato, o conhecimento sobre a Reserva Extrativista, seu funcionamento e suas funções fogem de um entendimento total de todas as famílias do Marujá e Ariri. Muitos dos entrevistados sabem de sua existência, mas não usufruem de seus recursos, outros não são cientes deste espaço.

Um senhor em entrevista quando questionado sobre a Ilha do Tumba afirmou não fazer uso dos recursos de lá, fato que estendeu a seus filhos, com a ressalva de que se eles precisassem fariam esse uso.

Um casal da parte sul do Marujá na Ilha do Cardoso não possui muito conhecimento sobre as atividades da RESEX, pouco participam dos momentos de discussão sobre o território.

Outro entrevistado também não estava a par do que acontece. Disse ter vontade de fazer uma roça, mas não sabia se já poderia. Na conversa foi necessário esclarecer para ele que essas utilizações necessitariam passar pelo Conselho Deliberativo, mas que já estava em uso a área. De todo modo, afirma não utilizar os recursos da RESEX, mas seria interessante utilizar o espaço para acampar quando vai pescar.

Em outra entrevista o pescador afirma o que os outros entrevistados já disseram, não tomam conhecimento das reuniões. Ficou nítido que ainda não é de total conhecimento da comunidade os direitos e deveres para gerir a RESEX.

ii) Tamanho da UC

O processo de criação da UC não foi participativo como deveria, no PU está relatada a surpresa dos moradores na oficina de uso do solo quando foi apresentado a população diretamente envolvida qual era o perímetro da RESEX (FUNDAÇÃO FLORESTAL, 2010).

No próprio PU o Grupo Técnico da Fundação Florestal afirma que a parte da Ilha do Tumba foi retirada por não haver necessidade de uso, seria uma parte pouco utilizada pelas comunidades. No entanto, a equipe técnica contratada para execução do PU percebeu na execução das oficinas de uso do solo que se tratava de um erro do Grupo Técnico da Fundação Florestal, pois a comunidade apontou neste processo que a área retirada do RESEX concentra uma grande quantidade de recursos úteis (FUNDAÇÃO FLORESTAL, 2010).

A área requisitada para ampliação da RESEX soma 598,90 ha e encontra-se no Parque Lagamar. O potencial de uso da área solicitada para expansão é maior por se tratar de floresta conservada que possui espécies para extração. Essa área já era utilizada pelas comunidades. A equipe técnica do PU ressalta neste documento que a conservação deste território se deve à comunidade que, indiretamente, presta serviço de fiscalização que inibe a extração predatória dos recursos, dado o fato que vivem ao lado destes locais (FUNDAÇÃO FLORESTAL, 2010).

Em complemento, uma das lideranças locais afirma:

Não temos a divisa sequer, não tá delimitado (...) toda vez que alguém pede alguma coisa vai ter que monitorar com GPS⁷ né e algumas pessoas pediram coisas que estavam fora da RESEX, por falta dessa delimitação (...). Então toda essa reunião que teve tudo essas coisas que teve não foi esclarecido. O que era o primeiro passo pra população saber até onde ele podia trabalhar, então depois que foi feito todo esse plano de utilização, todas essas coisas, esse plano emergencial de utilização, porque não saiu o plano de manejo ainda, aí que o cara foi descobrir que a Ilha do Tumba não era inteira, que não era a Reserva Extrativista inteira, que parte pertencia ao Parque. Mas dentro dessa discussão, provavelmente não ficou esclarecido, senão o cara não ia procurar um pau de canoa ou querer tirar aonde não poderia né? (Entrevistado 10).

Todos os entrevistados que possuem maior conhecimento sobre a UC (tanto das comunidades, quanto da sociedade civil e do Estado) tiveram a mesma postura perante esse assunto. Pode-se afirmar que é consenso que o tamanho e delimitação da UC estão incorretos e gera problemas aos beneficiários.

Acho que é importante dizer que como a discussão foi rala o negócio que aconteceu na Ilha do Tumba foi que eles desconsideraram a área de uso de fato. Então uma briga que a comunidade tem desde sempre é o pedaço que interessava pra eles, tanto que eles usavam para o barraco de pesca, pra retirada de madeira pra cerco, enfim, boa parte dos recursos que eles queriam não estavam incluídos nesse desenho que foi feito da Unidade (Entrevistado 05).

Essa delimitação que exclui a Ilha do Tumba como um todo compromete os moradores que dependem dos recursos naturais. Houve o pedido de um dos beneficiários do Ariri para retirada de madeira para fazer canoa, atividade prevista no Plano de Utilização da área. No entanto, a árvore que seria a matéria prima da confecção localizava-se dentro do Parque Lagamar. Tal pedido consta nas atas das reuniões. A negativa a esse pedido gerou uma insatisfação ao solicitante e aos outros membros presentes no encontro.

⁷ Sistema de Posicionamento Global

Em complemento, outro entrevistado afirma: “Não veio ninguém assim pra falar ‘não, a RESEX vai ser isso’. Eles mostraram o mapa né, quando eles vieram, eles já vieram com o mapa ‘daqui pra lá é RESEX, daqui pra cá é Parque’” (Entrevistado 04).

Um dos entrevistados afirma que o que diminui a negatividade deste erro é o fato de que os beneficiários possuem outras fontes de renda, como turismo, principalmente no caso do Marujá, e o funcionalismo público no caso do Ariri, pois muitos são funcionários da prefeitura.

De todo modo, tal fato impede o avanço da gestão da UC. A dificuldade em alterar esse limite é de fato grande e muitos dos entrevistados não conseguem vislumbrar essa mudança.

Hoje pra gente mudar essa revisão de limite para nós é muito complicado. Tem que ver o projeto de novo, voltar pra Assembleia, como é que a gente vai conseguir isso? Ainda mais mexer na proteção integral, hoje a maior parte do povo aí é preservacionista né? Você vê a comunidade científica é muito fechada né? Ela não abre mão do território, entendeu? Difícil né cara de você conseguir um espaço e a oportunidade que a gente tem de fazer uma coisa bem feita acaba não sendo como a gente esperava. Esse é um ponto bem negativo pra gente (Entrevistado 06).

Mesmo tendo essa dificuldade, foi questionado a alguns dos entrevistados sobre o posicionamento e tentativas de mudança de perímetro, se houve ou há uma formalização por parte do Conselho para aumentar o tamanho da UC. O que já foi feito e enviado a Fundação Florestal. De todo modo, um dos entrevistados coloca como é a situação burocrática para que de fato haja essa mudança:

Eu acho e que custa a andar porque a lei é complicada. Você legaliza uma coisa hoje pra daqui dois anos sair. Isso é uma coisa e eu não sei como que você vai arrumar isso aí, depende de muita discussão no Conselho né? Pra você poder fazer emenda pra se poder levar até os órgãos competentes pra você conseguir fazer. Então isso é uma parte também negativo que você discute, discute, discute dentro do Conselho do Parque, da RESEX e demora muito pra acontecer (Entrevistado 09).

iii) Planejamento e Cotidiano da RESEX

A responsabilidade em elaborar, executar e fiscalizar as demandas do Plano de Utilização é do Conselho Deliberativo e órgão gestor (FUNDAÇÃO FLORESTAL, 2010).

Foi questionado a um dos entrevistados como este é realizado. O entrevistado afirma que isto foi feito nas reuniões do Conselho sobre o que seriam as prioridades:

A sinalização da Unidade foi uma das coisas que o pessoal pediu de imediato, depois a fiscalização, né? Então a gente listou essas demandas e a gente tem elas, como se fosse assim, isso aqui é a prioridade que eles pediram, entendeu? Não que a gente falou, ‘não a gente vai fazer isso’. A gente sentou na reunião e falou ‘o que vocês querem que a gente ataque primeiro’ aí os caras falaram ‘não, aqui a gente quer primeiro o processo de sinalização’, o que dá pra fundação, tem que buscar recursos pra fazer (Entrevistado 06).

Quanto às demandas cotidianas:

Agora o resto não, o resto surge no decorrer, na época de fazer cerco a gente vai pras reuniões ‘Ah, eu preciso de tantas madeiras’, daí vai, os técnicos, a gente vai lá, pega o ponto, vê se não tá dentro do Parque, entendeu? Aí se dá pra atender, Beleza. O conselho já aprovou e autoriza os caras a cortar, dentro da RESEX não tem problema. Mas coisa pequena, não muito grande, não aquilo que ultrapassa (Entrevistado 06).

Quando os pedidos trazidos ao Conselho Deliberativo são mais complexos o processo se torna um pouco mais demorado:

Que nem pedido de roça, é uma coisa grande, daí eu já não posso, vai ter que ir via CETESB, entendeu? Como é uma coisa maior eu não vou jogar essa bucha em cima da gente aqui que a legislação de mata atlântica, ali onde eles pediram já é uma floresta densa né? Você tem que ter certos... ‘Vai trabalhar como? Vai trabalhar com agrofloresta?’ tem que ter um acompanhamento. Não é chegar e jogar aí embaixo, e daí? Então precisa ter certos cuidados, senão depois cai em cima da gente né? Ministério Público vem em cima do Conselho, a gente tá ferrado (Entrevistado 06).

Participantes mais ativos da gestão da UC afirmam que os encontros têm fluído a contento. Os pedidos que são feitos são autorizados normalmente. No entanto, existem algumas falhas evidenciadas neste processo. Ao serem questionados sobre como deveria ser o procedimento para retirada de recursos da RESEX um dos entrevistados apontou uma dificuldade:

Pesquisador: toda extração tem que passar por uma reunião do Conselho. Qualquer extração?

Entrevistado 04: Qualquer uma.

Pesquisador: Se eu quiser pegar um caranguejo pra eu jantar à noite você não pode pegar, você tem que passar na reunião do Conselho.

Entrevistado 04: Não, aí que tá. Se você tiver uma identificação que você é usuário você não precisa.

Esta identificação ainda não é posta em prática na gestão da área protegida.

Quanto ao Plano de Utilização, documento técnico que gere a Unidade de Conservação até que seja elaborado o plano de gestão, alguns compreendem que o documento cumpre o objetivo:

Entrevistado 02: Até agora o que tá gerindo nós é o Plano de Utilização.

Pesquisador: E tá sendo efetivo?

Entrevistado 02: Ele é muito bem feito, bem elaborado, num deixamos escapar quase nada né, ficou lá desamarrado, por exemplo “o pescador pode tirar dez dúzias de caranguejo por dia”, mas não foi especificado o quanto de pescadores podiam tirar essa dez dúzias de caranguejo por dia né... Então ficaram algumas coisas desamarradas porque foi um tempo muito denso pra fazer muita coisa né, e foi uma correria danada.

Outros afirmam que o Plano de Utilização não é de grande valor, dado que a aplicação de muitos tópicos (especialmente controle e fiscalização) vai além do Plano de Utilização:

Pesquisador: O senhor acha que esses déficits [fiscalização e controle de usuários] que o senhor apresentou resolveriam com um plano de gestão?

Entrevistado 04: Não. Não adianta. Você pode fazer plano de gestão, você pode fazer o que for. Se você não tiver critério não adianta ter plano. Só vai ficar no blá blá e a coisa não vai andar, não adianta (...) É cinco anos, já tá pra vencer [Plano de Utilização], e a coisa continua do mesmo jeito. Pescador entra no rio, pesca, sai, leva, traz a hora que quer... nada aconteceu... então, você pode fazer plano de Utilização, pode fazer o que for.

iv) Conselho Deliberativo

Conforme apresentado, o Conselho é a instância de decisões da UC. Quando são assuntos que fogem à sua competência os temas são encaminhados para os órgãos pertinentes.

Um dos entrevistados aponta que a dinâmica do Conselho não vai de encontro ao modo de vida da comunidade caiçara:

Outra coisa, que é outro grau de dificuldade que eu acho é, o mesmo que nós tinha com relação ao Parque que o caiçara não tá muito acostumado a pedir, a passar por um Conselho e também não tá muito acostumado a se planejar pra isso, por que por exemplo: Veja, se o cara vai fazer o cerco ele vai colocar o cerco, fixar na água, no mês de maio. Então no mês de abril ele tem que manipular toda essas coisas, montar os panos de cerco e tal, até mesmo conseguir os mourões e tá tudo pronto pra no mês de maio ele executar a obra mesmo né, colocar, fixar o cerco. Então o caiçara não tá acostumado a se planejar, por exemplo, que se ele vai por o cerco em maio, ele tem que ir na reunião de março né pedir o material pra obter a permissão que, é rapidinho a permissão, pra obter a permissão a tempo de chegar na hora e tá com o material montado. Então, esse hábito também o caiçara não tem muito. (...) Esse contratempo burocrático que o caiçara não tem hábito de se planejar né pra isso (...) Então, pra fluir essa tecnologia, essa cultura caiçara precisava a burocracia se encaixar nessa dinâmica do dia-a-dia e não o contrário né? (Entrevistado 02).

E este espaço de discussão e deliberação acaba sendo questionado: “Se cria tanto conselho né? Pessoal cria muito conselho e nada funciona. Já foi renovado esse Conselho por duas vezes, a última vez já teve dificuldade pra arrumar conselheiro e ainda agora vai ter de novo” (Entrevistado 04).

Outra possibilidade é o fato de a Reserva Extrativista Ilha do Tumba ser um espaço novo aos usuários e pouco incorporado como de importante participação. Por diversas vezes na entrevista colocaram que as reuniões do Conselho do Parque Estadual da Ilha do Cardoso são abarrotadas pela comunidade, pois esta entende a necessidade de participação e acompanhamento da gestão.

Nós tivemos a reunião do Conselho agora terça feira lá no Parque, reunião do Parque, do Marujá tinha umas 15 pessoas lá, só do Marujá, lotou a sala só com o pessoal do Marujá, então é isso que falta né uma interação né, o pessoal... Acompanhar pra pressionar mesmo sabe pra tentar ver se sai algum fruto bom (Entrevistado 04).

De todo modo, o fato de ser um espaço importante de discussão não necessariamente o torna de realização. Um dos entrevistados aponta que a demora acaba sendo o ponto fraco desta instância. Essas dificuldades do Conselho são vistas em pontos como a comunicação entre Conselho e Comunidade. Os entrevistados ao serem questionados sobre a comunicação entre o que é debatido no Conselho e se essas informações chegam à comunidade possuem posições diversas:

Não tem comunicação nenhuma, não tem. Você nem sabe quando é a reunião deles entendeu? Que isso aí eu já não culpo o gestor, porque existe um Conselho, pessoas da comunidade que foram escolhidas pra representar a comunidade. Então eu acho que eles deviam, quando tem reunião avisar todo mundo que vai ter e tal pra tentar ver se o pessoal, forçar praticamente a tentar ir nas reuniões né, pra tentar, porque ajuda né, quanto mais ideias você tiver... (Entrevistado 04)

Em concordância, outro entrevistado complementa:

Então, isso é uma falha do próprio Conselheiro, tem que trabalhar em cima, é obrigação dos conselheiros estar passando isso né? Desde que eles também estejam interessados em saber. Às vezes pra fazer uma reunião é uma briga, não participa ninguém, ninguém quer participar, tem uns que acham que 'Ah, não tenho tempo', depois as coisas acontecem e fica de fora né, mas isso, isso sempre acontece sabe? (Entrevistado 06).

Ao entrevistar um morador que não é atuante nas reuniões do Conselho, este afirma que a comunicação sobre a RESEX não chega até eles. Aponta que quando se trata de algo como mutirão, ou limpeza do local de captação de água as informações chegam rapidamente, mas sobre a RESEX não. Acredita que se houvesse uma comunicação mais eficiente a população local participariam mais. Afirma não usar a ilha do Tumba, pois essa possui poucos recursos utilizáveis.

Outro morador atuante nos Conselhos e Organizações pertinentes à Comunidade rebate essa afirmativa sobre a comunicação e participação com outra visão sobre este processo:

Entrevistado 10: Então, quem quiser usar [Uso dos recursos da RESEX Ilha do Tumba], ele pode usar, só que tem pessoas que não sabem disso porque ele não usa, ele num vem numa reunião, ele não participa de nada. Então não tem como você ir na casa dele e dizer 'ó, você pode usar'. Primeiro que às vezes ele não tem nada pra fazer na Ilha do Tumba, então não é porque tem a Reserva do Tumba que você vai por todo mundo lá, não é assim, nós temos a Reserva do Tumba pra quem realmente precisa, né?

Pesquisador: Entendi, mas tem muita gente também que nem sabe direito sobre o Tumba.

Entrevistado 10: Não sabe o que é, não sabe o que é o Parque Lagamar, não sabe o que é uma Associação, não sabe como funciona.

v) Uso dos Recursos Naturais

Sobre o uso dos recursos naturais da Ilha do Tumba e utilização do espaço da RESEX o PU possui uma extensa quantidade de recomendações.

Como início, o acordo prevê que o aprofundamento em questões de manejo de espécies deve ser feito em formato participativo (oficinas). Tal demanda será fomentada pelo órgão gestor e os membros participantes destes processos serão definidos pelo Conselho Deliberativo (FUNDAÇÃO FLORESTAL, 2010).

Quanto à criação de animais na RESEX é permitido os de pequeno porte, desde que fiquem em cercados. A criação dos de grande porte está proibida (FUNDAÇÃO FLORESTAL, 2010).

O PU também prevê a execução de roças caiçaras, conforme é feita tradicionalmente, sendo implantadas em sistemas familiares e agroflorestais. Esses pedidos serão encaminhados ao Conselho Deliberativo para dar encaminhamento aos órgãos competentes. Cabe ressaltar que as roças tradicionais fazem uso do fogo e este poderá ser usado desde que não prejudique as áreas próximas às roças façam uso do aceiro. De todo modo, as roças serão compreendidas como uso comum da comunidade e não individual. Já as roças temporárias serão compreendidas como das famílias e/ou grupos que a fizeram (FUNDAÇÃO FLORESTAL, 2010).

Sobre a extração florestal o Plano de Utilização possui pontos mais detalhados. O Guanandi, espécie florestal utilizada para realização do cerco, só pode ser retirado se estiver em um diâmetro superior a 20 cm. O PU também prevê um estudo sobre os locais das matrizes desta espécie, juntamente com a comunidade beneficiária e técnicos especializados, para que o monitoramento de extração seja mais eficiente e pouco impactante (FUNDAÇÃO FLORESTAL, 2010).

Além deste estudo, prevê estudos para retirada de taquara para cerco e também de “Jacatirão” com o intuito principal de fornecer madeira para confecção de mourão dos cercos utilizados na pesca (FUNDAÇÃO FLORESTAL, 2010).

Outro ponto sobre o extrativismo florestal é a permissão de retirada de espécies nativas para uso próprio, não para comercialização. Detalha algumas práticas de extração de baixo impacto, assim como quantidades permitidas por beneficiário, seja para uso doméstico, construção de benfeitorias e utensílios na posse ou propriedade rural. A instância responsável por este monitoramento será o Conselho Deliberativo (FUNDAÇÃO FLORESTAL, 2010).

Já o uso de espécies nativas como matéria-prima florestal para produção de produtos destinados a comercialização devem passar por autorização de órgão ambiental competente. Apesar destas possibilidades, o uso de espécies ameaçadas de extinção está vetado. Também está proibido o corte da peroba e canela. O uso destas duas espécies só poderá acontecer caso já estejam caídas e, antes de retirada deve passar por uma avaliação técnica. O acordo prevê o uso de madeira para confecção de canoas. Esta só pode ser retirada para o beneficiário e não para a venda. Apenas pode ser contratado o serviço do mestre canoeiro. Para colaborar com a geração de renda das comunidades beneficiadas o PU prevê algumas medidas dentro do extrativismo florestal que visam atingir essa finalidade. Entre elas está a coleta de sementes, produção de mudas e plantio de árvores. Também está o enriquecimento da área com Jussara, para uso da polpa e da semente (FUNDAÇÃO FLORESTAL, 2010).

Também é autorizado o uso de espécies florestais como o cipó, taquara e caixeta para a confecção de artesanato. O órgão gestor compromete-se, no Plano de Utilização, em buscar parcerias para certificar esses produtos, uma possibilidade de geração de recursos e valorização do conhecimento local. Sobre extrativismo florestal, o PU libera a coleta de plantas medicinais, aromáticas e ornamentais. Fica como responsabilidade do órgão gestor em parceria com o Conselho Deliberativo da UC estabelecer parcerias de trabalho e pesquisa para que tal demanda seja executada. Quanto ao caranguejo uçá, ostras, mexilhão e almeja o mapa elaborado nos encontros participativos determina os locais apropriados de retirada. O PU pautado na elaboração dos acordos com a comunidade estabelece regras básicas para a retirada destes recursos (FUNDAÇÃO FLORESTAL, 2010).

Estabelece que fêmeas do caranguejo uçá não podem ser capturadas assim como os machos durante a época de defeso. O tamanho também é um dos critérios, sendo no mínimo oito cm de largura da carapaça para poder retirar. A retirada deve seguir a forma tradicional “na tirada”, através da retirada enfiando o braço no mangue para pegá-los ou na “andada”, quando os caranguejos estão fora da lama, andando. O PU estabelece que não poderá ser

utilizada armadilha de qualquer espécie. O PU também esclarece que é permitida a captura para consumo familiar, para fins comerciais o pedido deve ser encaminhado ao Conselho Deliberativo para ser discutido. Há também a necessidade de os coletores serem cadastrados no Ministério de Pesca através da colônia de pescadores (FUNDAÇÃO FLORESTAL, 2010).

Sobre as ostras, o PU baseado em portarias do IBAMA pertinentes a este assunto, determina o período de defeso, tamanho mínimo e quantidade máxima ao dia por coletor cadastrado, assim como regras mais específicas das técnicas proibidas para engorda e retirada (FUNDAÇÃO FLORESTAL, 2010).

Há a necessidade de pesquisas sobre caranguejo, sendo prioridade de estudo o manejo, técnicas de captura e estoque no mangue. As mesmas prioridades de pesquisa se aplicam a ostra. Para a almeja há também a necessidade de pesquisas sobre reprodução uma vez que houve uma diminuição drástica deste tipo molusco (FUNDAÇÃO FLORESTAL, 2010).

Cabe ressaltar que tanto para retirada de Caranguejo Uça, quanto para Ostras (ou para engorda), Mexilhão e Almeja é proibido o acampamento de clandestinos, salvo exceções que devem ser discutidas no Conselho. De todo modo os beneficiários devem ser cadastrados para poderem exercer essa função (FUNDAÇÃO FLORESTAL, 2010).

A discussão sobre pesca possui demandas que vão além do Conselho Deliberativo. Como primeira demanda o acordo estabelece que deve ser criada uma Câmara Técnica que envolva o Conselho das UCs que estão ao longo do canal de Ararapira, assim como outras instituições parceiras que tenham a contribuir com o debate (FUNDAÇÃO FLORESTAL, 2010).

De todo modo, em um aspecto mais pertinente à gestão da RESEX, o mapeamento participativo definiu as zonas prioritárias de ponto de pesca de cerco (FUNDAÇÃO FLORESTAL, 2010).

Quanto a “pesca de gerival” o PU estabelece o tamanho mínimo da rede, assim como proíbe a prática predatória de “arrasto” com embarcações com motor. A malha deste tipo de pesca ficou a ser decidida pelo Conselho Deliberativo, tendo necessidade de se levar em conta a parceria com o Parque Estadual Ilha do Cardoso. A necessidade de pesquisa sobre a pesca do camarão com uso do gerival foi apontada durante a elaboração do Plano de Utilização pela comunidade (FUNDAÇÃO FLORESTAL, 2010).

Sobre a pesca de cerco fixo, o Plano de Utilização também possui regras sobre como deve ser montado o cerco em seu tamanho, assim como espaçamento entre mourão e taquara. A distância entre os cercos deve ser de no mínimo 150m. Como forma de prorrogar a vida útil das madeiras para confecção de mourão os pescadores estão autorizados a plastificá-las, sendo

responsáveis também em retirar o plástico e encaminhá-lo a coleta de resíduos (FUNDAÇÃO FLORESTAL, 2010).

Já quanto a pesca profissional e/ou de subsistência essas são voltadas exclusivamente aos beneficiários da RESEX, estando as duas submetidas às normas vigentes que foram e serão estabelecidas por portaria de órgão competente (FUNDAÇÃO FLORESTAL, 2010).

Percepção dos entrevistados sobre o uso dos recursos da Ilha do Tumba

Alguns entrevistados colocaram que há pouca demanda por parte da comunidade para utilização dos recursos da RESEX. Um destes afirma que por volta de dez famílias estão sendo de fato atendidas:

O que me surpreendeu na verdade foi um pouco de falta de interesse dos moradores... Tem umas coisas que a Fundação também tem responsabilidade né, mas eu achei que a demanda dos moradores é aquém do que eu imaginava né (...) mas isso não é um mal né, isso é bom, de certo modo é bom que tá preservando a reserva e tal... mas a finalidade para qual ela foi criada e tal tá deixando a desejar, nesse sentido (Entrevistado 02).

Esta baixa demanda por uso de recursos é vista com bons olhos por outro entrevistado do Marujá, dado o fato que a área é pequena e muito dos recursos ficaram fora do perímetro da UC. “Porque era uma ideia de ter uma RESEX maior e desse pra extrair matéria prima pra todos os beneficiários, mas a sorte é que o pessoal vive do turismo, porque se eles dependessem daquela Unidade ela jamais ia ser sustentável” (Entrevistado 06).

No Ariri a demanda por uso dos recursos também é baixa, pois muitas das famílias possuem o sítio para desenvolver sua agricultura de subsistência. E isso é entendido por um dos entrevistados como positivo:

Não é porque todo mundo tem que tem o direito, se ele não precisa usar eu não vejo nenhum motivo de estar fomentando pra ele usar aquilo lá. (...) Isso aí não é viável, nem pra quem preserva, nem pra comunidade, nem pra quem usa (...) do Marujá não, o único termo que eles têm, o único meio que eles tem é o Tumba, então por isso acaba sendo mais usado pra eles do que prá nós (Entrevistado 10).

Apesar disso todos os moradores tradicionais do Ariri foram tidos como beneficiários, pois caso precisem utilizar já estarão aptos a entrarem com pedido no Conselho. Além do fato do uso dos recursos terem ficado em segundo plano, existe a adaptabilidade do caiçara em conseguir o seu dinheiro:

O cara que pesca ele também trabalha com construção civil, ele também é funcionário da prefeitura e ele também faz roça. Mas quando não é atividade principal você tem uma lógica de gestão diferente e a lógica de importância também diferente (Entrevistado 05).

Somado ao fato do segundo plano que a extração de recursos tem para as duas comunidades existe a máxima sobre a escassez de recursos naturais que são interessantes aos moradores.

Eu mesmo se fosse pra mim utilizar ali pra fazer o cerco pra tirar, pra fazer alguma coisa, tirar uma madeira, não teria, não teria, não tem taquara na parte que fico a RESEX né. (...) Uma das coisas que o pessoal mais usa é a utilização de cerco né, a taquara pra fazer o cerco, a madeira né, e não tem. Você não vai achar dentro da onde ficou a RESEX, você não vai achar esse tipo de matéria prima pra fazer essas, pra confeccionar essas coisas que precisa (Entrevistado 04).

Este problema, conforme explicitado no item sobre o tamanho da Reserva, se deve ao fato de que a área que seria interessante à Comunidade ficou fora da área da RESEX.

Como uma das medidas de sanar este problema de poucos recursos úteis disponíveis na RESEX para a realização do Cerco, a Fundação Florestal tem adotado a medida de comprar eucaliptos e enviar às comunidades. A madeira ficou ou fica armazenada em frente ao escritório da Fundação Florestal no centro de Cananéia. O acordo era de que os interessados deveriam ir até lá retirar.

No entanto, no ano anterior, a Fundação Florestal não se prestou a este trabalho. O acordo firmado com a comunidade foi de que o gestor e os funcionários da RESEX deveriam ir ao interior do Estado cortar a madeira e trazer para Cananéia. Isso foi feito pelos funcionários usando diárias de campo, única forma de conseguir fazer este trabalho: “Pergunta para eles como foi a vez que eles tiraram madeira na Fundação pra trazer. A Fundação falou ‘Ah, vocês querem madeira vem aqui buscar’, foram e trouxeram as madeiras nas costas, meu você acha que tem cabimento?” (Entrevistado 05).

De todo modo essa madeira trazida aos beneficiários está sendo reutilizada. Os cerqueiros envolvem as madeiras para o cerco em plástico para que conserve e possa ser usada no ano seguinte.

Ultimamente o pessoal tem tirado principalmente, a madeira não né, mas a taquara, a madeira já foi ano passado, já veio e esse ano já e esse ano já veio de novo também, como é plastificada então você recupera muita madeira, então você repõe poucas madeiras que precisa não é que nem na época que você cortava 80 madeiras, usava esse ano e o ano que vem você corta mais 80 e mais 80 entendeu? E ficava lá, estragava. Mas geralmente tem consciência, põe, tira, limpa, usa de novo, usa três quatro anos uma madeira daquela (Entrevistado 03).

Além da madeira, existe a necessidade de uso de taquaras. Mas isso recai no fato da pouca disponibilidade de recurso e da facilidade de compra deste recurso:

Ó, pelo número de cerqueiros que nós temos é pouco né o recurso que tem dentro da RESEX. O pessoal que precisa de taquara pra confeccionar o cerco, vários deles estão comprando taquara né, de outros, lá do Paraná, sobretudo (Entrevistado 02).

Conforme descrito no PU, outra utilização da RESEX é a extração de Ostras e Caranguejo. No entanto este recurso é pouco utilizado pelos moradores beneficiados, a retirada de caranguejo é feita somente para consumo e não como fonte de renda:

Eu achava que, caranguejo e ostra né, que os caras deviam tá fazendo mais, ter mais gente fazendo isso como geração de renda né, o pessoal não percebeu o valor disso ainda, tanto do Marujá como do Ariri né, que isso aí é uma fonte de renda grande e que eles podem tá utilizando né (Entrevistado 02).

Na área da RESEX também há o pedido de execução de Roça, mas que ainda não foi aprovado, pois precisa de uma autorização da CETESB. A dinâmica é a mesma dos outros pedidos: leva-se ao Conselho, caso aprovado é marcada uma data para tirar o ponto no GPS e verificar se a mesma se encontra dentro do perímetro da RESEX.

Uma possibilidade de uso que em breve deve ser feita, na opinião de uma das lideranças locais, é o Guanandi.

Tem a madeira Guanandi né que é a maior quantidade de madeira de lei que nós temos lá na RESEX né, e que pode ser cortado, monitorado. Por exemplo, tem uma área que tem oito, dez, podia tirar duas ou três e daí pra outra solicitação tirar em outro local. Por mais que fosse, por mais que eles roubaram a metade da RESEX nossa, que é a proposta inicial, mas mesmo madeira nessa área que ficou ainda tem bastante madeira né.. e eu acho que isso era uma coisa que ia melhorar bastante a o extrativismo com certeza né... por que era um uso que nós colocamos no Plano de Utilização que ficava proibido cortar Guanandi com menos de 20cm de espessura, porque que era isso né, porque é isso? É que se a gente começar a cortar os filhotes de Guanandi pra moirão, pra vara e tal daqui um pouco daí sim não vamos ter as matrizes né, então cortar as matrizes monitorada porque tem milhares de mudas de Guanandi embaixo de cada matriz né, se você derrubar por exemplo uma matriz essa aí você vai abrir uma clareira pra crescer um vinte, trinta Guanandis naquele local. Eu acho que é uma ação que pode ser efetivada, pode ser executada com mais frequência né, que vai atender e a gente vai ter também o resultado disso, o quê que isso gera pra floresta né? Se ela prejudica ou não, mas com certeza porque é uma coisa feita sempre dentro da RESEX, que sempre foi feito e a quantidade de Guanandi que temos lá é muito grande (Entrevistado 02).

Quanto à pesca, os beneficiários utilizam a área da RESEX, assim como seus canais dentro da área protegida. O único problema deste uso é o fato da carteirinha que os identifica não estar sendo usada para que a identificação, em caso de fiscalização, seja fácil.

Por fim, como forma de exemplificar a relação que grande parte dos beneficiários possui com a RESEX, abaixo estão resumos de entrevistas feitas com moradores da comunidade sobre como se relacionam com essa Unidade de Conservação:

- Família A: Não fazem uso de diversos recursos da RESEX, apenas pescam perto da área protegida. Pegavam taquara anteriormente, mas há algum tempo não retiram. A retirada de caranguejo é apenas para consumo próprio. A base do orçamento familiar é a pesca de cerco de tainha e turismo na alta temporada. Possuem pouco envolvimento na gestão da RESEX.
- Família B: Encomendam taquaras, para montar a pesca de cerco, de outro lugar. Para fazer o mourão do cerco recebem eucalipto da Fundação Florestal. Afirmam não ficar sabendo das reuniões do Conselho.
- Família C: afirmou que a área não possui muitos recursos, a taquara antes havia lá, no entanto foi acabando e hoje para encontrar lá é muito “sofrimento”, tem muito pouco, não vale a pena. Acreditam que a área devia ser deixada para regeneração por uns 10, 15 anos para se recompor e pudesse oferecer recursos novamente. La não tem árvores para fazer canoa, quando querem tem que comprar a canoa pronta.
- Família D: em sua concepção não são caranguejeiros, são pescadores, então não pegam caranguejos, mas também não se opõe a quem pega.
- Família E: não usam a ilha do Tumba, pois essa possui poucos recursos utilizáveis. Plantar na Ilha não é viável, pois não é próximo para fazer a manutenção, acaba não ajudando efetivamente.
- Família F: Usam só a área de pesca. Não possui muito conhecimento sobre as atividades da RESEX. Encomendam taquaras de outro lugar. Para fazer o mourão do cerco recebem eucalipto da Fundação Florestal. Afirmam não ficar sabendo das reuniões do Conselho.

vi) Usuários não beneficiários

Apesar da RESEX ter sido feita para as comunidades do Marujá e Ariri muitos dos que usam os recursos da UC são externos a essas comunidades: “O Tumba na realidade atende mais o pessoal de fora” (Entrevistado 06).

As responsabilidades da comunidade em fiscalizar e controlar o acesso na RESEX são de identificar invasões de clandestinos e comunicar ao Conselho Deliberativo, o qual deve

entrar em contato com o órgão competente para que se efetue as normas vigentes (FUNDAÇÃO FLORESTAL, 2010).

Grande parte dos usuários externos são caranguejeiros do Paraná. Estes sobem até o Estado de São Paulo e extraem de forma predatória e irregular.

Um dos entrevistados contou uma experiência que um morador do Ariri teve quando a fiscalização pegou caranguejeiros do Paraná:

Então teve agora um rapaz que ele ficou assustado que ele foi tirar um caranguejo lá, ele tava tirando com o irmão dele e com o tio dele, tava tirando um caranguejo no Tumba lá, nessa região, e aí tava o pessoal do Paraná. Aí chegou o florestal pegou esse pessoal do Paraná e aí eles ficaram com medo né? Eles estavam lá, só que o pessoal do florestal não ligou pra eles. Pegou o pessoal do Paraná, mandou jogar tudo o caranguejo lá e aí ele veio contando muito assustado e disse que deu dó. E eu disse pra ele “não me deu dó, porque aquele ali foi separado pra nós”, eu expliquei pra ele “é por isso que fulano participou de reunião, e por isso que a gente participa”. Eu expliquei pra ele como é que funcionava. Então, toda vez que você for pegar um caranguejo lá ninguém vai barrar você “então florestal pode me ver?”, “pode te ver lá e saber que você é um morador tradicional daqui e você vai poder pegar seu caranguejo lá, e aí tem o cara que vai pegar pra vender, porque ele faz um comércio, e você vai poder pegar um caranguejo pra você comer e até você vender uma, duas dúzias, pra fazer um comércio, é diferente” (Entrevistado 10).

Apesar de muitos entrevistados entenderem que a demanda dos caranguejeiros do Paraná ser por necessidade, também entendem que se trata de um território que está sendo gerido para os moradores do Marujá e Ariri. Um dos entrevistados, quando questionado sobre a possibilidade de fazer um uso compartilhado com os caranguejeiros do Paraná expôs o que isso acarretaria:

Cada um vai lá e enfia cinco mil armadilha no mangue. (...) E duas mil vai ficar lá, o caranguejo vai morrer engatado lá, porque eles não consegue achar tudo. Esse é a questão. Então o perigo de a gente entrar, de abrir a porta é isso. (...) É, como abrir, mas agora se abrir a porta significa o que? Significa abrir e largar mão então, porque aí não adianta né? Nós pedimos pra nós, pra uso exclusivo da comunidade do Marujá e Ariri (...) agora, se for abrir, então não precisa ter a reserva, a RESEX, deixa do jeito que tava, explore, faça o que eles quiserem, já que não tem critério, não tem lei, se não existe lei que iniba ou que pegue, que prenda, que proíba. Eles não tem a competência de fiscalizar então... não precisa ter (Entrevistado 04).

Segundo os entrevistados essa pressão acontece por conta de um mercado consumidor já estabelecido. A maioria do que é retirado da região é enviado para o Rio de Janeiro.

O cara vem pega 300, 500 dúzias de caranguejo, pra onde que vai esse caranguejo? Rio de Janeiro (...) a maioria vai pra lá, Rio de Janeiro e Paranaguá, sabe? E lógico que o pessoal do Paraná eles vivem uma situação precária, muito precária até né a situação deles... mas pô, quem acabou com tudo foi eles (Entrevistado 04).

vii) Fiscalização e controle de uso dos recursos naturais

O Plano de Utilização possui grande parte de suas recomendações voltadas a Fiscalização do uso dos recursos e ao controle de usuários externos, atribuindo responsabilidades para que essa demanda seja atendida.

Em um sentido ativo de fiscalização, cabe ao órgão gestor fiscalizar a área para coibir a ação de clandestinos ou de praticas predatórias (FUNDAÇÃO FLORESTAL, 2010).

Para o órgão ambiental suas responsabilidades quanto à fiscalização são implantar placas, marcos e outras estruturas de identificação da reserva e material informativo sobre a RESEX. Duas medidas num sentido preventivo (FUNDAÇÃO FLORESTAL, 2010).

É previsto no acordo que a base de apoio de fiscalização deste plano será a comunidade do Marujá, próxima a UC em questão. Caso necessário, posteriormente pode ser feita uma base de apoio também no Ariri (FUNDAÇÃO FLORESTAL, 2010).

Em todas as entrevistas em que o assunto sobre fiscalização do uso de áreas protegidas esteve presente este foi tratado com muita importância, tanto pela comunidade como pelo Estado.

Apesar da importância, há uma nítida diferença entre qual é a postura do Estado e qual é a postura que a comunidade espera do Estado no tocante a este assunto. Um dos entrevistados ligados a Fundação Florestal pontua qual é a postura pública perante esta questão:

Fiscalização, não que a Fundação não tenha que estar ali, mas acho que futuramente acho que é eles que têm que se focar em defender seu território, se não fica só o Estado. Tem muita gente que acha “não os caras que trabalham na Fundação é que tem que ver”, mas não é assim. Nós estamos dentro de uma casa, todo mundo tem que cuidar, mas agora, tem uns que cuidar mais né? No caso. A gente é responsável por uma série de coisa, mas o que nós somos aqui? Eu me acho no papel de facilitador, entendeu? Pra poder o pessoal ir caminhando e gerenciando (Entrevistado 06).

Além desta afirmativa, o entrevistado complementa que a Fundação Florestal não tem direito de prender alguém, este é um trabalho da Polícia Ambiental, a Fundação Florestal atua de forma preventiva, articulando trabalhos de conscientização ambiental.

Além disso, complementa que a comunidade deve ter uma postura mais ativa, ligar, denunciar, para que esforços sejam mobilizados no intuito de conter a pressão de uso exacerbado dos recursos por pessoas externas que a área protegida sofre.

Já para um dos entrevistados da comunidade a fiscalização é parte essencial para que os Planos de Gestão e/ou Utilização tenham real significado:

Senão tiver fiscalização não adianta. Não adianta porque a coisa vai continuar do mesmo jeito que tava né, pode fazer 50 planos de utilização, num vai resolver. Aí eles criam, criam, criam plano de gestão, plano de utilização num sei o que, mas, quem vai fiscalizar isso? (Entrevistado 04).

Na opinião da comunidade essa demanda não vem sendo cumprida pelo Estado. A fiscalização é algo que acontece muito pouco. Um dos entrevistados afirma que mesmo tendo essa participação de denunciar usos abusivos de pessoas de fora do escopo da RESEX o trabalho de fiscalizar a área não é eficiente:

Só que o que peca, uma coisa que eu acho que peca realmente é a fiscalização né. Foi um negócio que a gente conversou bastante, foi cobrado isso e aquilo, metade das placas que foi até colocada e acabaram acho que destruindo, teve algumas placas destruídas, mas continua a mesma coisa, lógico, falam que Ariri e Marujá pode usar, mas o pessoal do Paraná continua vindo, continua usando e abusando e a gente não tem o que fazer entendeu? Vai fazer o que? Você liga pra fiscalização eles não vêm, você não tem como ir lá e que nem, até a gente conversou em várias reuniões “não, mas o morador pode ir lá e conscientizar o cara que ele num pode”, o cara que tá lá ele sabe que num pode, entendeu? Você num vai dar a cara pra bater lá e vai ficar manjado pelo cara, então o morador acaba não indo. Fiscalização muito raro vem e quando vem não pega os caras né, os caras continuam trabalhando com lacinho, continua pegando caranguejo com lacinho. Vejo barco de ostras sair e tal e não é morador nem do Marujá nem do Ariri, entendeu? (Entrevistado 03)

Outro entrevistado coloca que a denuncia não deve ser a forma de sanar este problema. Entende que se houvesse uma fiscalização efetiva a denuncia não seria uma medida necessária.

Lógico que a denúncia ajuda e tal, mas eu acho que não é o caminho, porque você faz uma denuncia né, você, o cara sabe que você tá ali naquele momento, você tá com o barco ali o cara vai saber “Ah, foi aquele cara lá”. E são caras do Paraná, você não sabe que tipo de gente que você tá mexendo. Então é arriscado, a saída não é através de denuncia é através da fiscalização mesmo, coisas que ele não tem pra fazer, e é lamentável isso (Entrevistado 04).

A estrutura para fiscalização é muito deficitária. Segundo o entrevistado, a Fundação Florestal conta com três guarda parques para monitorar todas as Unidades de Conservação que fazem parte do núcleo de gestão de UCs de Cananéia.

Aqui eles vem e nem no mato eles vão, porque, primeiro eles vem sempre em dois vigias né, ou eles vem com uma equipe da Fundação né, da Polícia Ambiental, aí chega lá e encontra 15 [caranguejeiros] lá... e o que o cara vai fazer? Sozinho ainda, num tem o que o cara fazer, então, meu, é... eu sei que é difícil pra eles, mas mais difícil é pra gente ainda, do que pra eles (Entrevistado 04).

Uma das medidas encontradas para diminuir este problema foi a adoção de placas de sinalização. A intenção foi de delimitar quais são os limites da área e quem são as pessoas que

podem utilizar o local. Tratou-se de uma demanda dos moradores locais levadas as reuniões de Conselho, uma prioridade. O gestor e a equipe técnica precisaram de muito esforço grande para conseguir recursos para execução do trabalho.

Sabemos que placas proibitivas não são eficientes devido ao comportamento que elas provocam. Logo após ter sido colocada, a placa de sinalização foi retirada por vândalos que não foram identificados. O gestor aponta que uma maior participação da comunidade neste processo pode ser a chave para que isso não volte a acontecer:

Os caras arrancaram a placa da gente. Então na próxima vez que a gente for colocar agora a gente vai ter que ter mais apoio da comunidade pra ajudar a fiscalizar essas placas, ou denunciar quem foi porque daí a gente dá queixa na delegacia né? E se souber quem foi ele vai ter que repor isso daí. É dano, dano a patrimônio, e a gente vai pra cima né, é isso (Entrevistado 06).

Apesar de atendida a demanda, e elogiada a postura do gestor e equipe em ter se empenhado em realizá-la, o processo sofreu algumas críticas por um dos entrevistados. Este aponta que os dizeres da placa deveriam ser mais explícitos e rígidos sobre que se tratava de um local onde o uso é proibido. Complementa que o local aonde foi colocada também não é eficiente, assim como o processo de implantação deveria ter sido mais participativo:

Colocaram as placas ali não tinha nada que falasse que era proibido na placa. Tinha que por lá, pesado mesmo sabe? “Proibido e tal e tal e tal”. Colocar alguma coisa bem rígida. Aí o cara põe lá “Reserva Extrativista criada em tal, tal, tal, tal, uso exclusivo da comunidade do Marujá e...”, só! Não tá falando lá que é proibido, e tem uma só de todas as placas que eles colocaram que tá aqui no meio do mato, lá embaixo lá. As outras o pessoal arrancou tudo, sumiu as placas, ninguém sabe o que aconteceu com as placas. (...) As placas, eles vieram, colocaram, não procuraram conselheiro pra tentar “vamos por aqui, vamos por ali”, seria na entrada do rio, mas o cara enfia uma placa no meio do mato, ninguém vê a placa, o cara entra pelo lado, ninguém vê, sabe que tem placa ali (Entrevistado 04).

Uma medida prevista no PU e que não foi aplicada é a identificação dos usuários que podem utilizar o território. A confecção de uma carteirinha seria necessária para que os beneficiários a utilizassem quando fossem até a Reserva Extrativista. A expectativa é que desta forma a fiscalização possa identificar os usuários externos que estejam no local. Apesar do acordo a demanda ainda não foi realizada.

Foi fechado o Plano de Utilização, ficou pra se fazer carteirinha pros associados, pras pessoas que eram aptas a usar a Ilha do Tumba e até hoje não saiu nada disso. Então você não sabe quem é usuário, os vigias mesmo do Parque eles vem aí, por exemplo, se ele pega um cara ali dentro ele vai ter de perguntar pra quem se o cara é usuário ou se ele não é? Né, num tem assim uma identificação, você identificar quem que é usuário, teria que ter a identificação que foi uma coisa que foi fechado né numa reunião que teve no Ariri que seria feito carteirinha, foi feito um cadastramento de todos usuários, mas ficou com eles! Sabe, ninguém sabe quem tem o direito de usar, quem não tem, não sabe, então tá assim nesse pé assim... (Entrevistado 04).

4.3 Questionário de avaliação e público alvo

Conforme descrito na metodologia, a avaliação da gestão da RESEX Ilha do Tumba foi feita com aplicação de questionário. Por ter sido desenvolvido somente após o levantamento qualitativo, pode ser considerado um dos resultados da dissertação.

O Público alvo do questionário foram os Conselheiros da UC da gestão de 2012 a 2014, equipe técnica da Fundação Florestal responsável pela gestão da área protegida e atuais presidentes das associações de bairro (Ariri e Marujá).

A proposta dessa representação pelos Conselheiros, equipe técnica da Fundação e Presidentes das associações se deve ao fato que a ferramenta de avaliação deve ser simples e de fácil execução. Planejar uma avaliação de gestão com todos os beneficiários demandaria tempo e recursos elevados.

Dos 25 possíveis entrevistados 04 não quiseram participar, diminuindo a possibilidade para 21 entrevistas. Dessas 21 pessoas, 18 foram entrevistadas, o que corresponde a 85% do total.

Hockings et. al (2006) pontuam que em uma avaliação de gestão de uma área protegida deva-se compreender o contexto em que esta inserida. Isso correspondeu aos tópicos 4.1. e 4.2. desta dissertação.

Os assuntos abordados pelo questionário são os que estão descritos no subtópico 4.2. As questões estão divididas em dois âmbitos “Avaliação da gestão da Fundação Florestal” e “Avaliação da gestão da RESEX Ilha do Tumba”.

Conforme sugerem Cifuentes, Izurieta e Faria (2000) dividir uma avaliação em âmbitos pode colaborar em localizar os pontos problemáticos da gestão da UC. No entanto foram criados apenas dois âmbitos, uma adaptação à realidade da RESEX.

Além disso, foi trazida a reflexão sobre o modo de fazer pesquisa, tentando outra forma de sistematização deste assunto com a percepção dos atores locais sendo levada em consideração.

Como forma de coletar esses dados, Takahashi (2002) e Dencker (1998) foram a base para montar as perguntas. O questionário foi composto de 09 perguntas sobre a gestão da Fundação Florestal (Tabela 2) e 22 questões sobre a gestão da RESEX Ilha do Tumba (Tabela 3). Para cada afirmação o entrevistado tinha a opção de concordar com o que era afirmado, discordar ou não se manifestar, fosse por não querer emitir uma opinião ou por não ter conhecimento do assunto questionado.

Todas as afirmativas do questionário foram feitas em um sentido positivo, ou seja, caso o entrevistado concorde com o que é afirmado ele concorda que a gestão está positiva naquele ponto. Por exemplo: “A quantidade de funcionários da Fundação Florestal do núcleo integrado de Cananéia é suficiente para atender as demandas das áreas protegidas”. Não se trata de uma pergunta, é uma afirmação. A qual pode ser consentida ou não, ou não manifestar opinião ou conhecimento sobre o assunto.

Tabela 2 - quadro de avaliação da gestão da Fundação Florestal

Afirmações sobre a gestão da Fundação Florestal	Concordo	Discordo	Não opino	Não tenho conhecimento
A hierarquia da Fundação Florestal é apropriada a gestão do órgão e funciona efetivamente.				
A quantidade de funcionários da Fundação Florestal do núcleo integrado de Cananéia é suficiente para atender as demandas das áreas protegidas.				
A quantidade de insumos (combustível para barcos, material de escritório) para funcionamento da Fundação Florestal do núcleo integrado de Cananéia é suficiente para atender as demandas das áreas protegidas.				
A quantidade de equipamentos (barcos, computadores, impressoras, carros) da Fundação Florestal do núcleo integrado de Cananéia é suficiente para atender as demandas das áreas protegidas.				
A criação de novas áreas protegidas pela Fundação é adequada a sua capacidade de administração.				
A gestão do Mosaico do Jacupiranga entre Fundação Florestal, Comunidades e Sociedade Civil é adequada.				
Existe comunicação efetiva entre as decisões da Fundação Florestal e as comunidades.				
A Fundação Florestal faz a fiscalização de forma adequada.				
A Polícia Ambiental faz a fiscalização de forma adequada.				

Tabela elaborada pelo autor com base nos dados qualitativos coletados em março e abril de 2014

Tabela 3 - quadro de avaliação da gestão da RESEX Ilha do Tumba

Afirmações sobre a gestão da RESEX	Concordo	Discordo	Não opino	Não tenho conhecimento
Os beneficiários têm plena compreensão do que é a RESEX.				
A RESEX tem suprido efetivamente o território de reprodução cultural das comunidades beneficiárias				
A RESEX tem suprido efetivamente a melhoria da economia local das comunidades beneficiárias				
A RESEX tem suprido efetivamente a melhoria da qualidade de vida das comunidades beneficiárias.				
O Conselho Deliberativo possui uma dinâmica de trabalho eficiente e articulada				
Existe um planejamento de ações para que o Conselho Deliberativo faça a gestão da RESEX				
O que é discutido nas reuniões do Conselho é posto em prática efetivamente				
Existem pesquisas de interesse da Fundação e comunidade acontecendo na RESEX				
Existe plena participação dos conselheiros para gerir o território.				
Há participação efetiva de beneficiários que não são Conselheiros na gestão da RESEX.				
A comunicação entre representante do Conselho e beneficiários ocorre efetivamente.				
Há comunicação efetiva entre gestor, Conselho e Comunidade.				
Os beneficiários fazem uso racional dos recursos naturais autorizados.				
O processo de pedido de uso dos recursos é compreendido pelos beneficiários.				
O Plano de Utilização / de gestão é efetivo e aplicado plenamente.				
O uso dos recursos por pessoas de fora da RESEX é controlado.				
Quando ocorre uso de usuários de fora há fiscalização efetiva para conter esse problema.				
As denúncias de usos inadequados são apuradas de forma eficiente.				
A comunidade tem feito o papel de conscientizar usuários externos sobre a proibição de uso da área.				
A comunidade tem feito o papel de conscientizar beneficiários que usam de forma inadequada				
As placas de orientação cumprem efetivamente a sua proposta.				
Existe o uso de carteirinha de identificação para colaborar na fiscalização.				

Tabela elaborada pelo autor com base nos dados qualitativos coletados em março e abril de 2014

A opção de não opinar ou afirmar não ter conhecimento foi com o intuito do questionário não ser impositivo ao entrevistado. De todo modo, propositalmente, não foi colocada a opção “discordo parcialmente” ou “concordo parcialmente” com o objetivo que os entrevistados tomassem uma posição aos assuntos questionados.

4.4 Resultados da avaliação

A organização dos resultados foi feita nos dois âmbitos avaliados “Avaliação da Fundação Florestal” (Tabela 4) e “Avaliação da RESEX Ilha do Tumba” (Tabela 5).

Cifuentes, Izurieta e Faria (2000) e Faria (2004) fazem uma tabela de qualificação em seus métodos de avaliação. Apesar de extremamente bem feita optou-se em não utilizá-las, tanto pelo fato de que a dissertação não utilizou os mesmos âmbitos e parâmetros que os autores e também porque a intenção é de que a avaliação seja de simples entendimento a todos os envolvidos.

Dessa maneira, dentro dessas tabelas as afirmativas foram agrupadas em três setores. O primeiro denominado de “pontos positivos” são as afirmativas que de 70 a 100% dos entrevistados concordaram com o que foi afirmado. O segundo grupo são os “pontos intermediários”, que são as afirmativas que possuem a concordância de 40 a 69% dos entrevistados. O último agrupamento é o de “pontos negativos”, afirmativas que possuem baixa porcentagem de concordância dos entrevistados, de 0 a 39%.

Tabela 4 - resultado da avaliação da gestão da Fundação Florestal

Grupo	Afirmações sobre a gestão da Fundação Florestal	Sim	Não	Não opinam	Não conhecem
Pontos Intermediários	A hierarquia da Fundação Florestal é apropriada a gestão do órgão e funciona efetivamente	44,4%	33,3%	5,6%	16,7%
	A quantidade de insumos (combustível para barcos, material de escritório) para funcionamento da Fundação Florestal do núcleo integrado de Cananéia é suficiente para atender as demandas das áreas protegidas.	44,4%	22,2%	5,6%	27,8%
Pontos Negativos	Existe comunicação efetiva entre as decisões da Fundação Florestal e as comunidades	38,9%	50,0%	0%	16,7%
	A quantidade de equipamentos (barcos, computadores, impressoras, carros) da Fundação Florestal do núcleo integrado de Cananéia é suficiente para atender as demandas das áreas protegidas	33,3%	33,3%	0%	33,3%
	A criação de novas áreas protegidas pela Fundação é adequada a sua capacidade de administração	33,3%	61,1%	5,6%	0%
	A Fundação Florestal faz a fiscalização de forma adequada	33,3%	61,1%	0%	5,6%
	A Polícia Ambiental faz a fiscalização de forma adequada	33,3%	61,1%	0%	5,6%
	A gestão do Mosaico do Jacupiranga entre Fundação Florestal, Comunidades e Sociedade Civil é adequada.	27,8%	38,9%	16,7%	16,7%
	A quantidade de funcionários da Fundação Florestal do núcleo integrado de Cananéia é suficiente para atender as demandas das áreas protegidas	5,6%	83,3%	0%	11,1%

Fonte: Dados da pesquisa realizada entre 12 a 22 de agosto de 2014.

Na opinião dos entrevistados nenhum dos pontos avaliados pelo questionário sobre a Fundação Florestal foi considerado positivo na escala desenhada para esta avaliação. Apenas as questões sobre hierarquia da Fundação e a quantidade de Insumos do Núcleo Integrado de Cananéia estão no agrupamento intermediário de qualificação de gestão.

No entanto, mesmo estes dois pontos possuem abstenção de resposta de 22 e 33% respectivamente, o que poderia mudar a avaliação tanto para mais quanto para menos no caso de haver um maior posicionamento ou conhecimento deste assunto pelos entrevistados. O desconhecimento das relações entre a própria comunidade e a FF gera resultados desfavoráveis em um sistema de avaliação da RESEX. Assim, é muito importante que as ações posteriores tanto por parte dos líderes da comunidade como por parte do órgão gestor (FF) levem a maior divulgação e envolvimento das ações e estrutura organizacional.

Já nos pontos considerados negativos houve apenas duas afirmativas em que a abstenção poderia mudar o quadro de avaliação: quantidade de equipamentos da Fundação Florestal e gestão do Mosaico de Unidades de Conservação do Jacupiranga (MOJAC). Para esses dois pontos 33% dos entrevistados não se manifestaram.

Todas as outras cinco afirmativas estão bem delimitadas como pontos consentidos pela maioria como negativos, sendo o principal apontamento a insuficiência de quantidade de funcionários da Fundação Florestal. Nesta afirmativa apenas 5,6% consentiram como suficientes, enquanto 83,3% dos entrevistados discordam.

A afirmativa “*Existe comunicação efetiva entre as decisões da Fundação Florestal e as comunidades*” foi elaborada pela reclamação de muitos entrevistados de como foi feito o desenho do Mosaico do Jacupiranga de que não houve uma participação efetiva para traçar os limites da RESEX. De fato, metade dos entrevistados, compreende que não é efetiva (50%) e 11,1% não se manifestaram.

Três tópicos com a mesma pontuação foram sobre a fiscalização da Polícia Ambiental, da Fundação Florestal e sobre a política de criação de novas áreas protegidas da Fundação Florestal, 61,1% dos entrevistados discordam de que sejam efetivas essas demandas. O que vai de encontro aos dados das entrevistas abertas, uma das maiores manifestações de insatisfação durante a fase qualitativa da pesquisa.

Tabela 5 - resultado da avaliação da gestão da RESEX Ilha do Tumba

Grupos	Afirmações sobre a gestão da RESEX Ilha do Tumba	Sim	Não	Não opinam	Não conhecem
Pontos Positivos	Existe um planejamento de ações para que o Conselho Deliberativo faça a gestão da RESEX	82,4%	5,9%	0%	11,8%
	O Conselho Deliberativo possui uma dinâmica de trabalho eficiente e articulada	77,8%	16,7%	5,6%	0%
	A comunicação entre representante do Conselho e beneficiários ocorre efetivamente	77,8%	16,7%	5,6%	0%
	Há comunicação efetiva entre gestor, Conselho e Comunidade	77,8%	5,6%	11,1%	5,6%
	Os beneficiários fazem uso racional dos recursos naturais autorizados	72,2%	16,7%	5,6%	5,6%
	O processo de pedido de uso dos recursos é compreendido pelos beneficiários	72,2%	22,2%	0%	5,6%
Pontos Intermediários	O que é discutido nas reuniões do Conselho é posto em prática efetivamente	66,7%	11,1%	16,7%	5,6%
	A comunidade tem feito o papel de conscientizar beneficiários que usam de forma inadequada	66,7%	5,6%	11,1%	16,7%
	Existe plena participação dos conselheiros para gerir o território	61,1%	33,3%	5,6%	0%
	Existem pesquisas de interesse da Fundação e comunidade acontecendo na RESEX	55,6%	16,7%	11,1%	16,7%
	As denúncias de usos inadequados são apuradas de forma eficiente	55,6%	16,7%	5,6%	22,2%
	Os beneficiários têm plena compreensão do que é a RESEX	50,0%	50,0%	0%	0%
	A RESEX tem suprido efetivamente a melhoria da economia local das comunidades beneficiárias	50,0%	33,3%	5,6%	11,1%
	O Plano de Utilização / de gestão é efetivo e aplicado plenamente	50,0%	16,7%	22,2%	11,1%
	A RESEX tem suprido efetivamente o território de reprodução cultural das comunidades beneficiárias	44,4%	44,4%	0%	11,1%
	A RESEX tem suprido efetivamente a melhoria da qualidade de vida das comunidades beneficiárias	44,4%	44,4%	0%	11,1%
Pontos Negativos	Quando ocorre uso de usuários de fora há fiscalização efetiva para conter esse problema	38,9%	50,0%	5,6%	5,6%
	O uso dos recursos por pessoas de fora da RESEX é controlado	33,3%	61,1%	0%	5,6%
	A comunidade tem feito o papel de conscientizar usuários externos sobre a proibição de uso da área	33,3%	44,4%	0%	22,2%
	Há participação efetiva de beneficiários que não são Conselheiros na gestão da RESEX	27,8%	55,6%	5,6%	11,1%
	As placas de orientação cumprem efetivamente a sua proposta	22,2%	77,8%	0%	0%
	Existe o uso de carteirinha de identificação para colaborar na fiscalização	0,0%	83,3%	5,6%	11,1%

Fonte: Dados da pesquisa realizada entre 12 a 22 de agosto de 2014.

Na avaliação da RESEX foram encontrados seis pontos positivos pelo questionário. Destes, o mais bem pontuado foi o Planejamento de trabalho da UC. A afirmativa “*Existe um planejamento de ações para que o Conselho Deliberativo faça a gestão da RESEX*” conta com mais de 80% de concordância.

A dinâmica de trabalho do Conselho Deliberativo foi compreendida por 77,8% dos entrevistados como adequada. A mesma pontuação foi dada a comunicação entre representantes do Conselho e beneficiários, assim como a comunicação entre Gestor, Conselho e Comunidade. Apesar da avaliação positiva, cabe frisar que esta avaliação foi feita apenas pelos atores sociais mais próximos à gestão da RESEX. Nas entrevistas qualitativas feitas com parte da população que não é ativa nestes espaços de discussão estas afirmam que a informação não chega até eles. Aqui há uma discordância entre o que os dados qualitativos apontam. Isso obviamente se deve ao recorte do público alvo do questionário que se prendeu ao Conselho, Funcionários da Fundação e Presidentes da Associação.

As afirmativas sobre o uso racional dos recursos disponíveis na RESEX e o processo de pedido de uso dos recursos e sua compreensão pelos beneficiários alcançou a pontuação de 72% de concordância.

Já compreendidos como pontos intermediários temos as afirmativas sobre a função de reprodução cultural, melhoria da qualidade de vida e da economia local, as quais possuem 50%, 44,4% e 44,4% de concordância respectivamente. Quanto a compreensão do que é a RESEX por todos os beneficiários houve um empate, 50% concordam que sim e exatos 50% acham que não. Tais afirmativas foram elaboradas com base no objetivo da UC, o qual está previsto no PU da RESEX:

Tem como objetivo básico preservar a natureza e, ao mesmo tempo, assegurar as condições e os meios necessários para a reprodução e a melhoria dos modos e da qualidade de vida e exploração dos recursos naturais das populações tradicionais, bem como valorizar, conservar e aperfeiçoar o conhecimento e as técnicas de manejo do ambiente, desenvolvido por estas populações, requerendo gestão comum e participativa entre órgão gestor e moradores (FUNDAÇÃO FLORESTAL, 2010).

Sobre essas afirmativas podem-se elaborar algumas inferências. A RESEX não atinge e não atingirá pontos positivos sobre sua compreensão e espaço de reprodução cultural, de melhoria da qualidade de vida e de melhoria da economia local enquanto tiver o tamanho limitado que tem atualmente.

Conforme explicitado nas entrevistas qualitativas muitos dos recursos úteis às comunidades estão em áreas que não fazem parte da RESEX. Conforme dito anteriormente os beneficiários reconhecem como Ilha do Tumba um espaço territorial maior do que aquele

traçado feito pela Fundação Florestal. Isso impede um uso útil e consequentemente atingir uma maior pontuação destas afirmativas. Tal fato acaba interferindo também na compreensão dos beneficiários de “o que é” a RESEX.

Sobre o instrumento de gestão, o Plano de Utilização, este possui uma concordância de que é efetivo de 50% dos entrevistados e 33,3% não quiseram se manifestar sobre o documento. Pode-se atrelar essa nota não tão alta do PU a alguns fatores. Primeiramente a avaliação pouco positiva da Fundação Florestal, conforme visto na avaliação anterior. Não há possibilidade de execução de um plano (seja de gestão, seja de utilização) sem um órgão que esteja funcionando a contento para que sustente este trabalho, o que não ocorre na visão de alguns dos entrevistados. Além disso, retorna a questão do tamanho da UC, sem uma área real de uso dos recursos de fato não haverá tantas demandas e os usos possíveis serão diminutos.

As pesquisas de interesse da RESEX, uma das demandas previstas no PU, 55,6% dos entrevistados concordaram que já estão acontecendo. Sendo a presente dissertação a primeira pesquisa especificamente sobre a RESEX Ilha do Tumba.

Segundo os dados da pesquisa, as demandas de o que é discutido nos encontros do Conselho Deliberativo também estão neste agrupamento intermediário (66,7% de concordância). O que complementa a visão de pouca autonomia da gestão da UC enquanto o órgão tiver uma avaliação tão aquém do necessário para que se cumpram os objetivos gerais das áreas protegidas sob sua tutela.

Sobre fiscalização e a participação comunitária em colaborar neste controle as afirmativas “*A comunidade tem feito o papel de conscientizar beneficiários que usem de forma inadequada*” possui 66,7% de concordância. A afirmativa “*As denúncias de usos inadequados são apuradas de forma eficiente*” possui 55,6%. Neste ponto há duas considerações a serem feitas: a estrutura de fiscalização oferecida pela Fundação Florestal é insuficiente para que as denúncias sejam apuradas, conforme citado nas entrevistas qualitativas. A comunidade não executa eficientemente sua parte nos acordos em denunciar, como pode ser visto no tópico sobre Fiscalização e controle, o que justificam pelo fato de que a Fundação não cumpre seu papel.

Mais do que encontrar “culpado” para essas afirmativas que estão com avaliação intermediária, é interessante compreendê-las como sintomas de uma estrutura de funcionamento de fiscalização compartilhada que não tem pleno funcionamento.

Como último ponto intermediário a participação plena dos conselheiros possui a pontuação de 61,1% de concordância. Um dos entrevistados aponta que esta tímida participação se deve ao fato de a RESEX ser um território novo e não totalmente apropriado

pelas comunidades beneficiadas. Espera-se e supõe-se que com o passar do tempo isto venha a ser mudado com um aumento da participação da comunidade em sua gestão. Apesar das evidentes falhas da Fundação Florestal, a RESEX conta com uma boa comunicação entre gestor e comunidade, fator importante para que esse processo caminhe positivamente.

Todos os pontos negativos na gestão da RESEX versam sobre a temática de fiscalização e controle de uso de recursos da área por usuários externos. A afirmativa sobre a existência de uma fiscalização efetiva de usuários externos possui 38,9% de concordância de que de fato isso ocorra. Complementando, a afirmativa sobre o controle deste tipo de uso de recursos por pessoas de fora, apenas 33,3% concordam que isso ocorre.

A participação comunitária em colaborar ativamente na abordagem e conversa com usuários externos não beneficiários sobre a proibição do uso de recursos da RESEX possui 33,3% de concordância. Nas entrevistas qualitativas era sempre exposto que se torna ruim expor-se a um usuário externo, pois há uma insegurança por parte da comunidade em ter essa exposição. O que difere nesta tarefa junto aos beneficiários, dado o fato que são todos conhecidos e das mesmas comunidades.

Sobre as placas de orientação, apenas 22,2% concordam que estas cumprem sua proposta. A carteirinha de identificação, uma demanda prevista há tempos para que se possa ter uma fiscalização adequada, ainda não foi implantada. Segundo a Fundação Florestal, em uma das reuniões do Conselho, tal medida não é necessária pois sempre terá alguém da Fundação Florestal nas saídas de fiscalização com a lista de beneficiários. Apesar de ser uma justificativa plausível, alguns participantes expõem que mesmo assim a carteirinha seria positiva pelo fato de que essa afirmação de que se pode usar a RESEX também estaria em poder do usuário beneficiado, não apenas no órgão fiscalizador. Seria uma forma de compartilhar essa informação de acesso ao uso dos recursos da UC.

Ainda nos pontos negativos, o último e que não tem uma ligação direta com fiscalização e controle é sobre a participação de usuários beneficiados que não sejam do Conselho. Apenas 27,8% acreditam que isso ocorra a contento.

4.5 Diferenças entre Fundação Florestal e demais entrevistados

Todas as porcentagens de avaliação foram feitas com o total de questionários aplicados. Estes foram considerados os números que representam a avaliação. No entanto cabe frisar que quando separado as respostas dos entrevistados da Fundação Florestal (gestor, equipe técnica e representantes do conselho) do restante dos entrevistados (representantes da

comunidade e sociedade civil), ocorre uma diferença de opinião em algumas questões específicas, conforme apontam as tabelas 6 e 7:

Tabela 6 - Diferenças de opinião entre funcionários da Fundação Florestal e demais entrevistados na avaliação da gestão da Fundação Florestal

Questões sobre a fundação florestal	Fundação Florestal	Outros entrevistados
A quantidade de insumos (combustível para barcos, material de escritório) para funcionamento da Fundação Florestal do núcleo integrado de Cananéia é suficiente para atender as demandas das áreas protegidas	100% dos entrevistados concordam com a afirmativa	35,7% não tem conhecimento 28,6% concordam com a afirmativa 28,6% discordam da afirmativa 7,1% não opinam
A quantidade de equipamentos (barcos, computadores, impressoras, carros) da Fundação Florestal do núcleo integrado de Cananéia é suficiente para atender as demandas das áreas protegidas	50% concordam com a afirmativa. 50% discordam da afirmativa.	42,9% não tem conhecimento 28,6% concordam com a afirmativa 28,6% discordam da afirmativa
A criação de novas áreas protegidas pela Fundação é adequada a sua capacidade de administração	50% concordam com a afirmativa 25% discordam da afirmativa. 25% não opinaram.	71,4% discordam da afirmativa. 28,6% concordam com a afirmativa.

Tabela 7 - Diferenças de opinião entre funcionários da Fundação Florestal e demais entrevistados na avaliação da gestão da RESEX Ilha do Tumba

Questões sobre a RESEX Ilha do Tumba	Fundação Florestal	Outros entrevistados
O uso dos recursos por pessoas de fora da RESEX é controlado	50% concordam com a afirmativa. 50% discordam da afirmativa.	64,3% discordam da afirmativa 28,6% concordam com a afirmativa. 7,1% não tem conhecimento.
Quando ocorre uso de usuários de fora há fiscalização efetiva para conter esse problema	75% concordam com a afirmativa. 25% discordam da afirmativa	57,1% discordam da afirmativa. 28,6% concordam com a afirmativa. 7,1% não opinaram. 7,1% não tem conhecimento.

Quanto à tabela 6, as duas primeiras afirmativas versam sobre a parte operacional da Fundação Florestal (insumos e equipamentos). Os funcionários da Fundação possuem pleno conhecimento para julgar a afirmativa e não houve a ocorrência de um não posicionamento sobre a questão (não ter conhecimento, ou não opinar).

O mesmo não aconteceu com os demais entrevistados. A primeira questão 35,7% não tinha conhecimento sobre o assunto. Apenas 28,6% concordaram com a afirmativa (diferentemente dos 100% dos funcionários da Fundação Florestal). Outros 28,6% discordaram e ainda 7,1% não opinaram.

Pode-se inferir que se trata de um assunto muito próximo aos que trabalham na gestão da Fundação e isso tornou mais difícil a avaliação dos que não estão no cotidiano do órgão ambiental. De qualquer forma a instituição precisa deixar transparecer sua eficiência em administração e uso de insumos para a comunidade local uma vez que a imagem da FF é diferente da realidade.

Já a terceira questão, sobre a capacidade da Fundação Florestal em gerir suas áreas protegidas, os entrevistados que não são funcionários da Fundação se posicionaram. Não houve nenhuma abstenção de opinião sobre esta questão: 71,4% discordam da afirmativa e 28,6% concordam.

O mesmo não ocorreu com os funcionários da Fundação. Apenas 25% discordaram da afirmativa, 25% não opinaram e 50% concordaram com a afirmativa.

Isso denota uma diferença de visão entre quem está mais próximo à gestão do órgão e aos que são atendidos por essa administração. Apesar de a maioria dos funcionários da Fundação acreditar que o órgão cumpre efetivamente à gestão das áreas naturais sob sua tutela, a grande maioria dos entrevistados posiciona-se contrariamente a afirmativa.

Sobre a tabela 7, que aponta as diferenças de avaliação sobre a gestão da RESEX, ocorreram dois pontos diferentes significativos.

A primeira questão afirma que o controle do uso dos recursos naturais da RESEX feito por pessoas de fora é controlado. Dos funcionários da Fundação 50% concordam com a afirmativa e 50% discordam. Já os outros entrevistados 64,3% discordam da afirmativa, 28,6% concordam e 7,1% não tem conhecimento.

A mesma diferença de opinião ocorre na frase seguinte que afirma que quando ocorre uso irregular dos recursos há uma fiscalização efetiva. 75% dos entrevistados da Fundação acreditam que sim, 25% julgam que não. Dos demais entrevistados, 57,1% discordam da afirmativa, 28,6% concordam com a afirmativa, 7,1% não opinaram e 7,1% não tem conhecimento. Infere-se que tal diferença nessas duas questões ocorra, pois conforme visto nos dados qualitativos a fiscalização é um dos maiores problemas da região.

E por fim, o disparate entre os dados reforçou a importância da entrevista de todos os envolvidos e de estas serem levadas como o mesmo peso de valor. Isso coloca a opinião da comunidade e sociedade civil representada no Conselho com o mesmo grau de importância que a dos funcionários do órgão e traz uma representatividade maior dos dados.

4.6 Melhorias no processo de avaliação

Ao final da aplicação do questionário foi apresentado um resumo dos resultados ao Conselho Deliberativo. Um participante do Conselho e Gestor pontuaram a importância de que as pesquisas ocorram junto ao Conselho, como foi a presente dissertação. O processo foi compreendido como positivo pelos participantes.

Apesar da boa recepção do trabalho, trata-se de um questionário piloto, o qual deve conter ajustes. Deste modo, cabem algumas observações:

Linguagem do questionário

Durante a aplicação da ferramenta muitos termos não foram bons, pois acabavam dizendo algo relativamente simples de uma forma rebuscada em excesso. Como exemplo a

afirmativa “*A hierarquia da Fundação Florestal é apropriada a gestão do órgão e funciona efetivamente*”. As palavras “hierarquia” e a expressão “funciona efetivamente” tiveram que ser explicadas algumas vezes aos entrevistados, pois de fato não a afirmativa não era de simples compreensão. Uma possível melhora nesta afirmativa seria “A escala de chefes da Fundação Florestal é positiva”

Afirmativas parecidas

Durante o planejamento do questionário achou-se importante detalhar pontos a serem avaliados, mas por vezes as afirmativas ficaram muito parecidas. Como exemplo as duas afirmativas: “*Quando ocorre uso de usuários de fora há fiscalização efetiva para conter esse problema*” e “*O uso dos recursos por pessoas de fora da RESEX é controlado*”. A primeira afirmativa sobre fiscalização já havia sido respondida na avaliação sobre a Fundação Florestal, não havia a necessidade de uma repetição do assunto. Além disso, o seu texto sobre levantar a problemática sobre o uso de recursos por pessoas de fora já estava contemplado na segunda afirmativa. Deste modo, apenas a segunda afirmação seria necessária e sua compreensão é mais fácil.

Público alvo

Apesar de ser defendida nesta dissertação a opinião de todos os entrevistados de forma igualitária, há de se considerar que existiram dificuldades em aplicar o questionário. Alguns entrevistados, conselheiros, não participam efetivamente da gestão da RESEX, não comparecem às reuniões, e conseqüentemente não sabem a dinâmica de trabalho. Deste modo este questionário acabou sendo uma conversa que fugia de sua compreensão, pelo simples fato de não participarem. Cabe refletir se essa ferramenta de gestão não seria mais efetiva se fosse aplicada aos conselheiros que participaram há mais de 50% dos encontros do último ano, isso nivelaria o público a um entendimento mínimo do que é a Reserva Extrativista. Assim haveria também uma maior probabilidade de que a avaliação seria feita de forma confiável. Uma UC mal avaliada não significa necessariamente uma UC mal gerida.

Para suprir a opinião dos que não possuem uma participação tão ativa poderia ser elaborado um questionário mais simples com perguntas mais amplas sobre a compreensão do que é a RESEX para assim ter duas fontes distintas de dados que possam ser analisados conjuntamente.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Dada a revisão bibliográfica não havia, até então, sido feita uma pesquisa de avaliação da gestão de uma Reserva Extrativista. Tampouco encontramos publicações relatando uma pesquisa deste tema com a participação da comunidade diretamente relacionada à UC.

Foi percebido que os métodos de avaliação são ótimos guias de como montar uma avaliação de gestão, mas adequar esta demanda à realidade local, trazer a percepção dos beneficiários como tão importante quanto do gestor e funcionários da Fundação Florestal, tornou a pesquisa mais realista.

Deste modo este questionário é aplicável somente à RESEX Ilha do Tumba. Para fazer esta avaliação em outras UCs de Uso Sustentável seria necessária essa incursão em explorar as informações qualitativas disponíveis em outras realidades. Mas o princípio metodológico seria o mesmo.

Infere-se que o fato da pesquisa ter sido feita com repasses de andamento do trabalho ao Conselho Deliberativo foi importante para ter a confiança dos participantes.

A avaliação da gestão da Fundação Florestal mostra que, na visão dos entrevistados, o órgão está em uma situação de incapacidade de gerir todas as áreas protegidas sob sua responsabilidade e com objetivos tão distintos. Isso é possível afirmar a partir do fato de que nenhum dos pontos avaliados foi enquadrado como positivo.

Sobre a gestão local da RESEX, as demandas que cabem somente ao Conselho são bem avaliadas, já o que depende de instâncias acima do Conselho foram tidas como dificuldades na gestão, um terreno acidentado e de difícil acesso.

Isso denota a falta de autonomia que o Conselho e o gestor enfrentam. Claramente isso aconteceu desde o início da RESEX quando seu perímetro foi traçado arbitrariamente, sem uma clara consulta pública sobre o território necessário para suprir as demandas das duas comunidades.

Desta maneira pode-se considerar que o principal problema encontrado na gestão da UC é a falta de comunicação nas decisões de alto escalão da Fundação com as comunidades diretamente envolvidas, o que resultou num tamanho de UC que não corresponde ao esperado e conhecido pelos beneficiários.

A diminuição do tamanho faz com que muitas outras demandas da RESEX que poderiam existir, como a coleta de espécies vegetais para produção de cerco, não ocorram. Isso torna a RESEX uma UC mais decorativa do que de fato efetiva. Isso é percebido em tantos pontos intermediários, aonde a UC será “mais ou menos” gerida, por ter “mais ou menos” o tamanho adequado e o Conselho tenha “mais ou menos” autonomia.

E finalmente, considerando os resultados obtidos na avaliação, podemos inferir que a avaliação da gestão da RESEX Ilha do Tumba passará de mediana para uma classificação positiva quando as esferas maiores de gestão de Unidades de Conservação do Estado de São Paulo assumirem de fato o valor que as áreas protegidas de Uso Sustentável possuem no século XXI. As RESEX refletem uma combinação de uso e conservação que outros usos da terra não possuem. Gerir estes territórios de maneira adequada resultará em uma melhoria na qualidade de vida das comunidades que detém o direito de uso destas áreas, assim como preservação da biodiversidade e relações ecossistêmicas.

REFERÊNCIAS

ARAUJO, M.A.R. **Unidades de Conservação no Brasil: da República à gestão de classe mundial.** Belo Horizonte : SEGRAC, 2007. 272p.

ARAUJO, M.A.R.; PARAÍSO, C.M.; CABRAL, R.F.B.; FONSECA, E.J.M. Programa Parque Modelo: a primeira experiência de implementação da excelência em gestão em unidades de conservação no Brasil. In: ARAUJO, M.A.R. **Unidades de Conservação no Brasil: da República à gestão de classe mundial.** Belo Horizonte : SEGRAC, 2007. 272p.

ARRUDA, R.S.V. Populações tradicionais e a proteção dos recursos naturais em Unidades de Conservação. In: DIEGUES, A.C. **Etnoconservação: novos rumos para a proteção da natureza nos trópicos.** NUPAUB. 2000. 290p.

BENSUSAN, N. Os Pressupostos Biológicos do Sistema Nacional de Unidades de Conservação In.: VIO, A.P.A.; BENJAMIN, A.H. **Direito Ambiental das Áreas Naturais Protegidas: o regime jurídico das Unidades de Conservação.** Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2001. 547p.

BORRINI-FEYERABEND, G. **Manejo participativo de áreas protegidas: adaptando o método ao contexto.** Temas de Política Social. UICN-SUR Quito (Equador), 1997. 66p.

BRASIL. **Constituição federativa do Brasil, 1988.** Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm> Acesso em: 26 jan. 2014.

_____. **Lei nº 9.985/2000: Institui o Sistema Nacional de Áreas Protegidas (SNUC).** 2000. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9985.htm> Acesso em: 26 de jan. de 2014.

_____. **Decreto 4.340/2002:** Regulamenta a lei 9.985/2000 que dispõe sobre o Sistema Nacional de Unidades de Conservação. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2002/d4340.htm> Acesso em: 26 jan. 2014.

_____. **Lei nº 11.516/2007:** Institui o ICMBio como órgão gestor das Unidades de Conservação Federais. 2007. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/lei/11516.htm> Acesso em: 26 jan. 2014.

_____. **Decreto Federal nº 6.040:** Institui a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais. 2007a. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/decreto/d6040.htm> Acesso em: 09 jan. 2015.

CIFUENTES, M; IZURIETA, A; FARIA, H.H. **Medición de la efectividad del manejo de áreas protegidas.** Turrialba, CC.R.: WWF:IUCN: GTZ, 2000. 105p.

COLCHESTER, M. Resgatando a natureza: Comunidades tradicionais e áreas protegidas. In: DIEGUES, A.C. **Etnoconservação**: novos rumos para a proteção da natureza nos trópicos. 2.Ed. NUPAUB. 2000. 290p.

CONAMA. **Resolução 10/1987**: Dispõe sobre o investimento em áreas protegidas do valor pago por empreendimentos com danos ambientais. Disponível em: <<http://www.mma.gov.br/port/conama/res/res87/res1087.html>> Acesso em: 10 maio 2014.

CORDEIRO, A.Z.; CURADO, I.B.; Reservas Extrativistas: desafios de gestão por parte do Estado. In: MEDEIROS, R.; IRVING, M.A. **Áreas Protegidas e Inclusão Social**: Tendências e Perspectivas. Teresópolis - RJ, v.3, n.1, p.117-120, 2007.

DENCKER, A.F.M. **Métodos e técnicas de pesquisa em turismo**. São Paulo : Futura, 1998. 268p.

DERANI, C. A Estrutura do Sistema Nacional de Unidades de Conservação – Lei nº 9.985/2000. In.: VIO, A.P.A.; Benjamin, A.H. **Direito Ambiental das Áreas Naturais Protegidas**: o regime jurídico das Unidades de Conservação. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2001.547p.

DIEGUES, A.C. **Povos e Águas**: inventário de áreas úmidas. 2.ed. São Paulo: Núcleo de Apoio à Pesquisa sobre Populações Humanas e Áreas Úmidas Brasileiras. USP. 2002. 597p.

_____. Conhecimento Tradicional e Apropriação Social do Ambiente Marinho. In: DIEGUES, A. C. S. **A pesca construindo sociedades**. NUPAUB. 2004. 315p.

_____. Áreas Reservadas para Pesca Artesanal. In: DIEGUES, A.C.S. **A pesca construindo sociedades**. São Paulo: NUPAUB, 2004a. 315p.

DRUMOND, M.A. A gestão participativa em unidades de conservação. In: OFICINAS SOBRE GESTÃO PARTICIPATIVA EM UNIDADES DE CONSERVAÇÃO, 1998. Belo Horizonte. **Anais...** Belo Horizonte: Fundação Biodiversitas, 1998. 172p.

ERWIN, J. **Metodologia para Avaliação Rápida e a Priorização do Manejo de Unidades de Conservação (RAPPAM)**. Gland, Suíça: WWF, 2003. 70p.

FARIA, H.H. **Eficácia de Gestão de Unidades de Conservação Gerenciadas pelo Instituto Florestal de São Paulo, Brasil**. 2004. 385p. Tese de (Doutorado em . Geografia. Faculdade de Ciência e Tecnologia) - Universidades Estadual Paulista,. Presidente Prudente, SP. 2004.

FARIA, H.H. Avaliação do desempenho gerencial de unidades de conservação: a técnica a serviço de gestões eficazes In: ARAUJO, M.A.R. **Unidades de Conservação no Brasil**: da República à gestão de classe mundial. Belo Horizonte : SEGRAC, 2007. 272p.

FERNANDES-PINTO, E.; CORDEIRO, A.Z.; BARBOSA, S. Criação de Reservas Extrativistas e sua importância estratégica frente aos conflitos socioambientais brasileiros. In: MEDEIROS, R.; IRVING, M.A. **Áreas Protegidas e Inclusão Social**: Tendências e Perspectivas, Teresópolis - RJ, v.3, n.1, p.107-109, 2007.

FERREIRA, S.R.; SILVA, A.C. Efetividade de manejo da APA de Balbino no Estado do Ceará. 2009. In: CONGRESSO DE PESQUISA E INOVAÇÃO DA REDE NORTE E NORDESTE DE EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA, 4., 2009 : Disponível em: < http://connepi2009.ifpa.edu.br/connepi-anais/artigos/37_1203_1872.pdf>, acesso em: jul. 2013.

FRANÇA, J.E.; CABRAL, N.R.A.J. Análise da efetividade de manejo da área de proteção ambiental da Serra de Maranguape. In: CONGRESSO DE PESQUISA E INOVAÇÃO DA REDE NORTE E NORDESTE DE EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA, 4., 2009. Disponível em: < http://connepi2009.ifpa.edu.br/connepi-anais/artigos/120_3619_978.pdf> Acesso em: jul. 2013.

FUNDAÇÃO FLORESTAL. **Plano de Utilização da Reserva Extrativista Ilha do Tumba.** Documento técnico. 2010. 42p.

GIL, A.C. **Métodos e técnicas de pesquisa social.** 6ed. São Paulo: Atlas, 2011. 200p.

GÓMEZ-POMPA, A.; KAUS, A. Domesticando o mito da natureza selvagem. In: DIEGUES, A.C. 2ed. **Etnoconservação: novos rumos para a proteção da natureza nos trópicos.** NUPAUB. 2000. 290p.

GONÇALVES, V.O; CABRAL, N.R.A.J. Efetividade de manejo em Reservas Privadas: Estudo do caso de três Reservas Particulares do Patrimônio Natural no Estado do Ceará. In: CONGRESSO DE PESQUISA E INOVAÇÃO DA REDE NORTE E NORDESTE DE EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA, 4., 2009. Disponível em: <http://connepi2009.ifpa.edu.br/connepi-anais/artigos/47_4081_1566.pdf> Acesso em: fev. 2014.

GRECO, P.; SALAZAR, M.; STRAATMANN, J.; VASCONCELOS, V.; TIerno, C.; NEVES, L.; REIS, A. R.; SANTOS, R.; Compartilhando experiências de gestão de Unidades de Conservação: A formação dos conselhos deliberativos das RESEXs Riozinho do Anfrísio e Rio Iriri. In: MEDEIROS, R.; IRVING, M.A.; **Áreas Protegidas e Inclusão Social: Tendências e Perspectivas**, Teresópolis - RJ, v.3, n.1, p.201-203, 2007.

GUHA, R. O biólogo autoritário e a arrogância do anti-humanismo. 2.ed. In: DIEGUES, A. C. **Etnoconservação: novos rumos para a proteção da natureza nos trópicos.** NUPAUB. 2000. 290p.

HOCKINGS, M.; STOLTON, S.; LEVERINGTON, F.; DUDLEY, N.; COURRAU, J.; **Evaluating Effectiveness: a framework for assessing management effectiveness of protected areas.** 2.ed. IUCN, 2006. 105p.

IBGE CIDADES. **Censo 2010.** Disponível em: <<http://cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?lang=&codmun=350990&search=sao-paulo|cananeia>> Acesso em: 16jan.2015.

LIMA FILHO, J.F. **Análise da efetividade de manejo de áreas marinhas protegidas:** um estudo do Parque Estadual Marinho da Pedra da Risca do Meio. 2006, 135p. Dissertação de (Mestrado em gestão de áreas protegidas) - Universidade Federal do Ceará Fortaleza, CE. 2006.

MACHADO, P.A.L.; Áreas Protegidas: a Lei nº 9.985/2000 In.: VIO, A.P.A.; BENJAMIN, A.H.; **Direito Ambiental das Áreas Naturais Protegidas**: o regime jurídico das Unidades de Conservação. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2001. 547p.

MERCADANTE, M. Uma Década de Debate e Negociação: a História da Elaboração da Lei do SNUC. In.: VIO, A.P.A.; BENJAMIN, A.H. **Direito Ambiental das Áreas Naturais Protegidas**: o regime jurídico das Unidades de Conservação. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2001. 547p.

MENDONÇA, F.C.; Participação comunitária na gestão da Reserva Extrativista Arapixi: o início de um processo de construção coletiva. In: MEDEIROS, R.; IRVING, M.A.; **Áreas Protegidas e Inclusão Social**: Tendências e Perspectivas. Teresópolis - RJ, v.3, n.1, p.61-63, 2007.

MESQUITA, C.A.B. **Efetividade de manejo de áreas protegidas**: Quatro estudos de caso em reservas particulares do patrimônio natural. Brasil. IESB: NEAP, 2002. 10p.

MILANO, M.S. Unidades de Conservação – Técnica, Lei e Ética para a Conservação da Biodiversidade. In.: VIO, A.P.A.; BENJAMIN, A.H. **Direito Ambiental das Áreas Naturais Protegidas**: o regime jurídico das Unidades de Conservação. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2001. 547p.

MMA. **Cadastro nacional de unidades de conservação 2014**. Disponível em: <http://www.mma.gov.br/images/arquivo/80112/CNUC_Categorias_Out14.pdf> Acesso em: 05 jan. 2015.

NARAHARA, K.I.; CARMO, E O. O plano de utilização enquanto ferramenta de gestão participativa de Reservas Extrativistas. In: MEDEIROS, R.; IRVING, M.A.; **Áreas Protegidas e Inclusão Social**: Tendências e Perspectivas. Teresópolis - RJ, v.3, n.1, p.143-145, 2007.

NUNES, J.A.O Resgate da Epistemologia. In: SANTOS, B.S.; MENESES, M P. (Org). **Epistemologias do Sul**. Coimbra, 2009. 532p.

OLIVEIRA, E.; RODRIGUES, C.L. A cultura caiçara e turismo no bairro Marujá, Ilha do Cardoso. In: DIEGUES, A.C. **Enciclopédia Caiçara**. V. 4: História e memória caiçara. NUPAUB. 2005.465p.

PADOVAN, M.P.; **Certificação de Unidades de Conservação**. Conselho Nacional de Reserva da Biosfera da Mata Atlântica São Paulo, 2003. 56p. (Série políticas públicas, 26).

QUIJANO, A. Colonialidade do poder e classificação social In: SANTOS, B.S.; MENESES, M.P. (Org). **Epistemologias do Sul**. Coimbra, 2009. 532p.

RODRIGUES, C.L. **Limites do consenso**: territórios polissêmicos na mata atlântica e a gestão ambiental participativa. 2001. 279p. Tese (Doutorado em geografia humana) - . Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, SP. 2001.

RODRIGUES, H.C.L.; CURADO, I.B.; MOURA, R.L.; MINTE-VERA, C.V.; Revelando identidades: gestão participativa e os atores da Reserva Extrativista Marinha do Corumbau. In: MEDEIROS, R.; IRVING, M.A. **Áreas Protegidas e Inclusão Social: Tendências e Perspectivas**. Teresópolis - RJ, v.3, n.1, p.75-78, 2007.

RUEDA, R.P.; Gestão Participativa nas Reservas Extrativistas. In: DRUMOND, M.A.; OFICINAS SOBRE GESTÃO PARTICIPATIVA EM UNIDADES DE CONSERVAÇÃO, 1998, Belo Horizonte, **Anais...** Belo Horizonte: Fundação Biodiversitas, 1998. 172p.

RYLANDS, A.B.; BRANDON, K. **Unidades de Conservação Brasileiras**. Megadiversidade, v.1, n.1, 27-35p. jul-2005.

ROUÉ, M. Novas perspectivas em etnoecologia: “Saberes tradicionais” e gestão dos recursos naturais. 2ed. In: DIEGUES, A.C. **Etnoconservação: novos rumos para a proteção da natureza nos trópicos**. NUPAUB. 2000. 290p.

SAMPIERI, R.H.; COLLADO, C.F.; LUCIO, P.B. **Metodologia de pesquisa**. 3.ed. São Paulo : McGraw-Hill, 2006. 583p.

SANTOS, B.S. Para além do pensamento abissal: das linhas globais a uma ecologia de saberes. In: SANTOS, B.S.; MENESES, M.P. (Org). **Epistemologias do Sul**. Coimbra, 2009. 532p.

_____. Um ocidente não-ocidentalista? A filosofia à venda, a douda ignorância e a aposta de Pascoal. 2009a. In: SANTOS, B.S.; MENESES, M.P. (Org). **Epistemologias do Sul**. Coimbra, 2009. 532p.

SANTOS, B.S.; MENESES, M.P. Prefácio e Introdução. In: (Org). **Epistemologias do Sul**. Coimbra, 2009. 532p.

SÃO PAULO. **Lei nº 12.810, de 21 de fevereiro de 2008 Altera os limites do Parque Estadual de Jacupiranga**. 2008. Disponível em: < http://www.ambiente.sp.gov.br/wp-content/uploads/lei/2008/lei_12810_210208.pdf>.

SCHIAVETTI, A.; MAGRO, T.C.; SANTOS, M.S. Implementação das Unidades de Conservação do Corredor Central da Mata Atlântica no Estado da Bahia: Desafios e Limites. **Revista Árvore**. Viçosa-MG, v.36, n.4, p.611-623, 2012.

SIMÕES, L.L; OLIVEIRA, L.R.C.N. **Implementação do RAPPAM em unidades de conservação do Instituto Florestal de São Paulo**. São Paulo: WWF, 2005. 44p.

SMA; PPMA; FF; IF; A participação em planos de gestão ambiental. In: DRUMOND, M.A.; OFICINAS SOBRE GESTÃO PARTICIPATIVA EM UNIDADES DE CONSERVAÇÃO, 1998. Belo Horizonte. **Anais...** Belo Horizonte: Fundação Biodiversitas, 1998. 172p.

TAKAHASHI, L.Y. Bases gerais sobre recreação e turismo. In: **Curso de Planejamento e Manejo de Áreas Protegidas**. 2002. Centro de Capacitação em Conservação da Biodiversidade. Reserva Salto Morato, Guaraqueçaba, Paraná. Documento datilografado não publicado.

TEIXEIRA, M.C.C.; Parques e pessoas: uma política de boa vizinhança. In: MEDEIROS, R.; IRVING, M.A. **Áreas Protegidas e Inclusão Social**: Tendências e Perspectivas, Teresópolis - RJ, v.3, n.1, p.113-115, 2007.

ANEXOS

ANEXO A - Apresentação dos Resultados ao Conselho Deliberativo

Relatório Final de pesquisa: A dimensão humana na efetividade de gestão: um estudo de caso da Reserva Extrativista Ilha do Tumba – Cananéia/SP

Pesquisador responsável: Lucas Milani Rodrigues

Celular (XX) X.XXXX.XXXX

E-mail: rodrigues.milani@gmail.com

Introdução

A avaliação de gestão de áreas protegidas se trata de uma ferramenta administrativa que visa colaborar nas demandas cotidianas e planejamento organizacional de um território.

Existem diferentes formas de fazer esta avaliação e muitas pesquisas dessa proposta já foram realizadas ao longo dos anos. No entanto, durante as leituras sobre os trabalhos realizados dentro dessa proposta não foram encontradas publicações de avaliações de gestão de Reservas Extrativistas. Também não foram encontradas formas de avaliação de gestão em que as opiniões das comunidades e organizações diretamente envolvidas estivessem presentes.

Deste modo a presente pesquisa se fez necessária. Tratou-se de um estudo de caso para um começo de discussão sobre métodos de avaliação de gestão territorial sob o olhar comunitário e da sociedade civil. A intenção é de que essas percepções tenham a mesma importância que a da equipe técnica da Unidade de Conservação em questão.

Objetivo

Avaliar a gestão da Reserva Extrativista Ilha do Tumba a partir da visão dos diversos atores sociais ligados à área protegida.

Método

A Avaliação foi dividida em quatro momentos:

1º Apresentação da proposta de estudo ao Conselho Deliberativo

A intenção de pesquisa foi apresentada ao Conselho Deliberativo da RESEX Ilha do Tumba em agosto de 2013.

2º Levantamento da percepção dos envolvidos

O segundo momento foi realizado nos meses de março e abril de 2014 com a entrevista dos moradores do Marujá e do Ariri ligados ou não ao Conselho Deliberativo. Também foram entrevistados os funcionários da Fundação Florestal diretamente ligados à gestão da RESEX, assim como membros da Sociedade Civil que fazem parte do Conselho Deliberativo.

3º Aplicação de questionário

Após o levantamento das percepções de 23 entrevistados e sistematizadas essas impressões foi elaborado um questionário de avaliação da RESEX de acordo com essas conversas.

O público alvo do questionário foi o Conselho Deliberativo, equipe da Fundação Florestal diretamente ligada à gestão da RESEX e Presidentes das Associações de bairro do Marujá e do Ariri.

O questionário foi composto de 09 perguntas sobre a gestão da Fundação Florestal e 22 questões sobre a gestão da RESEX Ilha do Tumba. Para cada afirmação o entrevistado

tinha a opção de concordar com o que era afirmado, discordar ou não se manifestar, fosse por não querer emitir uma opinião ou por não ter conhecimento do assunto questionado.

Dos 25 possíveis entrevistados 04 não quiseram participar, diminuindo a possibilidade para 21 entrevistas. Dessas 21 pessoas, 18 foram entrevistadas, o que corresponde a 85% do total.

4º Apresentação dos resultados ao Conselho Deliberativo

O último encontro em agosto de 2014 foi para apresentar ao Conselho e participantes os resultados da pesquisa, sendo este presente relatório o documento entregue aos presentes.

A opinião do Conselho sobre esta pesquisa é importante para ter um retorno do que foi este processo de construção da avaliação de gestão, ouvir suas sugestões para que o método possa ser melhorado.

Resultados

Os resultados foram organizados duas tabelas separadas “Avaliação da Fundação Florestal” e “Avaliação da RESEX Ilha do Tumba” (anexas a este relatório).

Dentro dessas tabelas as afirmativas foram agrupadas em três grupos. O primeiro grupo denominado como “pontos positivos” são as afirmativas que de 70 a 100% dos entrevistados concordaram com o que foi afirmado.

O segundo grupos são os “pontos intermediários”, que são as afirmativas que possuem a concordância de 40 a 69% dos entrevistados.

O último agrupamento é o de “pontos negativos”, afirmativas que possuem baixa porcentagem de concordância dos entrevistados, de 0 a 39%.

Considerações Finais

Os entrevistados não apontaram nenhuma afirmativa como ponto positivo na avaliação da Fundação Florestal. Tal fato coloca que a gestão do órgão, como um todo, é vista de forma muito aquém do necessário para que se tenha uma efetiva gestão das áreas protegidas sob sua tutela. Como principal falha da Fundação Florestal está o fato da quantidade de funcionários para gerir os territórios protegidos.

A Gestão da RESEX Ilha do Tumba está bem detalhada com claros pontos positivos, negativos e intermediários. Pode-se inferir como maior problemática o tema de fiscalização e controle de usuários externos, assim como efetiva fiscalização do órgão gestor.

Pontos positivos são que o Conselho Deliberativo encontra-se num ritmo de trabalho e os processos de pedidos e entendimento desta dinâmica como compreendida por todos, assim como uma comunicação eficiente entre Conselho, Comunidade e Gestor. Também foi avaliado como positivo pelos entrevistados o respeito ao uso racional dos recursos naturais disponíveis na RESEX.

Os pontos intermediários versam principalmente sobre a participação dos Conselheiros e suplentes, assim como as comunidades beneficiadas na gestão da Reserva Extrativista. Também estão neste agrupamento as afirmativas sobre os objetivos principais da RESEX que são o de proporcionar território de reprodução cultural, melhoria da economia e da qualidade de vida. Pode-se inferir que esses três pontos ainda são intermediários principalmente pelo fato do tamanho da Reserva ser menor do que o necessário para que se cumpram esses objetivos.

Avaliação Fundação Florestal		Con.	Disc.	Não op.
Pontos intermediários	A hierarquia da Fundação Florestal é apropriada a gestão do órgão e funciona efetivamente	44,4%	33,3%	22,2%
	A quantidade de insumos (combustível para barcos, material de escritório) para funcionamento da Fundação Florestal do núcleo integrado de Cananéia é suficiente para atender as demandas das áreas protegidas.	44,4%	22,2%	33,3%
Pontos negativos	Existe comunicação efetiva entre as decisões da Fundação Florestal e as comunidades	38,9%	50,0%	11,1%
	A quantidade de equipamentos (barcos, computadores, impressoras, carros) da Fundação Florestal do núcleo integrado de Cananéia é suficiente para atender as demandas das áreas protegidas	33,3%	33,3%	33,3%
	A criação de novas áreas protegidas pela Fundação é adequada a sua capacidade de administração	33,3%	61,1%	5,6%
	A Fundação Florestal faz a fiscalização de forma adequada	33,3%	61,1%	5,6%
	A Polícia Ambiental faz a fiscalização de forma adequada	33,3%	61,1%	5,6%
	A gestão do Mosaico do Jacupiranga entre Fundação Florestal, Comunidades e Sociedade Civil é adequada.	27,8%	38,9%	33,3%
	A quantidade de funcionários da Fundação Florestal do núcleo integrado de Cananéia é suficiente para atender as demandas das áreas protegidas	5,6%	83,3%	11,1%

Fonte: Dados da pesquisa realizada entre 12 a 22 de agosto de 2014.

Avaliação RESEX Ilha do Tumba		Conc.	Disc.	Não Op.
Pontos Positivos	Existe um planejamento de ações para que o Conselho Deliberativo faça a gestão da RESEX	82,4%	5,9%	11,8%
	O Conselho Deliberativo possui uma dinâmica de trabalho eficiente e articulada	77,8%	16,7%	5,6%
	A comunicação entre representante do Conselho e beneficiários ocorre efetivamente	77,8%	16,7%	5,6%
	Há comunicação efetiva entre gestor, Conselho e Comunidade	77,8%	5,6%	16,7%
	Os beneficiários fazem uso racional dos recursos naturais autorizados	72,2%	16,7%	11,1%
	O processo de pedido de uso dos recursos é compreendido pelos beneficiários	72,2%	22,2%	5,6%
Pontos intermediários	O que é discutido nas reuniões do Conselho é posto em prática efetivamente	66,7%	11,1%	22,2%
	A comunidade tem feito o papel de conscientizar beneficiários que usem de forma inadequada	66,7%	5,6%	27,8%
	Existe plena participação dos conselheiros para gerir o território	61,1%	33,3%	5,6%
	Existem pesquisas de interesse da Fundação e comunidade acontecendo na RESEX	55,6%	16,7%	27,8%
	As denúncias de usos inadequados são apuradas de forma eficiente	55,6%	16,7%	27,8%
	Os beneficiários têm plena compreensão do que é a RESEX	50,0%	50,0%	0,0%
	A RESEX tem suprido efetivamente a melhoria da economia local das comunidades beneficiárias	50,0%	33,3%	16,7%
	O Plano de Utilização / de gestão é efetivo e aplicado plenamente	50,0%	16,7%	33,3%
	A RESEX tem suprido efetivamente o território de reprodução cultural das comunidades beneficiárias	44,4%	44,4%	11,1%
	A RESEX tem suprido efetivamente a melhoria da qualidade de vida das comunidades beneficiárias	44,4%	44,4%	11,1%
Pontos negativos	Quando ocorre uso de usuários de fora há fiscalização efetiva para conter esse problema	38,9%	50,0%	11,1%
	O uso dos recursos por pessoas de fora da RESEX é controlado	33,3%	61,1%	5,6%
	A comunidade tem feito o papel de conscientizar usuários externos sobre a proibição de uso da área	33,3%	44,4%	22,2%
	Há participação efetiva de beneficiários que não são Conselheiros na gestão da RESEX	27,8%	55,6%	16,7%
	As placas de orientação cumprem efetivamente a sua proposta	22,2%	77,8%	0,0%
	Existe o uso de carteirinha de identificação para colaborar na fiscalização	0,0%	83,3%	16,7%

Fonte: Dados da pesquisa realizada entre 12 a 22 de agosto de 2014.

ANEXO B – Resumo do regimento interno da Fundação Florestal

A Fundação Florestal, órgão ligado à Secretária Estadual de Meio Ambiente de São Paulo, possui o objetivo de conservação e manejo de florestas nativas, assim como ampliar as florestas produtivas e áreas de preservação permanente de posse estadual (SÃO PAULO, 1986, art. 1º).

As áreas protegidas que estão sob o comando da Fundação possuem diferentes objetivos sendo necessária a elaboração de planos de gestão para cada uma. Esses planos podem ser de manejo da paisagem, utilização e/ou visitação, com fins recreacionais e educativos, planos preservacionistas, planos de utilização econômica da fauna nativa ou planos de atividades agrosilvopastoris (SÃO PAULO, 1986, art. 1º, incisos V, VI e VII).

Também faz parte de seu escopo de trabalho identificar áreas de interesse público que estão em território particular para desapropriação. Aliada a essa tarefa de ampliação também existe a demanda de combater pragas e incêndios que possam afetar as áreas geridas pela Fundação (SÃO PAULO, 1986, art. 1º, incisos I, II, VIII).

O órgão deve ter um acompanhamento da cobertura vegetal do Estado, além de divulgar os trabalhos acadêmicos desenvolvidos nestes territórios (SÃO PAULO, 1986, art. 1º, incisos IV e IX).

Na figura seguinte está o seu organograma de funcionamento (Figura 1):

Figura 1 - Organograma adaptado da Fundação Florestal
Fonte: FF (2014).

Conselhos Consultivo, Fiscal e de Curadores

Os órgãos superiores de administração são os Conselhos Fiscal, Consultivo e Conselho de Curadores (SÃO PAULO, 1986, art. 3º).

Compete aos curadores estabelecer as diretrizes gerais de atuação do órgão, elaborar as diretrizes básicas do Regimento Interno da Fundação Florestal, assim como o Regimento das licitações que são submetidos posteriormente ao Ministério Público (SÃO PAULO, 1986, art. 4º, inciso I).

Tal conselho também tem a função de deliberar sobre os programas anuais e plurianuais de investimentos e orçamentos visando a manutenção da Fundação. Ainda sobre a parte orçamentária, o Conselho de curadores estabelece o valor da gratificação destinada aos

membros do Conselho Fiscal por sessão que estes comparecem (SÃO PAULO, 1986, art. 4º, inciso I).

Dentro do aspecto dos recursos humanos, o Conselho de curadores aprova o quadro de pessoal permanente, assim como definem as diretrizes de política salarial (SÃO PAULO, 1986, art. 4º, inciso II).

A aprovação do relatório anual de atividades também é tarefa deste Conselho, assim como deliberar sobre as contas após as auditorias. Aceitação de doações e alienação de bens também é uma das competências dos Curadores (SÃO PAULO, 1986, art. 4º, inciso III e IV).

O Conselho Fiscal faz a apreciação das contas e balancetes da Fundação e tem o papel de opinar sobre a contabilidade da Fundação quando solicitado pelo Conselho de Curadores. Tem também o papel de requisitar documentos pertinentes à administração financeira e patrimonial da Fundação, quando necessário (SÃO PAULO, 1986, art. 5º).

O Conselho Consultivo reúne-se sempre que preciso para tomar decisões de maioria de votos, quando solicitado pelo Conselho dos Curadores. O presidente do Conselho Consultivo é escolhido entre os membros (SÃO PAULO, 1986, art. 6º).

A mudança do regimento só pode ser realizada pelo Conselho de Curadores e deve ser submetida ao Ministério Público. Cabe ressaltar que o que é desenvolvido na Fundação Florestal deve respeitar as políticas da Secretaria de Meio Ambiente (SÃO PAULO, art. 36º e 37º).

Presidência

A presidência do órgão o representa em juízo. Faz a ponte das demandas da Fundação à Secretaria de Meio Ambiente e ao Governador. Encaminha ao Conselho de Curadores assuntos pertinentes à discussão e convoca-os para reuniões ordinárias e extraordinárias, assim como cumpre as deliberações dos Curadores (SÃO PAULO, 1986, art. 7º).

Diretoria Executiva

A Diretoria Executiva tem a atribuição de coordenar as atividades da Fundação Florestal e supervisionar seus projetos e programas. Posteriormente apresenta ao Conselho de Curadores o balanço anual com as atividades desenvolvidas e os pareceres do Conselho Fiscal (SÃO PAULO, 1986, art. 8º).

O diretor executivo é um cargo político. Cabe a ele o dever de cumprir os projetos e programas da Fundação Florestal. Nomeia os diretores adjuntos e coordenadores de núcleo,

assim como os cargos comissionados seguindo a indicação dos diretores adjuntos e coordenadores de núcleo (SÃO PAULO, 1986, art. 21, incisos I, II e III).

A Diretoria Executiva possui estruturas administrativas subalternas que colaboram com seu trabalho. Abaixo o detalhamento de cada uma destas unidades.

- Auditoria Interna: Tem a competência de atuar preventiva e corretivamente na administração das partes integrantes da Fundação Florestal. Eventualmente faz revisões dos procedimentos administrativos e de prestação de contas. Anualmente deve ser elaborado um plano de auditoria que gerará um relatório com estes resultados (SÃO PAULO, 1986, art. 9º). O Auditor Interno tem a função de solicitar documentação pertinente ao seu trabalho, assim como recomendar a instauração de sindicâncias quando necessário. Também faz essa assessoria às Diretorias e Núcleo quando solicitado (SÃO PAULO, art. 22º).

- Assessoria de Planejamento e Acompanhamento: Faz o papel de assessorar a Diretoria Executiva no planejamento de projetos e orçamento da Fundação Florestal. Possui interface de apoio as Diretorias Adjuntas e Núcleo da Fundação Florestal. A interface ocorre especialmente em capacitar funcionários técnicos e administrativos. Também colabora para formar um sistema de informações interno da Fundação Florestal mais eficiente (SÃO PAULO, 1986, art. 10º). Este Assessor deverá auxiliar diretamente o Diretor Executivo, assim como analisar e emitir pareceres referente às competências atribuídas. A atenção aos prazos é frisada para desenvolver esta função (SÃO PAULO, 1986, art. 23º).

- Assessoria de Comunicação: Dissemina as informações pertinentes ao público interno e externo da Fundação Florestal, assim como planeja e coordena campanhas de publicidade do órgão. Tais campanhas podem ser próprias da Assessoria ou contratadas de empresas terceirizadas. Também é responsável pelas Relações Públicas do órgão através de eventos pertinentes a Fundação Florestal. Tem também como competência o zelo pela memória da instituição (SÃO PAULO, 1986, art. 11º). O assessor deverá estar à disposição do Diretor Executivo, Diretores Adjuntos e Coordenadores de Núcleos. Toda relação com meios de comunicação caberá a este cargo, estando alinhado com a Assessoria de Imprensa do Governo estadual e Secretaria de Meio Ambiente (SÃO PAULO, 1986, art. 24º).

- Assessoria Jurídica: Orienta o Diretor Executivo, Diretores Adjuntos e Coordenadores de núcleo sobre a legalidade de suas ações. Quando solicitada a assessoria elabora pareceres jurídicos. Também atua na elaboração de Leis, Portarias, Decretos, Convênios, Termos de Compromisso e demais instrumentos jurídicos. Outra função importante é de sistematizar informações publicadas em periódicos oficiais que sejam pertinentes a Fundação Florestal (SÃO PAULO, 1986, art. 12º). O assessor tem a função de

propor e organizar os atos administrativos, sugerir ações e acordos inerentes às ações jurídicas (SÃO PAULO, 1986, art. 25º).

- Assessoria de Monitoramento: Tem a função de realizar um acompanhamento da qualidade ambiental das UCs. Faz a implantação de ferramentas para avaliar desempenho de gestão das áreas protegidas. A atualização dos indicadores destas avaliações é realizada para que seja mais representativo esse monitoramento. A capacitação dos funcionários para realização dos monitoramentos, assim como consolidar os relatórios por núcleos ou diretorias adjuntas são competências desta instância administrativa (SÃO PAULO, 1986, art. 13º). Este Assessor deverá auxiliar diretamente o Diretor Executivo, assim como analisar e emitir pareceres referente às competências atribuídas. A assessoria também deve estar à disposição das demais Diretorias e Núcleos, quando solicitada. Deve também acompanhar os monitoramentos que são realizados em Diretorias Adjuntas e Núcleos (SÃO PAULO, 1986, art. 26º)

- Núcleo de Regularização Fundiária: Possui a função de ser a instância de compatibilização das informações de território do ITESP (Instituto de Terras do Estado de São Paulo), Fundação Florestal, Instituto Florestal (IF), e Procuradoria Geral do Estado com o intuito de resolver essas questões. Toda a coordenação de reassentamento e emissão de títulos de posse está alocada nesta instância. A coordenação da área de geoprocessamento também faz parte deste núcleo (SÃO PAULO, 1986, art. 14º).

- Núcleo de Negócios e Parcerias para a Sustentabilidade: Tem a função de em conjunto com as diretorias regionais e outras instancias da Fundação Florestal implementar o uso público das UCs como estratégia para conservação e valorização do patrimônio biótico e cultural. Outra frente de trabalho é a articulação de parcerias público-privadas para prover a sustentabilidade econômica das UCs. Tem também a função de orientar gestores em possibilidades de captação de recursos para a gestão das áreas protegidas implantarem os projetos dos planos de manejo (SÃO PAULO, 1986, art. 15º).

Diretorias Adjuntas e Núcleo de Unidades de Conservação

Abaixo da Diretoria Executiva da Fundação Florestal estão as três Diretorias Adjuntas e o Núcleo de Unidades de Conservação da Região Metropolitana e Interior.

A primeira Diretoria, Administrativa e Financeira, possui a função de cuidar da administração de contratos, folha de pagamento e demais demandas administrativas do órgão (SÃO PAULO, 1986, art. 17º).

Cabe ressaltar como importantes a função de cuidar do orçamento da Fundação em conjunto com a Diretoria executiva, assim como propor a realização de concursos ou processos seletivos (SÃO PAULO, 1986, art. 29º incisos III, IV, V e VII)

As outras três instâncias (diretorias e núcleo) tem o objetivo de gerir as áreas protegidas que são ou serão criadas em seu espaço territorial (SÃO PAULO, 1986, art. 16º, 18º e 19º).

Aos responsáveis pelas diretorias e núcleo cabe definir e instituir as equipes para administração das Unidades de Conservação do Estado, cada qual das de seu território (SÃO PAULO, 1986, art. 28º, 30º e 31º).

Estes cargos tem em sua investidura o dever de indicar funcionários comissionados ao Diretor Executivo para preencher vagas gerenciais de sua área administrativa, assim como para propor a readaptação de função (SÃO PAULO, 1986, art. 32º incisos XVII e XVIII)

Os cargos gerenciais fazem a parte executiva de forma mais próxima ao núcleo de trabalho em que se encontram, seja percebendo as necessidades de compra de insumos ou supervisionando as atividades referentes ao seu centro de trabalho (SÃO PAULO, 1986, art. 33º).

Os funcionários abaixo dos gerentes deverão responder ao seu superior imediato. Quando necessário irão representar a Fundação Florestal, caso solicitado pelo seu superior. A parte técnica e administrativa da Unidade de Conservação é de sua responsabilidade (SÃO PAULO, 1986, art. 34º).

Aos demais funcionários, o regimento pede que o zelo e pontualidade, assim como obediência aos superiores imediatos sejam parte do cotidiano. O uso adequado dos materiais da Fundação Florestal também é recomendado para que se tire o proveito dos recursos de forma adequada (SÃO PAULO, 1986, art. 35º).

As Diretorias e Núcleo possuem em comum 37 competências (com exceção da Administrativa e Financeira que possui outra proposta). O regimento Interno possui um detalhamento de todas as demandas que esses núcleos de gestão devem realizar.

No texto foram agrupadas essas competências de acordo com o seu teor, agrupando-as em seis tipos: articulação e desenvolvimento regional; estrutura e funcionamento; gestão de território; sustentabilidade das áreas protegidas; pesquisa; comunicação:

- Articulação e Desenvolvimento Regional: As diretorias devem visar um desenvolvimento da região que atua, trazendo oportunidades de trabalho e geração de renda. Elaborar planos de desenvolvimento em parcerias com as outras instâncias do Estado e dentro dos planejamentos ecológico econômicos e outras políticas públicas regionais. Essa

articulação se estende à necessidade de fiscalização e gestão das UCs, otimizando os recursos estaduais. Cabe também às diretorias integrarem-se a programas federais e municipais vigentes no território que desenvolvem seu trabalho. Por fim, deve representar a Fundação nos Comitês de Bacias pertinentes ao seu território, assim como ser um agente técnico do FEHIDRO (SÃO PAULO, 1986, art. 20º incisos I, II, III, IX, XXIII, XXVI).

- Estrutura e funcionamento: Cabe às diretorias adjuntas e núcleo prover uma estrutura de funcionamento para gestão dos espaços territoriais protegidos. Essa ampla demanda se traduz em: produção e fornecimento de sementes e mudas florestais nativas; gestão de parcerias para conservação; supervisionar e acompanhar o orçamento da Fundação das áreas de sua responsabilidade; supervisionar as atividades das gerências subordinadas; avaliar anualmente o trabalho da Diretoria e Núcleo; emitir autorização de uso de recursos nas UCs de sua responsabilidade; administrar (de acordo com os padrões estabelecidos pela Fundação Florestal) os contratos, convênios e recursos humanos; captar recursos para desenvolver os programas propostos (SÃO PAULO, 1986, art. 20º inciso XIII, XVIII, XXIV, XXIX, XXXI, XXXII, XXXIII, XXIV, XXV, XXVI, XXVII).

- Gestão de território: Essas instâncias administrativas são responsáveis pela elaboração e atualização dos Planos de Gestão das UCs, assim como sua devida publicação. Devem também estar presentes na discussão de licenciamento de significativo impacto ambiental, seja por ser dentro do território protegido, ou zona de amortecimento. A gestão do território em mosaicos de UCs, conforme previsto no SNUC, também é uma competência das diretorias e núcleo. Definir a necessidade de novas áreas protegidas e realizar os procedimentos necessários caberá as Diretorias e núcleos. Responsabilizam-se também pelos procedimentos de criação de RPPNs, assim como seu incentivo (SÃO PAULO, 1986, art. 20º incisos VII, VIII, XIV, XX, XXI, XXII). As novas áreas instituídas se submetem ao Regimento Interno (SÃO PAULO, art. 39º)

- Sustentabilidade das áreas protegidas: A necessidade de se pensar em atividades que visem a sustentabilidade da área, tanto sob o aspecto da qualidade ambiental, como pela necessidade de captação de recursos para se desenvolverem os trabalhos da UC são competências das Diretorias e Núcleo. Ainda sob o aspecto econômico, é de sua responsabilidade a execução dos recursos destinados às UCs de sua responsabilidade. No que tange o aspecto ambiental se torna necessário o monitoramento de sua qualidade para identificação de melhorias necessárias. Para esta sustentabilidade também é necessário pensar em como melhorar as relações inter e intrainstitucionais, assim como o envolvimento da sociedade em sua gestão. A educação ambiental, programas de recuperação de áreas degradadas

e incentivo ao uso público das UCS com vistas à conservação são ferramentas de apoio para esta tarefa. (SÃO PAULO, 1986, art. 20º incisos IV, V, VI, X, XI, XII, XXV, XXVII).

- Pesquisa: A pesquisa deve ser um componente chave da gestão das diretorias, seja pelo apoio e incentivo, ou pela promoção e difusão de formas de exploração florestal madeireira ou não madeireira sustentável. A coordenação destas informações técnicas e difusão de conhecimento gerado também faz parte de sua competência (SÃO PAULO, 1986, art. 20º incisos XV, XVI, XVII, XIX).

- Comunicação: Comunicar o andamento de suas atividades as áreas protegidas e assessorar a parte de comunicação que atua junto à Diretoria Executiva também faz parte das tarefas das Diretorias (SÃO PAULO, 1986, art. 20º incisos XXVIII, XXX).

Referências

FF. **Organograma Fundação Florestal**. 2014. Disponível em:
<<http://fflorestal.sp.gov.br/institucional/organograma/>>. Acesso em 16 de julho de 2014.

SÃO PAULO. **Lei 5.208/1986 e Decreto 25.952/1986. Fundação para a Conservação e a Produção Florestal do Estado de São Paulo**: Regimento interno. Disponível em
<<http://fflorestal.sp.gov.br/files/2012/01/regimento-interno-fflorestal-jun2012.pdf>>. Acesso em 16 de julho de 2014.